



30 de Junho de 2017

Demonstrações Contábeis Completas
em IFRS



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

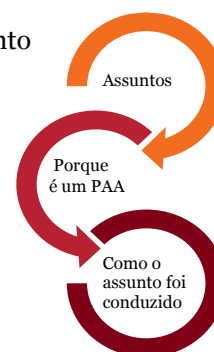
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Itaú Unibanco Holding S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (Notas Explicativas 2.3.1.a, 2.4.d.X e 12.b)</p> <p>A apuração do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma área sensível ao julgamento da Administração. A identificação de situações de comprometimento do valor recuperável dos créditos e a determinação do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve um processo com várias premissas e fatores, incluindo a situação financeira da contraparte, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização das garantias.</p> <p>O uso de diferentes técnicas e premissas de modelagem poderia resultar em estimativa de valor de recuperação significativamente diferente. Adicionalmente, o gerenciamento de risco de crédito é complexo e dependente de base de dados completa e íntegra.</p> <p>No processo de administração dos riscos de crédito as garantias e as renegociações constituíram aspectos importantes na determinação da PCLD.</p> <p>Considerando o exposto acima essa foi uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Testamos o desenho e a efetividade dos principais controles para a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, incluindo: i) totalidade e integridade da base de dados; ii) modelos e premissas adotadas pela administração na determinação do valor recuperável da carteira de créditos; iii) monitoramento e valorização das garantias; iv) identificação, aprovação e monitoramento das operações renegociadas; e v) processos estabelecidos pela Administração para cumprimento das premissas, bem como para as divulgações em notas explicativas.</p> <p>Para a provisão para créditos de liquidação duvidosa calculada individualmente, testamos as premissas relevantes adotadas para identificação da situação de perda do valor recuperável e consequente determinação dos ratings dos devedores, bem como as previsões de fluxos de caixa futuros, as garantias subjacentes e as estimativas de recuperação de créditos vencidos.</p> <p>Para a provisão para créditos de liquidação duvidosa calculada numa base coletiva (segmento varejo), testamos os modelos subjacentes, incluindo o processo de aprovação de modelos e de validação das premissas adotadas para determinação das estimativas de perdas e de recuperação.</p> <p>Testamos as entradas para os modelos, incluindo as recuperações e, quando disponíveis, comparamos os dados e premissas utilizadas com dados de mercado.</p> <p>Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente</p>

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

de auditoria no contexto das demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos nível 3 (Notas explicativas 2.3.1.c, 2.4.d.IV, V e VI, 7 a 10, e 31)

A mensuração do valor justo é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos que envolvem premissas da administração para valorização de instrumentos financeiros com pouca liquidez e sem mercado ativo. Adicionalmente, o gerenciamento de risco de mercado é complexo, especialmente em momentos de alta volatilidade, bem como em situações onde os preços observáveis ou parâmetros de mercado não estão disponíveis. Esses instrumentos financeiros são substancialmente compostos por aplicações em títulos emitidos por empresas e por contratos de derivativos.

Essa foi uma área de foco em nossa auditoria, uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e premissas poderiam produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes.

Testamos o desenho e a efetividade dos principais controles estabelecidos para a valorização desses instrumentos financeiros, bem como a aprovação dos modelos e suas divulgações.

Analizamos a metodologia de valorização desses instrumentos financeiros e as premissas adotadas pela administração mediante a comparação com metodologias e premissas independentes. Reexecutamos, em base amostral, a valorização de determinadas operações, bem como comparamos as premissas e metodologias utilizadas pela administração com nosso conhecimento sobre práticas de valorização usualmente adotadas e analisamos a consistência dessas metodologias com as aplicadas em períodos anteriores.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros e derivativos são apropriados e consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Ambiente de tecnologia da informação

O Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações contábeis. Nos últimos anos, foram feitos investimentos significativos de curto e longo prazo nesses sistemas e processos de tecnologia da informação.

A estrutura de tecnologia, devido ao histórico de aquisições e porte de suas operações, é composta por mais de um ambiente de tecnologia com processos distintos e controles segregados.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, efetuamos avaliação do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles relevantes, e quando necessário, testes dos controles compensatórios, bem como a execução de testes relacionados com a segurança da informação, incluindo gestão de acesso e segregação de função.

Itaú Unibanco Holding S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>A não adequação do ambiente de controles gerais de tecnologia e de seus controles dependentes poderia acarretar em processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis. Dessa forma, essa foi uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.</p>	<p>O ambiente de tecnologia da informação e controles estabelecidos pela Administração proporcionaram uma base razoável para a auditoria das demonstrações contábeis.</p>
<p>Crédito tributário (Notas explicativas 2.3.1.b e 27.b.)</p> <p>O crédito tributário oriundo de diferenças temporárias e prejuízos fiscais é registrado à medida em que a Administração considera provável que o Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas irão gerar lucro tributário futuro. A projeção de lucro tributário futuro contém diversas premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela Administração.</p> <p>Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário futuro poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil.</p>	<p>Testamos o desenho e a efetividade dos principais controles estabelecidos pela Administração para apuração dos créditos tributários, seu registro nos termos das normas contábeis, que incluem a necessidade de análise das perspectivas de realização desses créditos, mediante projeções de lucros tributários futuros.</p> <p>Realizamos testes de desenho e a efetividade dos principais controles sobre as respectivas divulgações, bem como, comparamos as premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados futuros com informações de projeções macroeconômicas divulgadas no mercado e com dados históricos para corroborar a consistência das estimativas.</p> <p>Consideramos que as premissas adotadas pela Administração são apropriadas e consistentes com as divulgações em notas explicativas.</p>
<p>Realização dos valores ágio (Notas explicativas 2.3.2, 2.4.h e 3)</p> <p>Os saldos do intangível são submetidos, anualmente, a teste de perda por redução ao valor recuperável. Esse teste envolve estimativas e julgamentos significativos, incluindo a identificação de unidades geradoras de caixa. A determinação dos fluxos de caixa esperados e a taxa de juros ajustada ao risco para cada unidade geradora de caixa ou grupo de unidades geradoras de caixa requer o exercício de julgamento e o uso de estimativas por parte da Administração.</p> <p>Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois envolve a projeção de resultados futuros para cada unidade geradora de caixa ou grupo de unidades geradoras de caixa, sendo que a utilização</p>	<p>Testamos o desenho e a efetividade dos principais controles estabelecidos pela Administração, incluindo a totalidade e integridade da base de dados.</p> <p>Em conexão com os procedimentos de auditoria sobre as projeções de resultado, que é base para o estudo de projeção de lucro tributário e consequente registro do crédito tributário, analisamos as projeções para determinação de perda do valor recuperável do intangível elaborados pela Administração para corroborar a razoabilidade dessas estimativas de realização.</p>

Itaú Unibanco Holding S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>de diferentes premissas na projeção de resultados futuros poderia modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro de redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações contábeis.</p>	<p>Consideramos que as premissas adotadas pela Administração são apropriadas e consistentes com as divulgações em notas explicativas.</p>
Provisão para passivos contingentes (Notas explicativas 2.3.1.e, 2.4.q e 32)	
<p>O Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas apresentam passivos contingentes decorrentes principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos seus negócios, movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.</p>	<p>Testamos o desenho e efetividade dos principais controles para identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro e divulgação da provisão para passivos contingentes, incluindo a totalidade e integridade da base de dados.</p>
<p>Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.</p>	<p>Os processos judiciais cíveis e trabalhistas são divididos em massificados e individualizados. Os processos massificados são quantificados com base em modelos internos e são reavaliados considerando os resultados das decisões judiciais. Com relação aos processos individualizados, a apuração é realizada periodicamente a partir da determinação do valor da sentença e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas a cada uma das ações.</p>
<p>Em algumas situações a legislação tem facultado aos contribuintes encerrarem antecipadamente determinados processos tributários mediante redução ou eliminação de juros e multas. Nas esferas cível e trabalhista há também a possibilidade de encerramento antecipado dos processos mediante acordos.</p>	<p>Testamos os modelos utilizados para quantificação dos processos judiciais massificados de natureza cível e trabalhista. Para a avaliação do risco dos processos judiciais individualizados, utilizamos nossos especialistas nas áreas trabalhista, legal e fiscal, de acordo com a natureza de cada processo.</p>
<p>Adicionalmente, além dos aspectos subjetivos na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, a evolução da jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme.</p>	<p>Também, realizamos procedimentos de confirmação junto aos advogados internos e externos responsáveis pelos processos.</p>
<p>Nesse contexto, consideramos essa uma área de foco de auditoria.</p>	<p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para passivos contingentes, bem como as divulgações efetuadas, são apropriados.</p>



Itaú Unibanco Holding S.A.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A. ("Banco"). Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração esta conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Itaú Unibanco Holding S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.



Itaú Unibanco Holding S.A.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenham proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de julho de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balanço Patrimonial Consolidado
(Em milhões de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2017	31/12/2016
Disponibilidades	4	22.700	18.542
Depósitos Compulsórios no Banco Central	5	88.607	85.700
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6	28.715	22.692
Aplicações no Mercado Aberto	6	261.443	265.051
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	7a	223.211	204.648
Dados em Garantia		7.122	12.950
Demais Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		216.089	191.698
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	7b	1.410	1.191
Derivativos	8 e 9	19.305	24.231
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	10	89.175	88.277
Dados em Garantia		17.774	17.435
Demais Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		71.401	70.842
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	11	39.092	40.495
Dados em Garantia		2.814	11.778
Demais Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		36.278	28.717
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquida	12	452.209	463.394
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		479.870	490.366
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(27.661)	(26.972)
Outros Ativos Financeiros	20a	52.666	53.917
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	5.029	5.073
Ágio	3	9.834	9.675
Imobilizado, Líquido	15	7.624	8.042
Ativos Intangíveis, Líquido	16	7.301	7.381
Ativos Fiscais		42.525	44.274
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		1.612	2.703
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	27b	35.488	37.395
Outros		5.425	4.176
Bens Destinados à Venda	36.7	599	631
Outros Ativos	20a	9.777	10.027
Total do Ativo		1.361.222	1.353.241

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balanço Patrimonial Consolidado
(Em milhões de Reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30/06/2017	31/12/2016
Depósitos	17	352.327	329.414
Captações no Mercado Aberto	19a	321.922	349.164
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	18	457	519
Derivativos	8 e 9	21.420	24.698
Recursos de Mercados Interbancários	19a	136.872	135.483
Recursos de Mercados Institucionais	19b	97.506	96.239
Outros Passivos Financeiros	20b	63.731	71.832
Provisão de Seguros e Previdência Privada	30c II	166.869	154.076
Passivos de Planos de Capitalização		3.215	3.147
Provisões	32	21.471	20.909
Obrigações Fiscais		4.917	5.836
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		1.519	1.741
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas	27b II	514	643
Outras		2.884	3.452
Outros Passivos	20b	32.023	27.110
Total do Passivo		1.222.730	1.218.427
Capital Social	21a	97.148	97.148
Ações em Tesouraria	21a	(2.571)	(1.882)
Capital Adicional Integralizado	21c	1.550	1.785
Reservas Integralizadas	21d	5.891	3.443
Reservas a Integralizar	21e	26.917	25.362
Resultado Abrangente Acumulado		(2.991)	(3.274)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		125.944	122.582
Participações de Acionistas não Controladores	21f	12.548	12.232
Total do Patrimônio Líquido		138.492	134.814
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.361.222	1.353.241

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado
Períodos Findos em

(Em milhões de Reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	01/04 a 30/06/2017	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Produto Bancário		26.517	31.672	56.030	61.480
Receita de Juros e Rendimentos	23a	36.516	39.207	76.786	77.914
Despesa de Juros e Rendimentos	23b	(19.470)	(22.707)	(43.647)	(45.393)
Receita de Dividendos		170	106	175	116
Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos	23c	(407)	3.173	2.363	6.185
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		(326)	2.026	226	3.535
Receita de Prestação de Serviços	24	8.439	8.047	16.711	15.487
Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização		1.287	1.446	2.696	3.010
Receitas de Prêmios de Seguros e Previdência Privada	30b III	6.392	6.412	13.260	11.858
Resseguros de Prêmios	30b III	(12)	(38)	(26)	(57)
Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada		(5.240)	(5.080)	(10.831)	(9.092)
Receita de Operações de Capitalização		147	152	293	301
Outras Receitas	25	308	374	720	626
Perdas com Créditos e Sinistros		(4.399)	(4.587)	(10.267)	(10.443)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12b	(5.191)	(5.207)	(11.587)	(11.500)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		1.053	973	1.902	1.804
Despesas com Sinistros		(268)	(388)	(599)	(787)
Recuperação de Sinistros com Resseguros		7	35	17	40
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros		22.118	27.085	45.763	51.037
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(14.339)	(14.796)	(28.579)	(28.073)
Despesas Gerais e Administrativas	26	(12.914)	(12.673)	(25.413)	(24.060)
Despesas Tributárias		(1.552)	(2.256)	(3.441)	(4.272)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	127	133	275	259
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	27	7.779	12.289	17.184	22.964
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(1.845)	(641)	(2.975)	(1.574)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		858	(5.326)	(1.539)	(9.370)
Lucro Líquido		6.792	6.322	12.670	12.020
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	28	6.369	5.999	12.370	11.710
(Prejuízo) Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas não Controladores	21f	423	323	300	310
Lucro por Ação - Básico	28				
Ordinárias		0,99	0,92	1,91	1,80
Preferenciais		0,99	0,92	1,91	1,80
Lucro por Ação - Diluído	28				
Ordinárias		0,99	0,91	1,90	1,79
Preferenciais		0,99	0,91	1,90	1,79
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica	28				
Ordinárias		3.351.741.143	3.351.741.143	3.351.741.143	3.351.741.143
Preferenciais		3.155.404.279	3.170.650.946	3.158.922.612	3.167.060.932
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Diluída	28				
Ordinárias		3.351.741.143	3.351.741.143	3.351.741.143	3.351.741.143
Preferenciais		3.209.326.813	3.211.878.406	3.195.332.639	3.201.328.525

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente
Períodos Findos em
(Em milhões de Reais)

	Nota	01/04 a 30/06/2017	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Lucro Líquido		6.792	6.322	12.670	12.020
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(409)	817	441	2.022
Variação de Valor Justo		(691)	1.262	938	2.766
Efeito Fiscal		299	(492)	(353)	(1.125)
(Ganhos) / Perdas Transferidos ao Resultado	23c	(28)	79	(240)	635
Efeito Fiscal		11	(32)	96	(254)
Hedge		(310)	349	(411)	(260)
Hedge de Fluxo de Caixa	9	83	(785)	(269)	(2.415)
Variação de Valor Justo		225	(1.311)	(390)	(4.316)
Efeito Fiscal		(142)	526	121	1.901
Hedge de Investimentos Líquidos no Exterior	9	(393)	1.134	(142)	2.155
Variação de Valor Justo		(804)	2.040	(390)	3.824
Efeito Fiscal		411	(906)	248	(1.669)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego ^(*)		5	6	(59)	(3)
Remensurações	29	1	9	(24)	5
Efeito Fiscal		4	(3)	(35)	(8)
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		517	(1.406)	312	(2.743)
Total do Resultado Abrangente		6.595	6.088	12.953	11.036
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas não Controladores		424	323	300	310
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador		6.171	5.765	12.653	10.726

^(*) Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido (Notas 21 e 22)
Períodos findos em 30 de Junho de 2017 e 2016
(Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores										Total Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Total Patrimônio Líquido - Acionistas não Controladores	Total
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Capital Adicional Integralizado	Reservas Integralizadas	Reservas a Integralizar	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes						
							Disponíveis para Venda (1)	Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge (2)			
Saldos em 01/01/2016	85.148	(4.353)	1.733	10.067	20.947	-	(2.771)	(225)	4.822	(3.116)	112.252	1.807	114.059
Transações com os Acionistas	-	2.906	(208)	(2.174)	-	(2.899)	-	-	-	-	(2.375)	11.420	9.045
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações	-	2.906	(63)	(2.670)	-	-	-	-	-	-	173	-	173
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	436	(34)	-	-	-	-	-	-	-	402	-	402
Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 21a)	-	(200)	-	-	-	-	-	-	-	-	(200)	-	(200)
Cancelamento de Ações - AGE de 27/04/2016 - Homologado em 07/06/2016	-	2.670	-	(2.670)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	(29)	-	-	-	-	-	-	-	(29)	-	(29)
Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável	-	-	(145)	-	-	-	-	-	-	-	(145)	-	(145)
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.501	11.501
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Reserva Especial de Lucros (Nota 21b)	-	-	-	496	-	(2.899)	-	-	-	-	(2.403)	(81)	(2.484)
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2016 - Exercício 2015 - Reserva Especial de Lucros	-	-	-	(2.697)	-	-	-	-	-	-	(2.697)	-	(2.697)
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	-	-	-	(314)	-	-	-	-	-	-	(314)	-	(314)
Outros	-	-	-	-	(9)	-	-	-	-	-	(9)	-	(9)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	11.710	2.022	(3)	(2.743)	(260)	10.726	310	11.036
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	11.710	-	-	-	-	11.710	310	12.020
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	2.022	(3)	(2.743)	(260)	(984)	-	(984)
Destinações:													
Reserva Legal	-	-	-	447	-	(447)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	5.592	2.772	(8.364)	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30/06/2016	85.148	(1.447)	1.525	10.921	23.710	-	(749)	(228)	2.079	(3.376)	117.583	13.537	131.120
Mutação do Período	-	2.906	(208)	854	2.763	-	2.022	(3)	(2.743)	(260)	5.331	11.730	17.061
Saldos em 01/01/2017	97.148	(1.882)	1.785	3.443	25.362	-	(731)	(815)	2.085	(3.813)	122.582	12.232	134.814
Transações com os Acionistas	-	(689)	(235)	2.568	-	(5.467)	-	-	-	-	(3.823)	16	(3.807)
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações	-	(689)	(69)	-	-	-	-	-	-	-	(758)	-	(758)
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	593	(23)	-	-	-	-	-	-	-	570	-	570
Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 21a)	-	(1.282)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.282)	-	(1.282)
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	(46)	-	-	-	-	-	-	-	(46)	-	(46)
Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável	-	-	(166)	-	-	-	-	-	-	-	(166)	-	(166)
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	167	167
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Reserva Especial de Lucros (Nota 21b)	-	-	-	2.568	-	(5.467)	-	-	-	-	(2.899)	(151)	(3.050)
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2017 - Exercício 2016 - Reserva Especial de Lucros	-	-	-	(5.048)	-	-	-	-	-	-	(5.048)	-	(5.048)
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	-	-	-	(443)	-	-	-	-	-	-	(443)	-	(443)
Outros	-	-	-	-	23	-	-	-	-	-	23	-	23
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	12.370	441	(59)	312	(411)	12.653	300	12.953
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	12.370	-	-	-	-	12.370	300	12.670
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	441	(59)	312	(411)	283	-	283
Destinações:													
Reserva Legal	-	-	-	537	-	(537)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	4.834	1.532	(6.366)	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30/06/2017	97.148	(2.571)	1.550	5.891	26.917	-	(290)	(874)	2.397	(4.224)	125.944	12.548	138.492
Mutação do Período	-	(689)	(235)	2.448	1.555	-	441	(59)	312	(411)	3.362	316	3.678

(1) Inclui participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto relativo a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

(2) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

(Em Milhões de Reais)

	Nota	01/04 a 30/06/2017	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Lucro Líquido Ajustado		19.451	48.474	38.941	63.704
Lucro Líquido		6.792	6.322	12.670	12.020
Ajustes ao Lucro Líquido:		12.659	42.152	26.271	51.684
Opções de Outorgas Reconhecidas e Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável		106	116	(212)	(174)
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		1.264	20.793	866	17.617
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12b	5.191	5.207	11.587	11.500
Despesa de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		2.322	(1.585)	2.698	(2.770)
Variação das Provisões de Seguros e Previdência		5.240	5.080	10.831	9.092
Resultado de Operações de Capitalização		(147)	(152)	(293)	(301)
Depreciações e Amortizações	15 e 16	771	847	1.591	1.575
Despesa de Atualização / Encargos de Provisão de Passivos Contingentes e Obrigações Legais		326	410	761	843
Provisão de Passivos Contingentes e Obrigações Legais		1.018	886	1.720	1.718
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia		(86)	(97)	(174)	(188)
Tributos Diferidos (excluindo os efeitos fiscais do Hedge)	27b	1.431	8.411	2.761	9.362
Resultado de Participações sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		(127)	(132)	(275)	(259)
(Ganho) Perda em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	23c	(28)	78	(240)	635
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(3.374)	1.500	(4.577)	1.685
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(1.056)	443	(717)	925
(Ganho) Perda na Alienação de Bens Destinados a Venda	25 e 26	182	50	236	52
(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos	25 e 26	(13)	7	(18)	8
(Ganho) Perda na Alienação do Imobilizado	25 e 26	(10)	8	(6)	10
Outros		(351)	283	(268)	353
Variação de Ativos e Obrigações (*)		(25.158)	(49.550)	(45.684)	(31.207)
(Aumento) Redução em Ativos		(44.896)	(60.341)	(37.927)	20.056
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		477	1.405	1.158	1.437
Aplicações no Mercado Aberto		(23.308)	(47.199)	(19.375)	23.410
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		(3.799)	(2.180)	(2.771)	(3.489)
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		(12.996)	(3.850)	(18.535)	(9.584)
Derivativos (Ativos / Passivos)		2.178	(4.843)	1.946	(8.460)
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado		583	(411)	(219)	(222)
Operações de Crédito		(3.335)	5.139	2.096	23.206
Outros Ativos Financeiros		(2.641)	1.619	1.490	320
Outros Ativos Fiscais		(2.346)	(2.378)	(956)	231
Outros Ativos		291	(7.643)	(2.761)	(6.793)
(Redução) Aumento em Passivos		19.738	10.791	(7.757)	(51.263)
Depósitos		23.610	(7.051)	22.710	(30.566)
Captações no Mercado Aberto		(8.081)	29.814	(27.263)	(864)
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		(25)	35	(62)	71
Recursos de Mercados Interbancários		3.790	(15.586)	1.190	(24.019)
Outros Passivos Financeiros		(305)	(653)	(8.350)	(1.657)
Provisão de Seguros e Previdência		(193)	1.478	1.962	3.131
Passivos de Planos de Capitalização		159	122	361	253
Provisões		(1.000)	(673)	(1.498)	(1.188)
Obrigações Fiscais		230	631	1.861	2.191
Outros Passivos		2.455	3.557	4.310	5.502
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(902)	(883)	(2.978)	(4.117)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais		(5.707)	(1.076)	(6.743)	32.497
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos Recebidos de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		172	7	331	144
Recursos da Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		4.028	8.082	11.432	11.529
Recursos do Resgate de Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento		892	910	2.216	1.797
Alienação de Bens Destinados a Venda		114	104	132	214
Alienação de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		14	(7)	25	(8)
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Aquisição do CorpBanca	3	-	5.869	-	5.869
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Aquisição da Recovery	3	-	-	-	(714)
Alienação de Imobilizado de Uso	15	21	(1)	29	7
Distrato de Contratos do Intangível	16	(2)	2	18	5
Aquisição de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(1.980)	(1.389)	(6.958)	(3.516)
Aquisição de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(80)	(697)	(96)	(985)
Aquisição de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	-	(319)	-	(463)
Aquisição de Imobilizado de Uso	15	(208)	(77)	(376)	(223)
(Alienação) Aquisição de Intangível / Ágio	16	(621)	204	(714)	33
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento		2.350	12.688	6.039	13.689
Captação em Mercados Institucionais		2.357	4.864	5.859	4.864
Resgate em Mercados Institucionais		(3.444)	(6.192)	(8.014)	(13.919)
(Aquisição) / Alienação de Participação de Acionistas não Controladores		265	(45)	167	(45)
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas		25	31	570	402
Aquisições de Ações para Tesouraria		(996)	-	(1.282)	(200)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas não Controladores		(136)	(51)	(151)	(81)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(293)	(267)	(7.567)	(5.093)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento		(2.222)	(1.660)	(10.418)	(14.072)
Aumento / (Diminuição) em Caixa e Equivalentes de Caixa	2.4c e 4	(5.579)	9.951	(11.122)	32.114
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	90.974	116.987	96.119	91.649
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.264)	(20.793)	(866)	(17.617)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	84.131	106.146	84.131	106.146
Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa					
Juros Recebidos		30.345	33.687	70.527	77.990
Juros Pagos		17.406	16.486	41.510	35.819
Transações não Monetárias					
Empréstimos Transferidos para Bens Destinados a Venda		-	-	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Declarados e Ainda não Pagos		999	995	2.544	2.102

(*) Inclui os valores dos juros recebidos e pagos conforme demonstrado acima

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Valor Adicionado

(Em Milhões de Reais)

	01/04 a 30/06/2017	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Receitas	41.849	50.145	89.992	97.177
Juros, Rendimentos e outras	35.953	44.512	79.550	87.750
Prestação de Serviços	8.439	8.047	16.711	15.487
Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	1.287	1.446	2.696	3.010
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.138)	(4.234)	(9.685)	(9.696)
Outras	308	374	720	626
Despesas	(21.924)	(25.221)	(48.533)	(50.249)
Juros, Rendimentos e outras	(19.470)	(22.707)	(43.647)	(45.393)
Outras	(2.454)	(2.514)	(4.886)	(4.856)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(3.887)	(3.967)	(7.651)	(7.484)
Materiais, Energia e Outros	(179)	(195)	(363)	(378)
Serviços de Terceiros	(1.045)	(1.150)	(2.036)	(2.081)
Outras	(2.663)	(2.622)	(5.252)	(5.025)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(1.031)	(983)	(2.012)	(1.916)
Propaganda, Promoções e Publicações	(291)	(248)	(514)	(456)
Instalações	(309)	(295)	(577)	(542)
Transportes	(82)	(99)	(167)	(198)
Segurança	(179)	(181)	(364)	(358)
Viagens	(54)	(49)	(97)	(89)
Outras	(717)	(767)	(1.521)	(1.466)
Valor Adicionado Bruto	16.038	20.957	33.808	39.444
Depreciação e Amortização	(742)	(781)	(1.488)	(1.451)
Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade	15.296	20.176	32.320	37.993
Valor Adicionado Recebido em Transferência	127	133	275	259
Valor Adicionado Total a Distribuir	15.423	20.309	32.595	38.252
Distribuição do Valor Adicionado	15.423	20.309	32.595	38.252
Pessoal	5.141	5.404	10.094	8.351
Remuneração Direta	3.997	4.353	7.867	6.421
Benefícios	927	837	1.802	1.520
F.G.T.S. - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	217	214	425	410
Impostos, Taxas e Contribuições	3.118	8.223	9.086	17.180
Federais	2.814	7.932	8.489	16.586
Estaduais	1	9	1	9
Municipais	303	282	596	585
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis	372	360	745	701
Remuneração de Capitais Próprios	6.792	6.322	12.670	12.020
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	1.471	1.310	3.050	2.484
Lucros Retidos / (Prejuízo) do Período	4.898	4.689	9.320	9.226
Participação dos não-controladores nos Lucros Retidos	423	323	300	310

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 para Contas Patrimoniais e

De 01/04 a 30/06 de 2017 e 2016 e 01/01 a 30/06 de 2017 e 2016 para Contas de Resultado

(Em milhões de reais, exceto informações por ação)

Nota 1 – Informações Gerais

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING) é uma companhia aberta, constituída e existente segundo as leis brasileiras. A matriz do ITAÚ UNIBANCO HOLDING está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros a clientes pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no exterior, sendo esses clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, subsidiárias e afiliadas internacionais.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma holding financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR"), uma empresa de participações que detém 51% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa Investimentos Itaú S.A. ("Itaúsa"), uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha, e pela (ii) Companhia E. Johnston de Participações ("E. Johnston"), uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 38,7% das ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Conforme descrito na Nota 34, as operações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são divididas em três segmentos operacionais e reportáveis: (1) Banco de Varejo, que engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda (Itaú Uniclass e Personnalité) e o segmento empresas (micro e pequenas empresas); (2) Banco de Atacado, que compreende os produtos e serviços de atacado para empresas de médio e grande porte, bem como as atividades de banco de investimento, além das atividades das unidades da América Latina e (3) Atividades com Mercado + Corporação que gerencia fundamentalmente o resultado financeiro associado ao excesso de capital, de dívida subordinada e do carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de julho de 2017.

Nota 2 – Políticas Contábeis Significativas

2.1. Base de Preparação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING foram elaboradas considerando os requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas anuais, de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS), conforme aprovado pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Na preparação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nas IFRS e nas interpretações do *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC).

A Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa demonstra as mudanças, no Caixa e Equivalentes de Caixa, surgidas durante o período, decorrentes das atividades operacionais, de investimento e de financiamento e inclui investimentos altamente líquidos (Nota 2.4c).

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são determinados pelo método indireto. O lucro líquido consolidado é ajustado por itens não monetários, como ganhos e perdas de mensuração, movimentação de provisões e variações nos saldos de recebíveis e obrigações. Todas as receitas e despesas oriundas de transações não monetárias, atribuíveis às atividades de investimento e de financiamento são eliminadas. Os juros recebidos ou pagos são classificados como fluxos de caixa operacionais.

A Administração entende que as informações prestadas nessas Demonstrações Contábeis Consolidadas são relevantes e representam fidedignamente as informações utilizadas na gestão do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

2.2. Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 30 de junho de 2017

Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 30 de junho de 2017.

b) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – O pronunciamento substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável a instrumentos financeiros e será adotada de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2018. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros, (II) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*). Dentre as diversas alterações, consideramos que os itens abaixo podem apresentar maiores impactos:
 - (I) Classificação e mensuração de ativos financeiros: dois critérios devem ser considerados para determinar a classificação dos ativos financeiros, sendo o primeiro o modelo de negócios da entidade na gestão de seus ativos financeiros e o segundo as características do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros;
 - (II) Redução ao valor recuperável: A nova norma traz o conceito de perda esperada e classificação em três estágios;
 - (III) Contabilização de cobertura (*hedge accounting*): Os requisitos para contabilização de cobertura (*hedge accounting*) estão diretamente relacionados com a gestão de risco e têm aplicação prospectiva.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está em processo de implantação da IFRS 9 e os possíveis impactos decorrentes de sua adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma. Cabe destacar que a adoção do conceito de perda esperada frente ao conceito de perda incorrida deve apresentar incremento na provisão de crédito de liquidação duvidosa em decorrência da antecipação do reconhecimento de perdas. No processo de implantação estão envolvidas as áreas de finanças, de riscos, tecnologia e a Administração.

- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes: O pronunciamento substitui a IAS 18 – Receita e IAS 11 – Contratos de Construção, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os

direitos desses bens ou serviços. O ITAU UNIBANCO HOLDING adotará a IFRS 15 retrospectivamente apenas para contratos não finalizados até a data de entrada em vigor da norma. Demais efeitos deverão ser ajustados em contrapartida a Lucros e Prejuízos Acumulados. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Não foram identificados impactos significativos na adoção desta norma até o presente momento.

- IFRS 16 – Arrendamentos: O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- IFRS 17 – Contratos de Seguro: O pronunciamento substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro. Apresenta três abordagens para avaliação dos contratos de seguros:
 - Modelo Padrão: aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo;
 - Premium Allocation Approach (PAA): aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificada que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão;
 - Variable Fee Approach: abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
- Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

- Alteração da IFRS 4 – Contratos de Seguro – Aplicação conjunta da IFRS 9: A alteração permite às entidades emitentes de contratos de seguro mitigar possíveis impactos da adoção da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros antes da vigência da IFRS 17 – Contratos de Seguro, por meio de duas opções:
 - Isenção temporária: adoção da IFRS 9 em conjunto com a IFRS 17, ou seja, a partir de janeiro de 2021. Esta opção se aplica, apenas, às entidades com atividades relevantes de seguro (acima de 80% dos passivos totais) e que não tenham aplicado antecipadamente a IFRS 9;
 - Abordagem de Sobreposição: adoção da IFRS 9, contudo, para os ativos reclassificados para a categoria Valor Justo por meio do Resultado, transferir os efeitos da adoção da IFRS 9 do Resultado do Período para Outros Resultados Abrangentes até a vigência da IFRS 17.

Os passivos relacionados aos contratos de seguro não são representativos em comparação aos passivos totais do ITAU UNIBANCO HOLDING.

Em 2018, o ITAU UNIBANCO HOLDING adotará a IFRS 9 para todos os ativos financeiros, inclusive para os ativos financeiros das entidades seguradoras e, portanto, não utilizará as opções acima.

- Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (*Joint Ventures*) - As alterações referem-se a uma inconsistência entre as exigências da IFRS 10 e IAS 28, ao tratar de venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlados em conjunto (*Joint Ventures*). Data de vigência ainda não definida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

2.3. Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as IFRS exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis Consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

2.3.1. Estimativas Contábeis Críticas

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com as IFRS e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas são continuamente avaliadas, considerando a experiência passada e outros fatores.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente sua carteira de empréstimos e recebíveis para avaliar a existência de perda por redução ao valor recuperável nas suas operações.

Para determinar o montante de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na Demonstração Consolidada do Resultado para créditos ou para uma determinada classe de créditos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um evento de perda. Essas evidências podem incluir dados observáveis que indicam que houve uma mudança adversa nos fluxos de caixas recebidos em relação aos esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por redução ao valor recuperável. A Administração utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administração, tendo em vista a adequação dos modelos e a suficiência dos volumes de provisão em face a experiência de perda incorrida.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza modelos estatísticos para o cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na carteira de crédito homogênea. Periodicamente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza procedimentos para aprimorar estas estimativas, alinhando a exigência de provisões aos níveis de perda observados pelo comportamento histórico (conforme descrito na Nota 2.4d X). Este alinhamento visa a garantir que o volume de provisionamento reflita as condições econômicas atuais, a composição da carteira de empréstimos, a qualidade das garantias obtidas e o perfil de nossos clientes.

Os detalhes sobre a metodologia e premissas utilizadas pela Administração estão apresentadas na Nota 2.4d X. O detalhamento da provisão para créditos de liquidação duvidosa está na Nota 12b.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Conforme explicação na Nota 2.4k, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 27.

c) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos

A mensuração a valor justo dos Instrumentos Financeiros é feita recorrentemente, conforme requerida pela IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O valor justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos dados usados no processo de mensuração.

O detalhamento sobre o Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos, bem como sobre a hierarquia de valor justo estão apresentados na Nota 31.

A equipe responsável pelo apreçamento dos ativos, seguindo a governança definida em comitê e circulares normativas, efetua análises críticas das informações extraídas do mercado e periodicamente faz a revisão dos prazos mais longos dos indexadores. Ao final dos fechamentos mensais, as áreas se reúnem para uma nova rodada de análises para a manutenção relativa à classificação dentro da hierarquia do valor justo. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado, no entanto, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados instrumentos financeiros estão descritas na Nota 31.

d) Planos de Pensão de Benefício Definido

O valor atual de obrigações de planos de pensão é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

As principais premissas para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 29.

e) Provisões, Contingências e Outros Compromissos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores. O detalhamento das Provisões, Contingências e Outros Compromissos está apresentado na Nota 32.

f) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez,

longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em avaliações comparativas e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

Informações adicionais estão descritas na Nota 30.

2.3.2. Julgamentos Críticos na Aplicação de Políticas Contábeis

a) Ágio

O teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio envolve estimativas e julgamentos significativos, incluindo a identificação de unidades geradoras de caixa e a alocação do ágio para tais unidades com base na expectativa de quais se beneficiarão da aquisição. A determinação dos fluxos de caixa esperados e a taxa de juros ajustada ao risco para cada unidade requer o exercício de julgamento e estimativas por parte da Administração. São submetidos semestralmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos e, em 30 de junho de 2017 e 2016 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não identificou perda por redução ao valor recuperável de ágio.

2.4 Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Consolidação

I- Subsidiárias

De acordo com a IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, subsidiárias são todas as entidades nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui controle. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla uma entidade quando está exposto a, ou possui direitos a seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING obtém seu controle e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle é perdido.

A tabela a seguir apresenta as principais empresas consolidadas, cuja somatória representa mais de 95% do total do ativo consolidado, bem como a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em seus capitais votantes em 30/06/2017 e 31/12/2016:

		Moeda Funcional	País de Constituição	Atividade	Participação % no capital votante em		Participação % no capital total em	
					30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
No País								
Banco Itaú BBA S.A.			Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Consignado S.A.(1)			Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaucard S.A.			Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itauleasing S.A.			Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cia. Itaú de Capitalização			Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil			Brasil	Arrendamento Mercantil	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento			Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Hipercard Banco Múltiplo S.A.			Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itauseg Seguradora S.A.(2)			Brasil	Seguros	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Itaú Corretora de Valores S.A.			Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Seguros S.A.			Brasil		Seguros	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco S.A.			Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.			Brasil	Previdência Complementar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Luizacred S.A. Soc. Cred. Financiamento Investimento			Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Redecard S.A.			Brasil	Adquirente	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
No Exterior								
Itaú Corpbanca Colombia S.A.	(Nota 3)	Peso Colombiano	Colômbia	Instituição Financeira	23,67%	23,67%	23,67%	23,67%
Banco Itaú (Suisse) S.A.		Franco Suíço	Suíça	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Argentina S.A.		Peso Argentino	Argentina	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Paraguay S.A.		Guarani	Paraguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Uruguay S.A.		Peso Uruguaio	Uruguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau Bank, Ltd.		Real	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú BBA Colombia S.A. Corporacion Financiera		Peso Colombiano	Colômbia	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau BBA International plc		Dólar	Reino Unido	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau BBA USA Securities Inc.		Real	Estados Unidos	Corretora de Valores	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú CorpBanca	(Nota 3)	Peso Chileno	Chile	Instituição Financeira	35,71%	35,71%	35,71%	35,71%

(1) Nova denominação social do Banco Itaú BMG Consignado S.A..

(2) Nova denominação social do Itaú BMG Seguradora S.A.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o compromisso de manter o capital mínimo exigido para todas as entidades controladas em conjunto, sendo que para a Financeira Itaú CBD S.A Crédito, Financiamento e Investimento (FIC) o percentual de capital mínimo é superior em 25% ao exigido pelo Banco Central do Brasil (Nota 33).

II - Combinações de Negócios

De acordo com a IFRS 3 – Combinações de Negócios, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos e, sua contabilização é aplicável quando um negócio for adquirido. Um negócio geralmente consiste em um conjunto integrado de atividades e ativos que é capaz de ser conduzido e administrado com a finalidade de oferecer um retorno, na forma de dividendos, custos mais baixos ou outros benefícios econômicos, diretamente aos investidores ou outros sócios, membros ou participantes. Se existe ágio em um conjunto de atividades e de ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem à definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionado os custos diretamente atribuíveis a aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excedente do custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, sobre o valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é contabilizado como ágio.

O tratamento do ágio está descrito na Nota 2.4h. Se o custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, for menor do que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III - Transações Com Acionistas não Controladores

A IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em perda de controle, sejam contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) Conversão de Moedas Estrangeiras

I- Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada subsidiária, entidade sob controle conjunto e investimento em associada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING definiu a moeda funcional, conforme previsto na IAS 21 - Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço;
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

II - Transações em Moeda Estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante do Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 4.

d) Ativos e Passivos Financeiros

De acordo com a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria na qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias:

Categorias	Reconhecimento e Mensuração
<ul style="list-style-type: none">Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – Mantidos para Negociação	<ul style="list-style-type: none">Inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo;Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado;Os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são incluídos diretamente na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.
<ul style="list-style-type: none">Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – Designados a Valor Justo	
<ul style="list-style-type: none">Ativos Financeiros Disponíveis para Venda(*)	<ul style="list-style-type: none">Inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo, mais os custos de transação;Os ganhos e as perdas não realizados (exceto perdas por redução ao valor recuperável, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado Abrangente Acumulado.
<ul style="list-style-type: none">Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento(*)	<ul style="list-style-type: none">Inicialmente reconhecidos a valor justo, mais os custos de transação;Subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.
<ul style="list-style-type: none">Empréstimos e Recebíveis	
<ul style="list-style-type: none">Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	

(*) Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

A classificação dos ativos e passivos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

Taxa Efetiva de Juros – O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

As receitas e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas, na Demonstração Consolidada do Resultado, nas rubricas Receita de Juros e Rendimentos e Despesa de Juros e Rendimentos, respectivamente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica como empréstimos e recebíveis e passivos financeiros ao custo amortizado as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial Consolidado:

Empréstimos e Recebíveis	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado
<ul style="list-style-type: none">Depósitos Compulsórios nos Bancos Centrais (Nota 2.4dl e Nota 5);Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6);Aplicações no Mercado Aberto (Nota 2.4dll e	<ul style="list-style-type: none">Depósitos (Nota 17);Captações no Mercado Aberto (Nota 2.4dll e Nota 19a);Recursos de Mercados Interbancários (Nota 19a);

Nota 6); • Operações de Crédito (Nota 2.4dVIII e Nota 12); e • Outros Ativos Financeiros (Nota 20a).	• Recursos de Mercados Institucionais (Nota 19b); • Obrigações de Planos de Capitalização; e • Outros Passivos Financeiros (Nota 20b).
--	--

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da IAS 39.

Caso contrário, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa. Os passivos financeiros são baixados quando liquidados ou extintos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I – Depósitos Compulsórios nos Bancos Centrais

Os Bancos Centrais dos países onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera impõem atualmente diversas exigências de depósito compulsório às instituições financeiras. Tais exigências são aplicadas a um amplo leque de atividades e de operações bancárias, como depósitos à vista, depósitos em poupança e depósitos a prazo.

II – Aplicações no Mercado Aberto

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de operações de compra com compromisso de revenda (compromisso de revenda) e de venda com compromisso de recompra (compromisso de recompra) de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas Aplicações no Mercado Aberto e Captações no Mercado Aberto, respectivamente.

A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse do compromisso de revenda e de recompra é temporariamente transferida ao comprador. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajusta o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou de usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

III – Ativos e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação

São os ativos e passivos adquiridos e incorridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo.

IV – Ativos e Passivos Financeiros Designados a Valor Justo

São os ativos e passivos designados, irrevogavelmente, a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). De acordo com a IAS 39, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando esses ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

V – Derivativos

Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo for positivo, e como passivos quando o valor justo for negativo.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados quando suas características e seus riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do contrato principal e este não é contabilizado a valor justo através do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente a valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

Derivativos podem ser designados e qualificados como instrumento de *hedge* para fins contábeis e, em se qualificando, dependendo da natureza do item protegido, o método de reconhecer os ganhos ou as perdas de valor justo será diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e de passivos financeiros, e que atendem aos critérios da IAS 39, são contabilizados como *hedge* contábil.

De acordo com a IAS 39, para qualificar-se como *hedge* contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- No início do *hedge*, existe designação e documentação formal da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*;
- É esperado que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular;
- Quanto ao *hedge* de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de *hedge* tem de ser altamente provável e tem de apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam, em última análise, afetar o resultado;
- A efetividade do *hedge* pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de *hedge* podem ser confiavelmente medidos;
- O *hedge* é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das Demonstrações Contábeis para o qual o *hedge* foi designado.

A IAS 39 apresenta três estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza-se de derivativos como instrumento de *hedge* em estratégias de *hedge* de fluxo de caixa, *hedge* de valor justo e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior, conforme detalhado na Nota 9.

Hedge de Valor Justo

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

- a) O ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e
- b) O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco coberto deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, os critérios de *hedge* contábil não forem mais atendidos ou a entidade revogar a designação, a entidade deve descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

Hedge de Fluxo de Caixa

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou das perdas do derivativo é registrada diretamente em Resultado Abrangente Acumulado – *Hedge* de Fluxo de Caixa, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e subsequentemente reclassificados para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de *hedge* relacionado é relatado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, ou quando os critérios de *hedge* contábil não forem mais atendidos ou ainda quando a entidade revogar a designação do *hedge* contábil, qualquer ganho ou perda acumulado existente em Resultado Abrangente Acumulado até este momento deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou deixe de se esperar que ocorra, sendo reclassificada para o resultado neste momento. Porém, quando já não se espera que a transação prevista ocorra, qualquer ganho ou perda acumulado reconhecido em Resultado Abrangente Acumulado é imediatamente reconhecido no resultado.

Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior

O *hedge* de um investimento líquido em operação no exterior, incluindo *hedge* de um item monetário que seja contabilizado como parte do investimento líquido, é contabilizado de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa:

- a) A parcela do ganho ou da perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo é reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado;
- b) A parcela inefetiva é reconhecida no resultado do período.

O ganho ou a perda sobre o instrumento de *hedge* relacionado à parcela efetiva do *hedge* que tiver sido reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado é reclassificado para o resultado do período na alienação da operação no exterior.

VI – Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

De acordo com a IAS 39, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da Administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento.

O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos. Dividendos sobre ativos disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como Receita de Dividendos quando for provável que se estabeleça o direito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de receber tais dividendos e ter entradas de benefícios econômicos.

VII – Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

De acordo com a IAS 39 os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento são ativos financeiros não-derivativos, que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Tanto a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, quanto a reversão do montante dessa perda, são registradas, quando aplicável, na Demonstração Consolidada do Resultado.

VIII – Operações de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica uma operação de crédito como não performando se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atraso de 60 dias ou mais. Neste caso, a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda de seu valor recuperável e o valor contábil é reduzido por meio da constituição de provisão para créditos de

liquidação duvidosa, a receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzido utilizando-se a taxa efetiva de juros para descontar os fluxos de caixa futuros a fim de mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A área de risco de crédito e área de finanças são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a provisão para perdas em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Estas áreas monitoram as tendências observadas na provisão para créditos de liquidação duvidosa por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear em mudanças na provisão, na PD (*probability of default*) ou na LGD (*loss given default*).

Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, por entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças em nossas políticas de crédito.

IX – Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (como Arrendador)

Quando ativos são objetos de um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como recebível no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ocorre na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

X – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Geral

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que um crédito ou um grupo de créditos esteja deteriorado. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda caso exista evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (evento de perda) e se esse evento (ou eventos) de perda representar impacto que possa ser confiavelmente estimado nos fluxos de caixa futuros.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma provisão constituída para prováveis perdas inerentes à carteira na data do Balanço Patrimonial. A determinação do nível da provisão depende de diversas ponderações e premissas, inclusive das condições econômicas atuais, da composição da carteira de empréstimos, da experiência anterior com perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil e da avaliação do risco de crédito relacionada aos empréstimos individuais. Nosso processo para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa adequada inclui o julgamento da Administração e o uso de estimativas. A adequação da provisão é analisada regularmente pela Administração.

O critério utilizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING para determinar a existência de evidência objetiva de perda inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros;
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem numa deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, particularmente para carteiras do varejo);
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos;
- Início de processo de falência;
- Deterioração da posição competitiva do emissor.

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela Administração para cada carteira de créditos semelhantes identificada. Tendo em vista a representatividade dos diversos grupos homogêneos, a Administração optou por utilizar um período uniforme de 12 meses. Para as

carteiras de créditos avaliados individualmente para ganho ou perda ao valor recuperável, utiliza-se um período máximo de 12 meses, considerando o ciclo de revisão de cada crédito.

Avaliação

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia primeiro a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente para créditos que sejam individualmente significativos ou coletivamente para créditos que não sejam individualmente significativos.

Para determinar o valor da provisão para créditos individualmente significativos com evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza metodologias que consideram a qualidade do cliente e também a natureza da transação, inclusive sua garantia, para estimar os fluxos de caixa esperados dessas operações de créditos.

Se não houver evidência objetiva de perda para um crédito individualmente avaliado, seja ele significativo ou não, este é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os créditos que são individualmente avaliados e para os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros original do crédito.

Para os créditos avaliados coletivamente, o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros para o qual exista uma garantia recebida reflete o desempenho histórico da execução e recuperação do valor justo, considerando os fluxos de caixa que serão gerados pela execução da garantia menos os custos para obter e vender tal garantia.

Para fins de avaliação coletiva da necessidade de constituição de provisão, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito que está sendo avaliado. Os fluxos de caixa futuros de grupo de créditos que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da necessidade de constituição de provisão são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos créditos do grupo e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base em informação disponível na data corrente observável para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

No caso dos créditos individualmente significativos sem evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica essas operações de crédito em certas categorias de *rating* com base em diversos fatores qualitativos e quantitativos aplicados por meio de modelos desenvolvidos internamente. Considerando o tamanho e as diferentes características de risco de cada contrato, a categoria de *rating* determinada de acordo com os modelos internos pode ser revisada e modificada pelo Comitê de Crédito Corporativo, cujos membros são executivos e especialistas em risco de crédito de grandes empresas. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima perdas inerentes a cada categoria considerando uma abordagem desenvolvida internamente para carteiras com baixa inadimplência, que utiliza a experiência histórica na construção de modelos internos que são usados tanto para estimar a PD (*probability of default*) inadimplência quanto para estimar a LGD (*loss given default*).

Para determinar o valor da provisão dos créditos individualmente não significativos, essas operações são segregadas em classes, considerando os riscos relacionados e as características de cada grupo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada para cada uma dessas classes por meio de um processo que considera a inadimplência histórica e a experiência de prejuízo em operações de crédito nos últimos anos.

Mensuração

A metodologia utilizada para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi desenvolvida pelas áreas de risco de crédito e de finanças no nível corporativo. Entre essas áreas, considerando as diferentes características das carteiras, áreas diferentes são responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para cada uma delas: Grandes Empresas (incluindo operações de crédito com evidência objetiva de perda e operações de crédito individualmente

significativas, mas sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina. Cada uma das quatro áreas responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa é dividido em grupos: os que desenvolvem a metodologia e os que a validam. Um grupo centralizado na área de risco de crédito é responsável por mensurar a provisão em base recorrente, seguindo as metodologias desenvolvidas e aprovadas para cada uma das quatro áreas.

Essa metodologia está baseada em dois componentes para aferir o montante de provisão: a probabilidade de inadimplência da contraparte (PD) e o potencial de perda econômica que pode ocorrer em caso de inadimplência, sendo a dívida que não pode ser recuperada (LGD) que são aplicáveis aos saldos das operações de crédito em aberto. A mensuração e a avaliação desses componentes de risco fazem parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira. Os montantes estimados de PD e de LGD são mensurados com base em modelos estatísticos, que consideram um número significativo de variáveis diferentes para cada classe, que incluem receitas, patrimônio líquido, histórico de empréstimos passados, nível de endividamento, setores econômicos que afetam a capacidade de recebimento, outros atributos de cada contraparte, ambiente econômico, entre outros. Esses modelos são atualizados regularmente por conta de mudanças nas condições econômicas e de negócios.

O processo de atualização de um modelo é iniciado quando a área de modelagem identifica que o mesmo não está capturando efeitos significativos nas mudanças das condições econômicas, no desempenho da carteira ou quando é feita alguma alteração na metodologia de apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Quando uma alteração de modelo é processada, o mesmo é validado por meio de testes de modelos matemáticos, e são aplicados métodos estatísticos para mensurar a sua performance, por meio da análise detalhada de sua documentação, descrevendo passo a passo como o processo é executado. A validação dos modelos é realizada por uma área independente da área que o desenvolveu, que emite um parecer técnico sobre as premissas usadas (integridade, consistência e replicabilidade das bases) e sobre a metodologia matemática empregada. O parecer técnico posteriormente é submetido à CTAM (Comissão Técnica de Avaliação de Modelos), que é a instância máxima para aprovação das revisões dos modelos.

Considerando as diferentes características das operações de crédito em cada uma das áreas (Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina), áreas diferentes dentro da área de risco de crédito são responsáveis por desenvolver e aprovar as metodologias para operações de crédito em cada uma dessas quatro áreas. A Administração acredita que o fato de diferentes áreas focarem em cada uma das quatro carteiras resulta em maior conhecimento, especialização e conscientização das equipes quanto aos fatores que são mais relevantes para cada área na mensuração das perdas em operações de crédito. Também considerando essas diferentes características e outros fatores, dados e informações diferentes são utilizados para estimar a PD e a LGD, conforme detalhado a seguir:

- **Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda)** - Os fatores considerados e os dados utilizados são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente, os resultados da análise das demonstrações contábeis da empresa e as informações obtidas por meio de contatos frequentes com seus diretores, objetivando o entendimento da estratégia e a qualidade de sua administração. Além disso, também são incluídos na análise os fatores setoriais e macroeconômicos. Todos esses fatores (que são quantitativos e qualitativos) são utilizados como informações para o modelo interno desenvolvido para determinar a categoria de *rating* correspondente. Essa abordagem é aplicada à carteira de crédito de grandes empresas no Brasil e no exterior.
- **Pessoas Físicas** – Os fatores considerados e as informações utilizadas são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente e as informações disponíveis nos serviços de proteção ao crédito (informações negativas).
- **Micro, Pequenas e Médias Empresas** – Os fatores considerados e as informações utilizadas incluem além do histórico de relacionamento com o cliente e das informações dos serviços de proteção ao crédito sobre a empresa, a especialização do setor e as informações sobre seus acionistas e diretores, entre outros.
- **Unidades Externas América Latina** – Considerando o tamanho relativamente menor desta carteira e sua natureza mais recente, os modelos são mais simples e usam a posição “vencida” e o *rating* interno do cliente como os principais fatores.

Reversão, Write-off e Renegociação

Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de *rating* de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Quando um empréstimo é incobrável, este é baixado do Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. Tais empréstimos são baixados 360 dias após apresentarem atraso nos pagamentos, ou em 540 dias, no caso de empréstimos com prazos remanescentes superiores a 36 meses.

Na quase totalidade dos casos exige-se pelo menos o pagamento de uma parcela nos termos pactuados para que operações renegociadas retornem para a condição de crédito normal. Os empréstimos renegociados retornam à condição de operação de crédito de curso anormal e tem a interrupção no reconhecimento da receita, quando o período de atraso alcança 60 dias após o vencimento sob os termos da renegociação, o que normalmente corresponde ao devedor deixar de realizar dois ou mais pagamentos.

e) Investimentos em Empresas Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

I – Associadas

De acordo com a IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (*Joint Ventures*), associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em associadas e entidades controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II – Negócios em Conjunto

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING analisa a natureza de seus negócios em conjunto para avaliar se possui operações em conjunto ou negócios em conjunto. Os negócios em conjunto são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial de acordo com os requerimentos da IFRS 11 – Negócios em Conjunto.

A participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nos lucros ou prejuízos de suas associadas e entidades controladas em conjunto pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas correspondentes do patrimônio líquido de suas associadas e entidades controladas em conjunto é reconhecida em suas reservas do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em associadas e entidades controladas em conjunto, incluindo quaisquer outros recebíveis, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas associadas e entidades controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das associadas e entidades controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas o ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantiver influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em Resultados Abrangentes Acumulados será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em associadas e entidades controladas em conjunto, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

f) Compromissos de Arrendamento Mercantil (como Arrendatário)

Como arrendatário, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem contratos de arrendamento mercantil operacional e financeiro.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING arrenda certos bens do imobilizado e aqueles em que detém substancialmente os riscos e benefícios de sua propriedade são classificados como arrendamentos financeiros.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros futuros, são incluídas em Outros Passivos Financeiros. As despesas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

As despesas por operações de arrendamento operacional são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes da expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período em que a terminação ocorre.

g) Imobilizado

De acordo com a IAS 16 – Imobilizado, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas e demais detalhamentos são apresentadas na Nota 15.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com a IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita no âmbito de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outras Receitas ou Despesas Gerais e Administrativas.

h) Ágio

De acordo com a IFRS 3 – Combinações de Negócios, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado semestralmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido na IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

A IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer *ágio* alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base *pro rata* do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do *ágio* não pode ser revertida.

Os *ágios* oriundos de aquisição de subsidiárias são apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica *Ágios*.

Os *ágios* das associadas e entidades controladas em conjunto são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o *ágio*).

i) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, incluem *softwares* e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provêm de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser medido confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. O saldo de Ativos Intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia semestralmente seus Ativos Intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução ao valor recuperável. Se tais indicações forem identificadas, os Ativos Intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com a IAS 36, perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável os ativos são agrupados no nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa. A avaliação pode ser feita no âmbito de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pela IAS 38 – Ativos Intangíveis, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

A composição dos ativos intangíveis está descrita na Nota 16.

j) Bens Destinados à Venda

Os Bens Destinados à Venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado quando ocorre sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo menor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda ou (ii) o valor contábil dos bens destinados à venda.

k) Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes e Obrigações Fiscais - Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são

reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos e Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas, respectivamente.

A Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado Abrangente Acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre *hedges* de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho / perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são para todos os períodos apresentados:

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social (*)	20,00%

(*) Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social de 15,00% para 20,00% até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartão de crédito. Para as demais empresas a alíquota continua 9,00%.

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual, um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

I) Contratos de Seguros e Previdência Privada

A IFRS 4 – Contratos de Seguro define contrato de seguro como um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente. O risco de seguro é significativo se, e somente se, o evento segurado possa levar o emitente da apólice a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Quando da adoção inicial das IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING decidiu não alterar suas políticas contábeis para contratos de seguros, que seguem as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil (BRGAAP).

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, tratados como contratos de seguro, conforme previsto pela IFRS 4, assim como aqueles que transferem risco financeiro significativo.

Esses contratos podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 30 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

Planos de Previdência Privada

Os contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Resseguros

Os prêmios de resseguros são reconhecidos durante o mesmo período em que os prêmios de seguros relacionados são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

No curso normal dos negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e a outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

Passivos

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas. Uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecida se o montante estimado de insuficiência de prêmios excede o custo diferido de aquisição. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada.

Derivativos Embutidos

Não identificamos derivativos embutidos em nossos contratos de seguros que devam ser separados ou mensurados a valor justo de acordo com os requerimentos da IFRS 4.

Teste de Adequação do Passivo

A IFRS 4 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação por meio de um teste mínimo de adequação. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza o teste de adequação dos passivos em IFRS utilizando premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Caso a análise demonstre insuficiência, qualquer deficiência identificada será contabilizada imediatamente no resultado do período.

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação de passivo estão detalhados na Nota 30.

m) Planos de Capitalização

Para fins regulatórios, no Brasil, os planos de capitalização são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador. Estes planos não atendem à definição de contrato de seguro segundo a IFRS 4 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo a IAS 39.

A receita dos planos de capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a obrigação de reembolsar.

n) Benefícios Pós-Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é obrigado a fazer contribuições para a previdência social pública e plano de indenizações trabalhistas, no Brasil e em outros países onde opera, que são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante de Despesas Gerais e Administrativas, quando incorridas.

Adicionalmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também patrocina Planos de Benefícios Definidos e Planos de Contribuição Definida, contabilizados de acordo com a IAS 19 – Benefícios aos Empregados.

Planos de Pensão – Planos de Benefício Definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial Consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por consultoria atuarial independente, utilizando-se o método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado dos fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos de longo prazo emitidos pelo tesouro brasileiro denominados em Reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão. São reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado:

- Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente;
- Juros sobre o valor líquido de ativo (passivo) de plano de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido reconhecido no ativo e no passivo, resultante da passagem do tempo, que compreende a receita de juros sobre ativos do plano, custo de juros sobre a obrigação de plano de benefício definido e juros sobre o efeito do limite do ativo (*asset ceiling*).

Os ganhos e perdas atuariais resultantes da não aderência das premissas estabelecidas na última avaliação atuarial, em relação ao efetivamente realizado, bem como dos efeitos de mudanças em tais premissas. Os ganhos e perdas são reconhecidos integralmente em Resultados Abrangentes Acumulados.

Planos de Pensão - Contribuição Definida

Para os Planos de Contribuição Definida, as contribuições aos planos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING por meio de fundos previdenciais, são reconhecidas como despesa, quando devidas.

Outras Obrigações Pós-Emprego

Algumas das empresas adquiridas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao longo dos últimos anos patrocinavam planos de benefício de assistência médica pós-aposentadoria e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está comprometido pelos contratos de aquisição a manter tais benefícios por um período específico, assim como em relação aos benefícios concedidos por decisão judicial.

De forma semelhante aos planos de pensão de benefício definido, essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados, sendo que os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego e os ganhos e perdas decorrentes de ajuste de práticas e mudanças de premissas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido, em Resultados Abrangentes Acumulados, no período em que ocorrem.

o) Pagamento Baseado em Ações

Os pagamentos baseados em ações são contabilizados de acordo com a IFRS 2 – Pagamento Baseado em Ações que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados, com base no valor justo dos mesmos na data de outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência, que não de mercado, estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas, baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na Demonstração Consolidada do Resultado, com um ajuste correspondente ao Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING geralmente entrega ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de apreçamento de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações.

p) Garantias Financeiras

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece no Balanço Patrimonial Consolidado como uma obrigação na rubrica Outros Passivos, na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receitas de Prestação de Serviços.

Após a emissão, com base na melhor estimativa, se o ITAÚ UNIBANCO HOLDING concluir que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida for provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

q) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes são avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com a IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, exceto quando a Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING entender que sua realização for praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões;
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, não sendo nenhuma provisão registrada;
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e os divulgados como possíveis são quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 32.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumados após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

r) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no Patrimônio Líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no Patrimônio Líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

s) Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em Tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Pagamento Baseado em Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento no Capital Adicional Integralizado. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas Ações em Tesouraria contra Reservas Integralizadas, pelo preço médio das Ações em Tesouraria na data do cancelamento.

t) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do Patrimônio Líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os dividendos foram e continuam sendo calculados e pagos de acordo com as Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis brasileiras e regulamentações para instituições financeiras e não com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas preparadas em IFRS.

As informações de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio estão apresentadas na Nota 21.

u) Lucro por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

As informações de Lucro por Ação estão apresentadas na Nota 28.

v) Receita de Prestação de Serviços

Os serviços relacionados à conta corrente são oferecidos aos clientes em pacotes e individualmente e suas receitas são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

As receitas de determinados serviços, como taxas de administração de fundos, de desempenho, de cobrança para clientes atacado e de custódia, são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos de forma linear.

A composição da Receita de Prestação de Serviços está detalhada na Nota 24.

w) Informações por Segmento

As informações por segmento são divulgadas de maneira consistente com o relatório interno elaborado para o Comitê Executivo, que é o tomador de decisões operacionais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com três segmentos de reporte: (i) Banco de Varejo, (ii) Banco de Atacado e (iii) Atividade com Mercado + Corporação.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 34.

Nota 3 – Desenvolvimento de Negócios

Gestora de Inteligência de Crédito

Em 21 de janeiro de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A. (Itaú Unibanco), assinou um Memorando de Entendimentos não vinculante com o Banco Bradesco S.A., o Banco do Brasil S.A., o Banco Santander S.A. e a Caixa Econômica Federal, visando à criação de uma gestora de inteligência de crédito que desenvolverá um banco de dados com o objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias de pessoas físicas e jurídicas.

A Gestora de Inteligência de Crédito, localizada na cidade de São Paulo, foi estruturada como uma sociedade anônima, sendo que cada um dos acionistas deterá 20% de seu capital social.

Após o cumprimento das condições precedentes, e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 14 de junho de 2017. A participação adquirida será avaliada pelo Método de Equivalência Patrimonial.

Banco Itaú BMG Consignado S.A.

Em 29 de setembro de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio da sua subsidiária Itaú Unibanco S.A. (Itaú Unibanco), assinou contrato de compra e venda com o Banco BMG S.A. (BMG) para aquisição de 40% de participação no capital social do Banco Itaú BMG Consignado S.A. (Itaú BMG Consignado), correspondente à totalidade da participação detida pelo BMG no Itaú BMG Consignado, passando a deter 100% do capital social do Itaú BMG Consignado, pelo montante de R\$ 1.460.

O Itaú Unibanco e o BMG manterão uma associação por meio da celebração de um novo acordo comercial para distribuição de empréstimos consignados do Itaú BMG Consignado e de suas afiliadas, com exclusividade, em determinados canais de distribuição vinculados ao BMG e a suas afiliadas.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 28 de dezembro de 2016.

Atualmente, o Itaú Consignado S.A. (atual denominação do Itaú BMG Consignado) é controlado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e, portanto, esta aquisição não acarretou efeito em seus resultados no reconhecimento inicial.

ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.

Em 21 de outubro de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Redecard S.A. (Rede), assinou compromisso de compra e venda de ações com a Odebrecht Transport S.A. para aquisição de 50% do capital social da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (ConectCar) pelo montante de R\$ 170.

A ConectCar, localizada na cidade de Barueri-São Paulo, é uma instituidora de arranjos de pagamentos próprios e prestadora de serviços de intermediação de pagamento automático de pedágios, combustíveis e estacionamentos. Foi criada em 2012 como resultado de uma parceria entre a Odebrecht Transport S.A. e a Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., empresa controlada pela Ultrapar Participações S.A., que atualmente detém os 50% remanescentes do capital social da ConectCar.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 29 de janeiro de 2016. A participação adquirida é avaliada pelo método de equivalência patrimonial (Nota 2.4e II).

A aquisição não acarretou efeitos contábeis nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING no reconhecimento inicial.

Recovery do Brasil Consultoria S.A.

Em 31 de dezembro de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A. (Itaú Unibanco), assinou contrato de compra e venda e outras avenças com o Banco BTG Pactual S.A. (BTG) e com a Misben S.A. para aquisição de 89,08% de participação no capital social da Recovery do Brasil Consultoria S.A. (Recovery), correspondente à totalidade da participação das partes na Recovery, pelo montante de R\$ 735.

Na mesma operação, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING acordou a aquisição de aproximadamente 70% do portfólio de R\$ 38 bilhões em direitos creditórios relacionados às atividades de recuperação de carteiras de titularidade do BTG, pelo montante de R\$ 570.

Fundada em 2000 na Argentina e presente no Brasil desde 2006, a Recovery é líder de mercado na gestão e administração de portfólios de créditos em atraso. As atividades da Recovery consistem na prospecção e avaliação de portfólios, estruturação de operações e gestão operacional, atuando em todos os segmentos, desde pessoas físicas até créditos corporativos, com instituições financeiras e não financeiras, e oferecendo um diferencial competitivo aos seus clientes.

Após o cumprimento de determinadas condições suspensivas e aprovação dos reguladores, o fechamento da operação ocorreu em 31 de março de 2016.

O diferencial entre o valor pago e os ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Preço de Compra	735
(-) Valor Justo dos Ativos e Passivos Identificados	(74)
(-) Ativos Intangíveis Amortizáveis	(20)
(=) Ágio	641

Em 07 de julho de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco, adquiriu da *International Finance Corporation*, participação adicional de 6,92% pelo montante de R\$ 59, passando a deter 96% do capital social da Recovery.

Itaú CorpBanca

Em 29 de janeiro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Banco Itaú Chile S.A. (BIC), assinou acordo de transação com o CorpBanca e seus acionistas controladores (Corp Group), estabelecendo os termos e condições da união das operações do BIC e do CorpBanca no Chile e nas demais jurisdições em que o CorpBanca atua.

O CorpBanca é um banco comercial com sede no Chile e que também atua na Colômbia e no Panamá, focado em pessoas físicas e grandes e médias empresas. Em 2015, de acordo com a Superintendência Chilena de Bancos, foi um dos maiores bancos privados do Chile em termos de tamanho total de sua carteira de crédito, com participação de mercado de 7,1%.

Esse acordo representa um importante passo no processo de internacionalização do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Foram obtidas as aprovações da fusão pelos acionistas do CorpBanca e do BIC e por todas as autoridades regulatórias competentes no Chile, Brasil, Colômbia e Panamá. E, conforme previsão do aditamento ao acordo, celebrado em 02 de junho de 2015, as partes fecharam a operação em 1º de abril de 2016, quando apresentaram condições plenas para o processo de reorganização societária.

A operação foi concretizada por meio de:

- i. Aumento de capital do BIC no valor de R\$ 2.309 concluído em 22 de março de 2016;
- ii. Incorporação do BIC pelo CorpBanca, com o cancelamento das ações do BIC e a emissão de novas ações pelo CorpBanca, na proporção de 80.240 ações do CorpBanca para cada 1 ação do BIC, de forma que as participações no banco resultante da incorporação, denominado Itaú CorpBanca, sejam de 33,58% para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de 33,13% para o Corp Group.

A seguinte estrutura societária foi formada como resultado da transação:

Participação Acionária	
ITAÚ UNIBANCO HOLDING	33,58%
Corp Group	33,13%
Outros Acionistas não Controladores	33,29%

O Itaú CorpBanca passou a ser controlado a partir de 1º de abril de 2016 pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Nessa mesma data, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING assinou um acordo de acionistas com o Corp Group, o

qual prevê, entre outros, o direito de o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e o Corp Group indicarem membros do conselho de administração do Itaú CorpBanca de acordo com suas participações no capital social, sendo que tais acionistas, em conjunto, terão o direito de indicar a maioria dos membros do conselho de administração do Itaú CorpBanca e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING terá o direito de indicar a maioria dos membros eleitos por tal bloco. Exceto por algumas matérias estratégicas do Itaú CorpBanca, sobre as quais o Corp Group tem direito de veto, os membros do conselho de administração indicados pelo Corp Group deverão votar de acordo com as recomendações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O valor justo da contraprestação transferida pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING por sua participação no Itaú CorpBanca foi de R\$ 10.517, utilizando como base a cotação das ações do CorpBanca na Bolsa de Santiago.

A contraprestação transferida resultou em um ágio por expectativa de rentabilidade futura de R\$ 6.928. Adicionalmente, no Brasil, foi gerado um ágio de R\$ 692 pela diferença entre o valor patrimonial do BIC e o valor patrimonial do Itaú CorpBanca resultante da fusão. Estes valores não serão deduzidos para fins fiscais, a menos que haja alienação ou incorporação do investimento.

A tabela abaixo resume os principais ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:

CORPBANCA

Ativo	01/04/2016
Disponibilidades	5.869
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.712
Aplicações no Mercado Aberto	186
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	5.684
Derivativos	6.628
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	7.164
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	236
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquido	75.222
Outros Ativos Financeiros	3.018
Ágio	888
Imobilizado, Líquido	494
Ativos Intangíveis, Líquido	2.603
Ativos Fiscais	1.413
Bens Destinados à Venda	2
Outros Ativos	1.257
Total do Ativo	114.376
Passivo e Patrimônio Líquido	01/04/2016
Depósitos	68.387
Captações no Mercado Aberto	4.052
Derivativos	5.749
Recursos de Mercados Interbancários	6.429
Recursos de Mercados Institucionais	17.025
Outros Passivos Financeiros	1.583
Provisões	140
Obrigações Fiscais	1.341
Outros Passivos	2.619
Total do Passivo	107.325
Ativos Líquidos	7.051
Participação dos acionistas não controladores	1.515
Ativos Líquidos Assumidos	5.536
Ajuste a Valor Justo dos Ativos Líquidos Assumidos	(1.946)
Ativos Líquidos Assumidos a Valor Justo	3.590

Durante o período de um ano após a aquisição foram realizados ajustes nos valores apresentados para refletir qualquer nova informação obtida sobre fatos existentes no fechamento da operação, conforme previsão da IFRS 3 – Combinações de Negócios.

Não foram registrados passivos contingentes em decorrência da aquisição.

Adicionalmente, em 26 de outubro de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária ITB Holding Brasil Participações Ltda., adquiriu indiretamente 10.908.002.836 ações do Itaú CorpBanca, pelo valor de R\$ 288,1.

A possibilidade de ocorrência de referida aquisição estava prevista no acordo de acionistas do Itaú CorpBanca celebrado, entre ITAÚ UNIBANCO HOLDING e Corp Group e afiliadas, em 1º de abril de 2016. Com isso, a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING no Itaú Corp Banca passa de aproximadamente 33,58% para 35,71%, sem alterações na governança do Itaú CorpBanca.

Essa operação foi implementada por meio da aquisição de 100% do capital social de uma sociedade denominada CGB II SpA que atualmente detém as ações do Itaú CorpBanca. Todas as aprovações regulatórias necessárias foram obtidas em outubro de 2016.

As aquisições não acarretaram efeitos contábeis no lucro líquido do ITAÚ UNIBANCO HOLDING no reconhecimento inicial.

MaxiPago

Em 03 de setembro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Redecard S.A. (Rede) assinou contrato de compra e venda de ações com os controladores da MaxiPago Serviços de Internet S.A.(MaxiPago), uma empresa de dispositivos de interconexões de rede de pagamento eletrônico móvel.

Na mesma data houve a subscrição e integralização de 19.336 ações (33,33%) e aquisição de 24.174 ações (41,67%), fazendo com que a Rede seja detentora de 43.510 ações ordinárias, que representa 75% do capital social total e votante da MaxiPago.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 08 de janeiro de 2015.

O diferencial entre o valor pago e os ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Preço de Compra	15
(-) Valor Justo dos Ativos e Passivos Identificados	(4)
(=) Ágio	11

No 2º semestre de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Rede, aumentou capital da MaxiPago em 21,98% e adquiriu participações adicionais no total de 3,02%, pelo montante de R\$ 2, passando a deter 100% do capital da MaxiPago.

Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens:

	30/06/2017	31/12/2016
Disponibilidades	22.700	18.542
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	20.208	13.358
Aplicações no Mercado Aberto	41.223	64.219
Total	84.131	96.119

Os valores referentes a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto não equivalentes de caixa são de R\$ 8.507 (R\$ 9.334 em 31/12/2016) e R\$ 220.220 (R\$ 200.832 em 31/12/2016), respectivamente.

Nota 5 - Depósitos Compulsórios no Banco Central

	30/06/2017	31/12/2016
Não Remunerados	4.243	3.002
Remunerados	84.364	82.698
Total	88.607	85.700

Nota 6 - Aplicação em Depósitos Interfinanceiros e no Mercado Aberto

	30/06/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	27.267	1.448	28.715	21.503	1.189	22.692
Aplicações no Mercado Aberto ^(*)	261.340	103	261.443	264.740	311	265.051
Total	288.607	1.551	290.158	286.243	1.500	287.743

(*) O montante de R\$ 3.575 (R\$ 4.329 em 31/12/2016) está dado em garantia de operações na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e BACEN e R\$ 212.355 (R\$ 178.070 em 31/12/2016) em garantia de operações com compromisso de recompra, em conformidade com as políticas descritas na Nota 2.4d.

Nota 7 - Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Designados a Valor Justo Através do Resultado

a) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu valor justo são apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2017			31/12/2016		
	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo
Fundos de Investimento	2.215	6	2.221	1.170	3	1.173
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	182.989	288	183.277	159.602	422	160.024
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1b)	5.273	91	5.364	5.275	50	5.325
Títulos Públicos - Outros Países ^(1c)	3.307	178	3.485	3.714	21	3.735
Argentina	1.429	87	1.516	634	17	651
Chile	185	1	186	126	1	127
Colômbia	1.441	89	1.530	2.666	3	2.669
Estados Unidos	80	-	80	78	-	78
México	9	-	9	6	-	6
Paraguai	-	-	-	88	-	88
Uruguai	87	1	88	32	-	32
Outros	76	-	76	84	-	84
Títulos de Dívida de Empresas ^(1d)	29.031	(167)	28.864	34.425	(34)	34.391
Ações Negociáveis	2.727	(236)	2.491	2.598	(107)	2.491
Certificado de Depósito Bancário	2.018	1	2.019	1.824	-	1.824
Certificado de Recebíveis Imobiliários	35	(1)	34	-	-	-
Debêntures	2.220	54	2.274	3.129	61	3.190
<i>Euro Bonds</i> e Assemelhados	750	8	758	654	8	662
Letras Financeiras	21.170	-	21.170	25.893	-	25.893
Notas Promissórias	26	-	26	-	-	-
Outros	85	7	92	327	4	331
Total ⁽²⁾	222.815	396	223.211	204.186	462	204.648

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 2.982 (R\$ 7.696 em 31/12/2016), b) R\$ 4.012 (R\$ 4.045 em 31/12/2016), c) R\$ 29 (R\$ 1.183 em 31/12/2016) e d) R\$ 99 (R\$ 26 em 31/12/2016), totalizando R\$ 7.122 (R\$ 12.950 em 31/12/2016);

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação para outras categorias de ativos financeiros.

O custo e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

	30/06/2017		31/12/2016	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	36.945	36.810	34.302	34.206
Sem vencimento	3.432	3.205	3.356	3.206
Até um ano	33.513	33.605	30.946	31.000
Não Circulante	185.870	186.401	169.884	170.442
De um a cinco anos	120.838	121.171	117.748	118.050
De cinco a dez anos	56.767	56.976	42.135	42.284
Após dez anos	8.265	8.254	10.001	10.108
Total	222.815	223.211	204.186	204.648

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A., com um valor justo de R\$ 141.471 (R\$ 142.081 em 31/12/2016). O retorno de tais ativos (positivo ou negativo) é transferido na sua totalidade para clientes de planos PGBL e VGBL, cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimento.

b) Os Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado são apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2017		
	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	1.396	14	1.410
Total	1.396	14	1.410

	31/12/2016		
	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	1.183	8	1.191
Total	1.183	8	1.191

O custo e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado foram os seguintes:

	30/06/2017		31/12/2016	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	1.396	1.410	1.183	1.191
Até um ano	1.396	1.410	1.183	1.191

Nota 8 – Derivativos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a termo de instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes cada uma delas em moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. Os contratos de *swap* apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de *swaps* de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - São instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING era de R\$ 12.126 (R\$ 12.246 em 31/12/2016) e estava basicamente composto por títulos públicos.

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação Valor Referencial	Valor Patrimonial a Receber / (Recebido) (A Pagar) / Pago	Ajustes ao Valor Justo (Resultado / Patrimônio Líquido)	Valor Justo
	30/06/2017	30/06/2017	30/06/2017	30/06/2017
Contratos de Futuros	548.052	(31)	163	132
Compromissos de Compra	207.924	121	174	295
<i>Commodities</i>	104	-	-	-
Índices	57.131	11	(5)	6
Mercado Interfinanceiro	106.632	102	-	102
Moeda Estrangeira	32.937	6	179	185
Títulos	11.120	2	-	2
Compromissos de Venda	340.128	(152)	(11)	(163)
<i>Commodities</i>	213	-	-	-
Índices	82.453	(16)	10	(6)
Mercado Interfinanceiro	192.875	(138)	2	(136)
Moeda Estrangeira	52.754	2	(24)	(22)
Prefixados	816	-	1	1
Títulos	10.980	-	-	-
Outros	37	-	-	-
Contratos de Swaps		(4.326)	868	(3.458)
Posição Ativa	509.456	5.775	3.140	8.915
Índices	201.059	99	562	661
Mercado Interfinanceiro	39.124	918	(54)	864
Moeda Estrangeira	14.313	1.024	149	1.173
Pós-Fixados	40.742	(12)	679	667
Prefixados	214.195	3.746	1.804	5.550
Títulos	4	-	-	-
Outros	19	-	-	-
Posição Passiva	513.782	(10.101)	(2.272)	(12.373)
<i>Commodities</i>	1	-	-	-
Índices	177.377	(1.732)	(1.695)	(3.427)
Mercado Interfinanceiro	28.711	(344)	(24)	(368)
Moeda Estrangeira	20.426	(775)	(13)	(788)
Pós-Fixados	39.395	(120)	(547)	(667)
Prefixados	247.839	(7.129)	7	(7.122)
Títulos	6	-	-	-
Outros	27	(1)	-	(1)
Contratos de Opções	751.090	279	508	787
De Compra - Posição Comprada	167.248	1.340	(362)	978
<i>Commodities</i>	517	14	3	17
Índices	98.473	89	(41)	48
Mercado Interfinanceiro	11.129	28	32	60
Moeda Estrangeira	50.908	1.005	(607)	398
Prefixados	16	-	-	-
Títulos	6.136	196	238	434
Outros	69	8	13	21
De Venda - Posição Comprada	208.435	1.563	610	2.173
<i>Commodities</i>	293	5	3	8
Índices	155.591	144	56	200
Mercado Interfinanceiro	13.159	16	29	45
Moeda Estrangeira	32.179	1.162	449	1.611
Prefixados	148	7	(4)	3
Títulos	7.056	229	77	306
Outros	9	-	-	-
De Compra - Posição Vendida	154.669	(1.324)	429	(895)
<i>Commodities</i>	364	(5)	(5)	(10)
Índices	87.770	(76)	35	(41)
Mercado Interfinanceiro	10.659	(27)	10	(17)
Moeda Estrangeira	50.741	(1.151)	625	(526)
Prefixados	96	-	-	-
Títulos	4.970	(57)	(223)	(280)
Outros	69	(8)	(13)	(21)
De Venda - Posição Vendida	220.738	(1.300)	(169)	(1.469)
<i>Commodities</i>	310	(17)	(3)	(20)
Índices	176.223	(165)	(34)	(199)
Mercado Interfinanceiro	9.037	(18)	(18)	(36)
Moeda Estrangeira	29.877	(918)	(17)	(935)
Prefixados	36	(1)	-	(1)
Títulos	5.246	(181)	(97)	(278)
Outros	9	-	-	-

	Conta de Compensação Valor Referencial	Valor Patrimonial a Receber / (Recebido) (A Pagar) / Pago	Ajustes ao Valor Justo (Resultado / Patrimônio Líquido)	Valor Justo
	30/06/2017	30/06/2017	30/06/2017	30/06/2017
Contratos a Termo	8.045	587	-	587
Compras a Receber	1.024	1.324	(1)	1.323
Pós-Fixados	572	572	-	572
Prefixados	347	647	-	647
Títulos	100	100	(1)	99
Outros	5	5	-	5
Obrigações por Compra a Pagar	-	(927)	-	(927)
Pós-Fixados	-	(573)	-	(573)
Prefixados	-	(349)	-	(349)
Outros	-	(5)	-	(5)
Vendas a Receber	4.554	2.984	2	2.986
Mercado Interfinanceiro	1.586	2	-	2
Pós-Fixados	798	797	-	797
Prefixados	1.269	1.296	-	1.296
Títulos	901	884	2	886
Outros	-	5	-	5
Obrigações por Venda a Entregar	2.467	(2.794)	(1)	(2.795)
Mercado Interfinanceiro	2.462	-	-	-
Pós-Fixados	-	(797)	-	(797)
Prefixados	-	(1.992)	(1)	(1.993)
Outros	5	(5)	-	(5)
Derivativos de Crédito	13.048	(6)	76	70
Posição Ativa	7.801	222	32	254
Moeda Estrangeira	6.024	222	(20)	202
Prefixados	149	(1)	3	2
Títulos	1.302	1	42	43
Outros	326	-	7	7
Posição Passiva	5.247	(228)	44	(184)
Moeda Estrangeira	4.642	(228)	61	(167)
Títulos	442	-	(11)	(11)
Outros	163	-	(6)	(6)
Forwards	259.293	(204)	159	(45)
Posição Ativa	126.982	2.166	233	2.399
Commodities	127	17	(1)	16
Índices	285	5	-	5
Moeda Estrangeira	126.569	2.144	234	2.378
Títulos	1	-	-	-
Posição Passiva	132.311	(2.370)	(74)	(2.444)
Commodities	184	(35)	1	(34)
Índices	582	(15)	-	(15)
Moeda Estrangeira	131.509	(2.319)	(75)	(2.394)
Títulos	36	(1)	-	(1)
Verificação de Swap	1.215	(274)	22	(252)
Posição Ativa - Moeda Estrangeira	755	16	13	29
Posição Passiva - Mercado Interfinanceiro	460	(290)	9	(281)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	4.122	79	(15)	64
Posição Ativa	2.307	92	24	116
Moeda Estrangeira	100	4	1	5
Prefixados	1.573	86	8	94
Títulos	480	2	9	11
Outros	154	-	6	6
Posição Passiva	1.815	(13)	(39)	(52)
Moeda Estrangeira	49	(10)	9	(1)
Prefixados	83	(1)	(2)	(3)
Títulos	1.347	(2)	(40)	(42)
Outros	336	-	(6)	(6)
Ativo	15.451	3.854	19.305	19.305
Passivo	(19.347)	(2.073)	(21.420)	(21.420)
Total	(3.896)	1.781	(2.115)	(2.115)

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	30/06/2017
Contrato de Futuros	134.996	149.679	112.654	150.723	548.052
Contratos de Swaps	18.808	69.211	73.187	342.475	503.681
Contratos de Opções	286.067	266.996	176.361	21.666	751.090
Contratos a Termo	6.523	758	764	-	8.045
Derivativos de Crédito	165	899	507	11.477	13.048
Forwards	61.533	120.466	61.364	15.930	259.293
Verificação de Swap	-	922	293	-	1.215
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	-	368	512	3.242	4.122

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação Valor Referencial	Valor Patrimonial a Receber / (Recebido) (A Pagar) / Pago	Ajustes ao Valor Justo (Resultado / Patrimônio Líquido)	Valor Justo
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016
Contratos de Futuros	666.927	61	66	127
Compromissos de Compra	200.752	(237)	86	(151)
<i>Commodities</i>	147	-	-	-
Índices	47.295	(213)	3	(210)
Mercado Interfinanceiro	109.649	1	-	1
Moeda Estrangeira	31.141	(25)	83	58
Títulos	12.520	-	-	-
Compromissos de Venda	466.175	298	(20)	278
<i>Commodities</i>	284	-	-	-
Índices	169.930	306	(1)	305
Mercado Interfinanceiro	213.991	(11)	1	(10)
Moeda Estrangeira	70.719	3	(22)	(19)
Prefixados	941	-	2	2
Títulos	10.275	-	-	-
Outros	35	-	-	-
Contratos de Swaps		(4.446)	1.767	(2.679)
Posição Ativa	471.221	6.602	3.940	10.542
<i>Commodities</i>	5	-	-	-
Índices	196.505	794	456	1.250
Mercado Interfinanceiro	47.210	1.897	7	1.904
Moeda Estrangeira	13.582	1.136	(1)	1.135
Pós-Fixados	38.262	(21)	1.471	1.450
Prefixados	175.609	2.795	2.007	4.802
Títulos	12	-	-	-
Outros	36	1	-	1
Posição Passiva	475.667	(11.048)	(2.173)	(13.221)
<i>Commodities</i>	131	-	-	-
Índices	147.560	(2.729)	(2.115)	(4.844)
Mercado Interfinanceiro	36.554	(328)	(68)	(396)
Moeda Estrangeira	21.156	(915)	17	(898)
Pós-Fixados	36.438	(140)	(1.204)	(1.344)
Prefixados	233.780	(6.926)	1.195	(5.731)
Títulos	20	(10)	2	(8)
Outros	28	-	-	-
Contratos de Opções	583.527	(2.108)	2.348	240
De Compra - Posição Comprada	163.069	1.490	(625)	865
<i>Commodities</i>	404	16	1	17
Índices	99.978	111	(8)	103
Mercado Interfinanceiro	1.247	1	20	21
Moeda Estrangeira	45.106	1.205	(835)	370
Prefixados	11	-	-	-
Títulos	16.254	150	187	337
Outros	69	7	10	17
De Venda - Posição Comprada	142.234	1.713	2.214	3.927
<i>Commodities</i>	162	4	5	9
Índices	92.088	106	(9)	97
Mercado Interfinanceiro	7.533	6	(2)	4
Moeda Estrangeira	33.078	1.348	2.101	3.449
Prefixados	145	6	(3)	3
Títulos	9.211	243	122	365
Outros	17	-	-	-
De Compra - Posição Vendida	129.392	(2.674)	1.721	(953)
<i>Commodities</i>	239	(3)	(8)	(11)
Índices	83.283	(161)	29	(132)
Mercado Interfinanceiro	95	-	-	-
Moeda Estrangeira	39.900	(2.447)	1.875	(572)
Prefixados	94	(1)	-	(1)
Títulos	5.599	(54)	(166)	(220)
Outros	182	(8)	(9)	(17)
De Venda - Posição Vendida	148.832	(2.637)	(962)	(3.599)
<i>Commodities</i>	268	(17)	(3)	(20)
Índices	104.268	(137)	51	(86)
Mercado Interfinanceiro	3.438	(10)	2	(8)
Moeda Estrangeira	34.132	(2.258)	(884)	(3.142)
Prefixados	28	(1)	-	(1)
Títulos	6.681	(214)	(128)	(342)
Outros	17	-	-	-

	Conta de Compensação Valor Referencial	Valor Patrimonial a Receber / (Recebido) (A Pagar) / Pago	Ajustes ao Valor Justo (Resultado / Patrimônio Líquido)	Valor Justo
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016
Contratos a Termo	13.429	1.446	(5)	1.441
Compras a Receber	1.186	1.240	(5)	1.235
Pós-Fixados	546	545	1	546
Prefixados	395	450	-	450
Títulos	245	245	(6)	239
Obrigações por Compra a Pagar	-	(971)	-	(971)
Pós-Fixados	-	(545)	-	(545)
Prefixados	-	(421)	-	(421)
Títulos	-	(5)	-	(5)
Vendas a Receber	8.139	3.734	2	3.736
Mercado Interfinanceiro	4.396	8	-	8
Pós-Fixados	300	300	-	300
Prefixados	2.250	2.257	-	2.257
Títulos	1.193	1.169	2	1.171
Obrigações por Venda a Entregar	4.104	(2.557)	(2)	(2.559)
Mercado Interfinanceiro	4.104	-	(2)	(2)
Pós-Fixados	-	(300)	-	(300)
Prefixados	-	(2.257)	-	(2.257)
Derivativos de Crédito	12.100	-	34	34
Posição Ativa	5.306	190	(9)	181
Moeda Estrangeira	3.876	188	(56)	132
Prefixados	114	-	2	2
Títulos	1.161	2	41	43
Outros	155	-	4	4
Posição Passiva	6.794	(190)	43	(147)
Moeda Estrangeira	5.487	(189)	70	(119)
Prefixados	33	(1)	-	(1)
Títulos	974	-	(21)	(21)
Outros	300	-	(6)	(6)
Forwards	250.775	472	162	634
Posição Ativa	134.049	3.283	176	3.459
Commodities	206	18	1	19
Índices	148	9	-	9
Moeda Estrangeira	133.693	3.256	175	3.431
Títulos	2	-	-	-
Posição Passiva	116.726	(2.811)	(14)	(2.825)
Commodities	244	(27)	2	(25)
Índices	27	-	-	-
Moeda Estrangeira	116.437	(2.784)	(16)	(2.800)
Títulos	18	-	-	-
Verificação de Swap	1.493	(326)	61	(265)
Posição Ativa - Moeda Estrangeira	923	18	70	88
Posição Passiva - Mercado Interfinanceiro	570	(344)	(9)	(353)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	4.217	45	(44)	1
Posição Ativa	2.569	48	23	71
Moeda Estrangeira	148	(3)	8	5
Prefixados	1.174	48	(5)	43
Títulos	940	3	14	17
Outros	307	-	6	6
Posição Passiva	1.648	(3)	(67)	(70)
Commodities	2	-	-	-
Moeda Estrangeira	84	-	(32)	(32)
Prefixados	81	(1)	(1)	(2)
Títulos	1.317	(2)	(30)	(32)
Outros	164	-	(4)	(4)
Ativo	18.379	5.852	24.231	24.231
Passivo	(23.235)	(1.463)	(24.698)	(24.698)
Total	(4.856)	4.389	(467)	(467)

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2016
Contrato de Futuros	184.309	221.487	50.749	210.382	666.927
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	17.588	67.405	50.000	329.626	464.619
Contratos de Opções	191.242	191.998	175.220	25.067	583.527
Contratos a Termo	9.197	4.230	2	-	13.429
Derivativos de Crédito	-	1.233	1.098	9.769	12.100
Forwards	63.764	124.695	42.700	19.616	250.775
Verificação de Swap	-	180	913	400	1.493
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	32	579	418	3.188	4.217

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

	30/06/2017							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Ativo								
Contrato de Futuros - B3	132	0,7	184	(13)	3	(1)	5	(46)
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	8.915	46,2	74	207	355	875	1.387	6.017
B3	986	5,1	27	8	12	122	159	658
Empresas	3.628	18,8	29	138	224	357	433	2.447
Instituições Financeiras	3.891	20,2	17	60	111	393	581	2.729
Pessoas Físicas	410	2,1	1	1	8	3	214	183
Contratos de Opções	3.151	16,3	1.357	284	352	574	408	176
B3	1.781	9,2	1.252	136	96	218	36	43
Empresas	463	2,4	23	53	46	139	144	58
Instituições Financeiras	905	4,7	82	94	210	216	228	75
Pessoas Físicas	2	0,0	-	1	-	1	-	-
Contratos a Termo	4.309	22,3	3.842	159	203	105	-	-
B3	987	5,1	535	151	196	105	-	-
Empresas	2.158	11,2	2.143	8	7	-	-	-
Instituições Financeiras	1.164	6,0	1.164	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	254	1,3	1	-	1	3	15	234
Forwards	2.399	12,4	326	388	589	594	309	193
B3	192	1,0	44	45	53	50	-	-
Empresas	891	4,6	127	173	197	215	109	70
Instituições Financeiras	1.316	6,8	155	170	339	329	200	123
Verificação de Swap - Empresas	29	0,2	-	29	-	-	-	-
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	116	0,6	-	-	3	2	8	103
Empresas	23	0,1	-	-	3	2	3	15
Instituições Financeiras	93	0,5	-	-	-	-	5	88
Total (*)	19.305	100,0	5.784	1.054	1.506	2.152	2.132	6.677
% por prazo de vencimento			30,0	5,5	7,8	11,1	11,0	34,6

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 10.496 referem-se ao circulante e R\$ 8.809 ao não circulante.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

	31/12/2016							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Ativo								
Contrato de Futuros	127	0,5	85	51	13	(18)	(6)	2
B3	128	0,5	85	52	13	(18)	(6)	2
Instituições Financeiras	(1)	0,0	-	(1)	-	-	-	-
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	10.542	43,5	828	723	585	659	1.497	6.250
B3	1.417	5,8	178	156	218	58	206	601
Empresas	4.585	18,9	322	354	227	390	764	2.528
Instituições Financeiras	4.256	17,6	319	197	122	196	447	2.975
Pessoas Físicas	284	1,2	9	16	18	15	80	146
Contratos de Opções	4.792	19,7	354	582	759	1.540	1.397	160
B3	1.679	6,9	144	209	182	1.075	41	28
Empresas	507	2,1	23	19	88	134	188	55
Instituições Financeiras	2.603	10,7	187	354	488	329	1.168	77
Pessoas Físicas	3	0,0	-	-	1	2	-	-
Contratos a Termo	4.971	20,6	3.947	735	287	2	-	-
B3	1.418	5,9	427	703	286	2	-	-
Empresas	2.783	11,5	2.750	32	1	-	-	-
Instituições Financeiras	770	3,2	770	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	181	0,7	-	-	3	5	13	160
Forwards	3.459	14,3	601	1.252	444	579	245	338
B3	305	1,3	82	123	56	44	-	-
Empresas	1.243	5,1	185	344	216	231	200	67
Instituições Financeiras	1.908	7,9	333	783	172	304	45	271
Pessoas Físicas	3	0,0	1	2	-	-	-	-
Verificação de Swap - Empresas	88	0,4	-	-	35	53	-	-
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	71	0,3	-	-	1	6	13	51
Empresas	29	0,1	-	-	-	5	8	16
Instituições Financeiras	42	0,2	-	-	1	1	5	35
Total (*)	24.231	100,0	5.815	3.343	2.127	2.826	3.159	6.961
% por prazo de vencimento			24,0	13,8	8,8	11,7	13,0	28,7

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 14.111 referem-se ao circulante e R\$ 10.120 ao não circulante.

30/06/2017								
	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias
Passivo								
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	(12.373)	57,7	(83)	(179)	(467)	(774)	(3.535)	(7.335)
B3	(1.291)	6,0	(22)	(8)	(51)	(47)	(235)	(928)
Empresas	(2.146)	10,0	(26)	(59)	(213)	(311)	(410)	(1.127)
Instituições Financeiras	(4.459)	20,8	(29)	(76)	(165)	(382)	(771)	(3.036)
Pessoas Físicas	(4.477)	20,9	(6)	(36)	(38)	(34)	(2.119)	(2.244)
Contratos de Opções	(2.364)	11,1	(700)	(267)	(382)	(478)	(408)	(129)
B3	(913)	4,3	(555)	(53)	(102)	(142)	(61)	-
Empresas	(578)	2,7	(20)	(68)	(103)	(153)	(168)	(66)
Instituições Financeiras	(853)	4,0	(125)	(141)	(173)	(180)	(173)	(61)
Pessoas Físicas	(20)	0,1	-	(5)	(4)	(3)	(6)	(2)
Contratos a Termo	(3.722)	17,4	(3.722)	-	-	-	-	-
Empresas	(2.558)	12,0	(2.558)	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	(1.164)	5,4	(1.164)	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	(184)	0,9	-	-	(1)	(1)	(3)	(179)
Forwards	(2.444)	11,4	(387)	(397)	(501)	(360)	(237)	(562)
B3	(166)	0,8	(35)	(51)	(43)	(37)	-	-
Empresas	(585)	2,7	(147)	(133)	(179)	(77)	(25)	(24)
Instituições Financeiras	(1.692)	7,9	(205)	(212)	(279)	(246)	(212)	(538)
Pessoas Físicas	(1)	0,0	-	(1)	-	-	-	-
Verificação de Swap - Empresas	(281)	1,3	-	(220)	-	(61)	-	-
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos - Empresas	(52)	0,2	-	-	-	(7)	(9)	(36)
Total ^(*)	(21.420)	100,0	(4.892)	(1.063)	(1.351)	(1.681)	(4.192)	(8.241)
% por prazo de vencimento			22,8	5,0	6,3	7,8	19,6	38,5

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (8.987) referem-se ao circulante e R\$ (12.433) ao não circulante.

31/12/2016								
	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias
Passivo								
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	(13.221)	53,4	(461)	(228)	(742)	(732)	(2.352)	(8.706)
B3	(1.614)	6,5	(304)	(75)	(124)	(97)	(125)	(889)
Empresas	(2.531)	10,2	(67)	(32)	(90)	(248)	(573)	(1.521)
Instituições Financeiras	(4.106)	16,6	(79)	(103)	(128)	(311)	(554)	(2.931)
Pessoas Físicas	(4.970)	20,1	(11)	(18)	(400)	(76)	(1.100)	(3.365)
Contratos de Opções	(4.552)	18,5	(837)	(659)	(516)	(713)	(1.116)	(711)
B3	(1.437)	5,8	(524)	(216)	(201)	(455)	(30)	(11)
Empresas	(631)	2,6	(48)	(28)	(103)	(170)	(200)	(82)
Instituições Financeiras	(2.463)	10,0	(265)	(414)	(208)	(81)	(882)	(613)
Pessoas Físicas	(21)	0,1	-	(1)	(4)	(7)	(4)	(5)
Contratos a Termo	(3.530)	14,3	(3.530)	-	-	-	-	-
B3	(6)	0,0	(6)	-	-	-	-	-
Empresas	(2.754)	11,2	(2.754)	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	(770)	3,1	(770)	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	(147)	0,6	-	-	-	(2)	(10)	(135)
Forwards	(2.825)	11,5	(466)	(881)	(527)	(299)	(99)	(553)
B3	(259)	1,0	(102)	(76)	(41)	(40)	-	-
Empresas	(648)	2,6	(166)	(158)	(124)	(129)	(37)	(34)
Instituições Financeiras	(1.916)	7,9	(198)	(647)	(360)	(130)	(62)	(519)
Pessoas Físicas	(2)	0,0	-	-	(2)	-	-	-
Verificação de Swap - Empresas	(353)	1,4	-	-	-	(214)	(139)	-
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos - Empresas	(70)	0,3	-	(1)	(1)	(1)	(10)	(57)
Total (*)	(24.698)	100,0	(5.294)	(1.769)	(1.786)	(1.961)	(3.726)	(10.162)
% por prazo de vencimento			21,4	7,2	7,2	7,9	15,1	41,2

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (10.810) referem-se ao circulante e R\$ (13.888) ao não circulante.

a) Informações sobre Derivativos de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING compra e vende proteção de crédito predominantemente relacionada a títulos privados de empresas brasileiras, visando atender a necessidades de seus clientes. Quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é vendedor de proteção são *credit default swaps* e *total return swaps*.

Credit Default Swaps – CDS

CDS são derivativos de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber do vendedor da proteção o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.

Total Return Swap – TRS

TRS é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de uma entidade de referência ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato TRS as partes não transferem a propriedade dos ativos.

A tabela abaixo apresenta a carteira de derivativos de crédito na qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção a terceiros, por vencimento, e o potencial máximo de pagamentos futuros, bruto de quaisquer garantias, bem como a classificação por instrumento, risco e entidade de referência.

	30/06/2017				
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Por Instrumento					
CDS	7.838	1.165	3.363	3.092	218
Total por Instrumento	7.838	1.165	3.363	3.092	218
Por Classificação de Risco					
Grau de Investimento	1.920	425	874	621	-
Abaixo do grau de investimento	5.918	740	2.489	2.471	218
Total por Risco	7.838	1.165	3.363	3.092	218
Por Entidade de Referência					
Governo brasileiro	4.782	451	1.995	2.118	218
Governo - outros países	527	110	357	60	-
Entidades Privadas	2.529	604	1.011	914	-
Total por Entidade	7.838	1.165	3.363	3.092	218

	31/12/2016				
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Por Instrumento					
CDS	8.094	1.989	3.487	2.585	33
Total por Instrumento	8.094	1.989	3.487	2.585	33
Por Classificação de Risco					
Grau de Investimento	1.854	564	974	283	33
Abaixo do grau de investimento	6.240	1.425	2.513	2.302	-
Total por Risco	8.094	1.989	3.487	2.585	33
Por Entidade de Referência					
Governo brasileiro	5.163	1.291	1.806	2.066	-
Governo - outros países	529	81	413	35	-
Entidades Privadas	2.402	617	1.268	484	33
Total por Entidade	8.094	1.989	3.487	2.585	33

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (*notional*). O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita, com base em sua experiência histórica, que o montante de perda

potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor *notional* pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não incorreu em nenhum evento de perda relativo a qualquer contrato de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor nominal dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING atua como vendedor da proteção.

30/06/2017			
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção Comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(7.838)	5.210	(2.628)
Total	(7.838)	5.210	(2.628)

31/12/2016			
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção Comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(8.094)	4.006	(4.088)
Total	(8.094)	4.006	(4.088)

b) Instrumentos Financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares

Os quadros a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares e a forma como esses ativos e passivos financeiros estão apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Estes quadros também refletem os valores das garantias concedidas ou recebidas em relação aos ativos e passivos financeiros sujeitos aos mencionados acordos e que não foram apresentados em base líquida, de acordo com o IAS 32.

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e a acordos similares:

30/06/2017						
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas	261.443	-	261.443	(535)	-	260.908
Instrumentos Financeiros Derivativos	19.305	-	19.305	(3.068)	-	16.237

31/12/2016						
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas	265.051	-	265.051	(334)	-	264.717
Instrumentos Financeiros Derivativos	24.231	-	24.231	(4.039)	(540)	19.652

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e a acordos similares:

30/06/2017						
	Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Entregues em Espécie	
Operações Compromissadas	321.922	-	321.922	(16.233)	-	305.689
Instrumentos Financeiros Derivativos	21.420	-	21.420	(3.068)	(329)	18.023

31/12/2016						
	Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Entregues em Espécie	
Operações Compromissadas	349.164	-	349.164	(17.829)	-	331.335
Instrumentos Financeiros Derivativos	24.698	-	24.698	(4.039)	-	20.659

(1) Inclui montantes de acordos master de compensação e similares executáveis e não executáveis;

(2) Limitado aos valores sujeitos a acordos master de compensação e similares executáveis;

(3) Inclui valores sujeitos a acordos master de compensação e similares executáveis e garantias em instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial somente quando existe um direito legalmente exequível de compensar os montantes reconhecidos e existe a intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Os Instrumentos Financeiros Derivativos e as Operações Compromissadas não compensados no Balanço Patrimonial referem-se a operações nas quais existem acordos master de compensação ou acordos similares executáveis, mas que não atendem aos critérios de compensação do parágrafo 42 do IAS 32, principalmente porque o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem a intenção de liquidá-los em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Nota 9 – Hedge Contábil

As relações de *hedge* são de três tipos: *Hedge* de Valor Justo, *Hedge* de Fluxo de Caixa e *Hedge* de Investimento Líquido de Operações no Exterior.

a) *Hedge* de Fluxo de Caixa

Para proteger a variação de fluxos de caixa futuros de recebimentos e pagamentos de juros e a exposição a taxa de câmbio futura, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de futuros, negociados na B3 e na bolsa de Chicago, relativos a certos ativos e passivos pós-fixados, denominados em Reais e em dólares, futuros de Euro Dólar, contratos de Futuro DDI, negociados na B3, contratos de NDF (*Non Deliverable Forward*) e *swaps* de moeda, negociados em mercado balcão, relativos a transações previstas altamente prováveis não contabilizadas.

Nos contratos de Futuros DI, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre um montante computado e multiplicado pelo CDI e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. No *swap* de taxa de juros, de moeda e futuros de Euro Dólar, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela LIBOR e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. Nos contratos de Futuro DDI, NDF e Forward o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e a moeda contratada.

As estratégias de *hedge* de fluxo de caixa do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição a taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de fluxo de caixa como segue:

- *Hedge* de depósitos a prazo e operações compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI;
- *Hedge* de ações preferenciais resgatáveis: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR;
- *Hedge* de Empréstimos Sindicalizados: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR;
- *Hedge* de Operações Ativas: proteger as alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes de variações no CDI;
- *Hedge* de Ativos Denominados em UF*: proteger alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes das variações na UF*;
- *Hedge* de Captações: proteger alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes das variações da TPM* e Câmbio;
- *Hedge* de Operações de Crédito: alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes das variações da TPM*;
- *Hedge* de Operações Compromissadas Ativas: alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes das variações na Selic.

*UF – Unidade de Fomento / TPM – Taxa de Política Monetária

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o método derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo, de um derivativo hipotético, com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, e essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da alteração cumulativa, no fluxo de caixa futuro esperado, da obrigação protegida.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados entre 2008 e 2017. O período em que se espera que os pagamentos de fluxo de caixa esperados ocorram e afetem a demonstração de resultado são:

- *Hedge* de depósitos a prazo e operações compromissadas: juros pagos / recebidos diariamente;
- *Hedge* de Transações previstas altamente prováveis: câmbio pago / recebidos em datas futuras;
- *Hedge* de Empréstimos Sindicalizados: juros pagos / recebidos diariamente;
- *Hedge* de Operações Ativas: juros pagos / recebidos mensalmente;
- *Hedge* de Ativos Denominados em UF: juros recebidos mensalmente;
- *Hedge* de Captações: juros pagos mensalmente;
- *Hedge* de Operações de Crédito: juros recebidos mensalmente;
- *Hedge* Operações Compromissadas: juros pagos / recebidos mensalmente.

A seguir apresentamos os ganhos ou (perdas) das parcelas efetivas e parcelas inefetivas do *Hedge* de Fluxo de Caixa:

Instrumentos de <i>Hedge</i>	30/06/2017		31/12/2016	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Futuros de Taxa de Juros	(2.475)	61	(2.051)	10
<i>Swap</i> de Taxa de Juros	7	2	(27)	(2)
Total	(2.468)	63	(2.078)	8

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

Para proteger os fluxos de caixa futuro de transações previstas altamente prováveis, oriundas de acordos contratuais futuros em moeda estrangeira, contra a exposição à taxa de câmbio futura, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING negociou contratos de Futuro DDI na B3 e contratos de NDF (*Non Deliverable Forward*) e *swap* de taxa de juros negociados em mercado de balcão. Durante o 2º trimestre de 2015 parte do fluxo destes acordos foi realizado e, desta forma, houve a reclassificação dos Ajustes de Avaliação Patrimonial e inclusão no custo inicial dos ativos relacionados ao Hedge de Transação Prevista Altamente Provável.

Em 30/06/2017, o ganho (perda) relativo ao hedge de fluxo de caixa esperado a ser reclassificado de resultado abrangente para resultado nos próximos 12 meses é R\$ (850) (R\$ 338 em 30/06/2016).

b) **Hedge de Investimento Líquido de Operações no Exterior**

As estratégias de investimento líquido no exterior do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior em relação à moeda funcional da matriz.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixas futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de Futuros DDI negociados na B3, Ativos Financeiros e contratos de *forward* ou contratos de NDF (Non Deliverable Forward) contratados por nossas subsidiárias no exterior.

Nos contratos de Futuro DDI, o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e Real. Nos contratos de *forward* ou contratos de NDF e Ativos Financeiros, os ganhos (perdas) das variações cambiais são apurados pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre a moeda funcional e o Dólar.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de investimento líquido de operação no exterior como segue:

Proteger o risco de variação no valor do investimento, quando mensurado em Real (moeda funcional da matriz), decorrente das variações nas taxas de câmbio entre a moeda funcional do investimento no exterior e o Real.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o *Dollar Offset Method*. O *Dollar Offset Method* é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de caixa), do instrumento de *hedge*, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio, sobre o montante do investimento no exterior designado como objeto de *hedge*.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados em 2011 e 2012, mas o vencimento dos instrumentos de *hedge* ocorrerá pela alienação do investimento no exterior, que será no período em se espera que os fluxos de caixa de variação cambial ocorrerão e afetarão a demonstração do resultado.

A seguir apresentamos os ganhos ou (perdas) das parcelas efetivas e parcelas inefetivas do *Hedge* de Investimento Líquido de Operações no Exterior:

Instrumentos de <i>Hedge</i>	30/06/2017		31/12/2016	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Futuro DDI	(7.681)	(22)	(7.490)	(51)
<i>Forward</i>	658	(41)	683	(48)
NDF	2.138	(15)	2.312	(35)
Ativos Financeiros	43	2	43	2
Total	(4.842)	(76)	(4.452)	(132)

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

Futuro DDI é um contrato de futuro em que os participantes podem negociar o cupom limpo para qualquer prazo entre o primeiro vencimento do contrato futuro de cupom cambial (DDI) e um vencimento posterior.

NDF (*Non Deliverable Forward*), ou Contrato a Termo de Moeda sem Entrega Física é um derivativo operado em mercado de balcão, que tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

c) *Hedge* de Valor Justo

A estratégia de *hedge* de valor justo do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consiste em *hedge* de exposição à variação no valor justo, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

Para proteger a variação no risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de *swaps* de taxa de juros, relativos às operações pré-fixadas denominadas em unidade de fomento, taxa fixa e denominados em euros e dólares americanos, emitidos por subsidiárias no Chile, Londres e Colômbia, respectivamente.

Nos contratos de *swaps* de taxa de juros, o recebimento (pagamento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela taxa variável e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de valor justo como segue:

- Proteger o risco de variação do valor justo de recebimento e pagamento de juros resultante das variações no valor justo das taxas variáveis envolvidas.
- Proteger as alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes de variações no CDI.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia das estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota os métodos percentagem *approach* e o *dollar offset*.

- O método percentagem *approach* é baseado no cálculo da mudança no valor justo da estimativa revisada da posição coberta (objeto de *hedge*) atribuível ao risco protegido versus a mudança no valor justo do instrumento derivativo de *hedge*.
- O *dollar offset method* é calculado pela diferença entre a variação do valor justo do instrumento de cobertura e a variação no valor justo do objeto coberto atribuído às alterações na taxa de juros.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados entre 2012 e 2017, e os vencimentos dos *swaps* relacionados ocorrerão entre 2017 e 2030. O período em que se espera que os recebimentos (pagamentos) dos fluxos de juros ocorrerão e afetarão a demonstração de resultado é mensal.

A seguir apresentamos os ganhos ou (perdas) das parcelas efetivas e parcelas inefetivas do *Hedge* de Valor Justo.

Instrumentos de <i>Hedge</i>	30/06/2017		31/12/2016	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
<i>Swap</i> de Taxa de Juros	(102)	15	(90)	(6)
Total	(102)	15	(90)	(6)

As parcelas efetiva e inefetiva são reconhecidas na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

A tabela abaixo apresenta para cada estratégia o valor nominal e o ajustes ao valor justo dos instrumentos de *hedge* e o valor contábil do objeto *hedge*:

Estratégias	30/06/2017			31/12/2016		
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge
	Valor Nominal	Ajustes ao Valor Justo	Valor Contábil	Valor Nominal	Ajustes ao Valor Justo	Valor Contábil
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	61.776	(85)	61.776	83.068	(8)	83.580
Hedge de Empréstimos Sindicalizados (Fluxo de Caixa)	2.647	(9)	2.647	6.844	(46)	6.844
Hedge de Transações Previstas Altamente Prováveis	261	1	261	-	-	-
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior ^(*)	21.624	(12)	12.397	21.449	221	12.330
Hedge de Operações de Crédito (Risco de Mercado)	3.291	(95)	3.291	2.692	(91)	2.692
Hedge de Operações de Crédito (Fluxo de Caixa)	1.037	20	1.037	1.121	15	1.121
Hedge de Captações (Risco de Mercado)	11.082	(37)	11.082	8.659	9	8.659
Hedge de Captações (Fluxo de Caixa)	4.883	(24)	4.883	4.273	(22)	4.273
Hedge de Empréstimos Sindicalizados (Risco de Mercado)	795	(2)	795	-	-	-
Hedge de Operações Ativas	22.776	13	22.159	24.168	312	26.495
Hedge de Operações Compromissadas Ativas	16.248	23	16.035	2.546	24	2.524
Hedge de Ativos Denominados em UF	13.338	10	13.338	13.147	(20)	13.147
Hedge de títulos AFS	472	(32)	472	472	(14)	472
Total	160.230	(229)	150.173	168.439	380	162.137

^(*) Os instrumentos de *hedge* incluem a alíquota de *overhedge* de 44,65% referente a impostos.

A tabela abaixo apresenta a abertura por ano de vencimento das estratégias de *hedge*:

Estratégias	30/06/2017							Total
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Acima de 10 anos	
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	30.504	12.078	6.524	11.048	102	1.520	-	61.776
Hedge de Empréstimos Sindicalizados (Fluxo de Caixa)	2.647	-	-	-	-	-	-	2.647
Hedge de Transações Previstas Altamente Prováveis	149	98	14	-	-	-	-	261
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior ^(*)	21.624	-	-	-	-	-	-	21.624
Hedge de Operações de Crédito (Risco de Mercado)	433	200	146	26	633	294	1.559	3.291
Hedge de Operações de Crédito (Fluxo de Caixa)	-	-	25	20	169	823	-	1.037
Hedge de Captações (Risco de Mercado)	3.522	100	4.098	347	9	1.157	1.849	11.082
Hedge de Captações (Fluxo de Caixa)	1.421	799	396	879	556	832	-	4.883
Hedge de Empréstimos Sindicalizados (Risco de Mercado)	-	795	-	-	-	-	-	795
Hedge de Operações Ativas	15.224	6.390	-	1.162	-	-	-	22.776
Hedge de Operações Compromissadas Ativas	28	10.989	4.581	650	-	-	-	16.248
Hedge de Ativos Denominados em UF	11.821	333	1.160	-	24	-	-	13.338
Hedge de títulos AFS	-	-	-	218	-	254	-	472
Total	87.373	31.782	16.944	14.350	1.493	4.880	3.408	160.230

^(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

Estratégias	31/12/2016							Total
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Acima de 10 anos	
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	32.132	28.616	10.188	5.646	6.070	416	-	83.068
Hedge de Empréstimos Sindicalizados (Fluxo de Caixa)	6.844	-	-	-	-	-	-	6.844
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior ^(*)	21.449	-	-	-	-	-	-	21.449
Hedge de Operações de Crédito (Fluxo de Caixa)	123	-	-	24	141	833	-	1.121
Hedge de Operações Ativas	4.627	13.719	4.890	-	932	-	-	24.168
Hedge de Ativos Denominados em UF	8.940	2.598	1.558	-	51	-	-	13.147
Hedge de Captações (Fluxo de Caixa)	121	1.485	73	536	774	1.284	-	4.273
Hedge de Operações Compromissadas Ativas	-	-	1.465	918	163	-	-	2.546
Hedge de Operações de Crédito (Risco de Mercado)	189	422	63	29	93	335	1.561	2.692
Hedge de títulos AFS	-	-	-	218	-	254	-	472
Hedge de Captações (Risco de Mercado)	1.266	2.460	3.433	701	72	488	239	8.659
Total	75.691	49.300	21.670	8.072	8.296	3.610	1.800	168.439

^(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

Nota 10 - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor justo e o custo correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2017			31/12/2016		
	Custo	Ganhos / (Perdas) Acumulados Refletidos em Outros Resultados Abrangentes	Valor Justo	Custo	Ganhos / (Perdas) Acumulados Refletidos em Outros Resultados Abrangentes	Valor Justo
Fundos de Investimento	188	-	188	42	-	42
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1b)	11.807	67	11.874	14.465	(400)	14.065
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	21.363	439	21.802	17.652	286	17.938
Títulos Públicos - Outros Países ^(1c)	19.498	(69)	19.429	14.488	(16)	14.472
Colômbia	1.794	9	1.803	1.105	50	1.155
Chile	5.792	3	5.795	5.832	12	5.844
Coréia	2.954	-	2.954	2.673	-	2.673
Dinamarca	2.282	-	2.282	819	-	819
Espanha	2.941	-	2.941	923	-	923
Estados Unidos	1.600	(15)	1.585	1.446	(19)	1.427
Holanda	-	-	-	101	-	101
Paraguai	1.781	(72)	1.709	1.167	(56)	1.111
Uruguai	354	6	360	413	(2)	411
Outros	-	-	-	9	(1)	8
Títulos de Dívida de Empresas ^(1d)	36.231	(349)	35.882	42.176	(416)	41.760
Ações Negociáveis	1.180	568	1.748	1.020	365	1.385
Cédula de Produtor Rural	1.519	8	1.527	1.477	(52)	1.425
Certificado de Depósito Bancário	590	-	590	2.639	2	2.641
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2.013	(20)	1.993	2.150	(55)	2.095
Debêntures	21.475	(970)	20.505	21.863	(693)	21.170
<i>Euro Bonds</i> e Assemelhados	6.386	57	6.443	7.671	44	7.715
Letras Financeiras	641	-	641	2.822	(6)	2.816
Notas Promissórias	2.156	10	2.166	2.191	(18)	2.173
Outros	271	(2)	269	343	(3)	340
Total ⁽²⁾	89.087	88	89.175	88.823	(546)	88.277

(1) Os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 820 (R\$ 9.120 em 31/12/2016), b) R\$ 11.800 (R\$ 3.240 em 31/12/2016), c) R\$ 20 e d) R\$ 5.134 (R\$ 5.075 em 31/12/2016), totalizando R\$ 17.774 (R\$ 17.435 em 31/12/2016);

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda para outras categorias de ativos financeiros.

O custo e o valor justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, por vencimento, são os seguintes:

	30/06/2017		31/12/2016	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	17.135	17.318	23.516	23.636
Sem Vencimento	1.369	1.938	1.010	1.375
Até um ano	15.766	15.380	22.506	22.261
Não Circulante	71.952	71.857	65.307	64.641
De um a cinco anos	43.086	42.902	39.149	38.969
De cinco a dez anos	17.620	17.647	12.521	12.329
Após dez anos	11.246	11.308	13.637	13.343
Total	89.087	89.175	88.823	88.277

Nota 11 - Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

O custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2017	31/12/2016
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Títulos de Dívida de Empresas	14.162	14.977
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ⁽¹⁾	11.238	12.042
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	13.251	12.937
Títulos Públicos - Outros Países	441	539
Colômbia	428	526
Uruguai	13	13
Total ⁽²⁾	39.092	40.495

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram R\$ 2.814 (R\$ 11.778 em 31/12/2016).

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento para outras categorias de ativos financeiros.

O resultado com os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento foi de R\$ 1.458 (R\$ 2.049 de 01/01 a 30/06/2016).

O valor justo dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento é divulgado na Nota 31.

O custo amortizado dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, por vencimento, são os seguintes:

	30/06/2017	31/12/2016
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Circulante	10.087	2.498
Até um ano	10.087	2.498
Não Circulante	29.005	37.997
De um a cinco anos	10.803	19.376
De cinco a dez anos	11.462	10.957
Após dez anos	6.740	7.664
Total	39.092	40.495

Nota 12 - Operação de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

a) Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

A tabela abaixo apresenta a composição dos saldos de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por tipo	30/06/2017	31/12/2016
Pessoas Físicas	179.027	183.147
Cartão de Crédito	56.376	59.022
Crédito Pessoal	25.372	25.813
Crédito Consignado	44.783	44.636
Veículos	14.134	15.434
Crédito Imobiliário	38.362	38.242
Grandes Empresas	114.726	121.754
Micro/Pequenas e Médias Empresas	57.224	58.935
Unidades Externas América Latina	128.893	126.530
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	479.870	490.366
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(27.661)	(26.972)
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	452.209	463.394

Por vencimento	30/06/2017	31/12/2016
Vencidas a partir de 1 dia	15.809	16.843
A vencer até 3 meses	122.524	130.313
A vencer de 3 a 12 meses	110.624	112.923
A vencer acima de um ano	230.913	230.287
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	479.870	490.366

Por Concentração	30/06/2017	31/12/2016
Principal Devedor	3.997	3.543
10 Maiores Devedores	20.768	21.609
20 Maiores Devedores	31.798	32.720
50 Maiores Devedores	51.467	52.992
100 Maiores Devedores	69.941	72.441

A composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por setor do devedor está evidenciada na Nota 36 item 5.1 Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade.

O acréscimo do valor presente líquido das Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro com redução do seu valor recuperável e a respectiva Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa não são apresentados por seus valores brutos na demonstração do resultado, mas de forma líquida dentro da Receita de Juros e Rendimentos. Se fossem apresentados como valores brutos, haveria um incremento de R\$ 836 e R\$ 1.026 de receita de juros e rendimentos em 30/06/2017 e 30/06/2016 respectivamente, com igual impacto na Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A tabela abaixo apresenta as variações na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

Composição de Saldo por Classe de Ativo	Saldo inicial 31/12/2016	Baixas	Constituição / (Reversão)	Saldo final 30/06/2017
Pessoas Físicas	14.259	(6.688)	5.694	13.265
Cartão de Crédito	3.693	(2.284)	1.952	3.361
Crédito Pessoal	7.756	(3.391)	2.851	7.216
Crédito Consignado	2.108	(732)	644	2.020
Veículos	644	(256)	218	606
Crédito Imobiliário	58	(25)	29	62
Grandes Empresas	5.862	(1.043)	2.099	6.918
Micros / Pequenas e Médias	4.743	(2.330)	1.759	4.172
Unidades Externas América Latina	2.108	(837)	2.035	3.306
Total	26.972	(10.898)	11.587	27.661

Composição de Saldo por Classe de Ativo	Saldo inicial 31/12/2015	Baixas	Constituição / (Reversão)	Saldo final 31/12/2016
Pessoas Físicas	14.717	(13.682)	13.224	14.259
Cartão de Crédito	4.141	(4.905)	4.457	3.693
Crédito Pessoal	8.330	(6.745)	6.171	7.756
Crédito Consignado	1.319	(1.273)	2.062	2.108
Veículos	874	(709)	479	644
Crédito Imobiliário	53	(50)	55	58
Grandes Empresas	6.459	(4.985)	4.388	5.862
Micros / Pequenas e Médias	4.809	(4.267)	4.201	4.743
Unidades Externas América Latina	859	(1.317)	2.566	2.108
Total	26.844	(24.251)	24.379	26.972

Abaixo apresentamos a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Setor de Atividade dos clientes:

	30/06/2017	31/12/2016
Setor Público	5	5
Indústria e Comércio	5.191	5.253
Serviços	6.038	5.237
Setor Primário	993	872
Outros Setores	402	19
Pessoa Física	15.032	15.586
Total	27.661	26.972

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia a evidência objetiva de Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa em Operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro de forma individual para os ativos financeiros que sejam individualmente significativos ou coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos (Nota 2.4d X).

Segue a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por tipo de avaliação da evidência objetiva de perda:

	30/06/2017						31/12/2016					
	Impaired		Not Impaired		Total		Impaired		Not Impaired		Total	
	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD
I - Operações Avaliadas Individualmente												
Grandes Empresas ^(*)	16.103	6.522	98.623	396	114.726	6.918	14.138	5.351	107.616	511	121.754	5.862
II - Operações Avaliadas Coletivamente												
Pessoas Físicas	9.810	6.081	169.217	7.184	179.027	13.265	10.763	6.756	172.384	7.503	183.147	14.259
Cartão de Crédito	3.226	1.946	53.150	1.415	56.376	3.361	3.512	2.150	55.510	1.543	59.022	3.693
Crédito Pessoal	4.267	2.914	21.105	4.302	25.372	7.216	4.837	3.302	20.976	4.454	25.813	7.756
Crédito Consignado	1.344	888	43.439	1.132	44.783	2.020	1.431	954	43.205	1.154	44.636	2.108
Veículos	537	307	13.597	299	14.134	606	591	326	14.843	318	15.434	644
Crédito Imobiliário	436	26	37.926	36	38.362	62	392	24	37.850	34	38.242	58
Micro / Pequenas e Médias Empresas	3.111	2.105	54.113	2.067	57.224	4.172	3.646	2.523	55.289	2.220	58.935	4.743
Unidades Externas América Latina	1.985	831	126.908	2.475	128.893	3.306	1.770	727	124.760	1.381	126.530	2.108
Total	31.009	15.539	448.861	12.122	479.870	27.661	30.317	15.357	460.049	11.615	490.366	26.972

(*) Conforme detalhado na Nota 2.4.d X, os créditos de Grandes Empresas são inicialmente avaliados individualmente. Caso não haja indicativo objetivo de redução ao valor recuperável são subsequentemente avaliados coletivamente de acordo com as características da operação. Consequentemente é constituída Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para Grandes Empresas, tanto na avaliação individual quanto na coletiva.

c) Valor Presente das Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)

É apresentada abaixo a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Mercantis Financeiros por vencimento, composto basicamente por operações de pessoas físicas - veículos:

30/06/2017			
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	3.327	(1.807)	1.520
Até 1 ano	3.327	(1.807)	1.520
Não Circulante	9.244	(2.796)	6.448
Entre 1 e 5 anos	5.378	(2.729)	2.649
Acima de 5 anos	3.866	(67)	3.799
Total	12.571	(4.603)	7.968

31/12/2016			
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	3.572	(1.636)	1.936
Até 1 ano	3.572	(1.636)	1.936
Não Circulante	9.726	(2.955)	6.771
Entre 1 e 5 anos	5.741	(2.778)	2.963
Acima de 5 anos	3.985	(177)	3.808
Total	13.298	(4.591)	8.707

Os valores da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, referentes a Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro são: R\$ 253 (R\$ 254 em 31/12/2016).

d) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou operações de venda ou transferência de ativos financeiros em que houve a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação. Por conta disso, tais créditos permaneceram registrados contabilmente e estão representados pelas seguintes informações em 30/06/2017 e 31/12/2016:

Natureza da Operação	30/06/2017				31/12/2016			
	Ativo		Passivo ⁽¹⁾		Ativo		Passivo ⁽¹⁾	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Pessoa Jurídica - Capital de Giro	2.709	2.709	2.709	2.709	2.768	2.768	2.768	2.768
Pessoa Jurídica - Crédito ⁽²⁾	-	-	6	6	-	-	8	8
Pessoa Física - Veículos ⁽²⁾	-	-	3	3	-	-	4	4
Pessoa Física - Crédito Imobiliário	2.734	2.759	2.732	2.751	3.061	2.960	3.055	2.944
Total	5.443	5.468	5.450	5.469	5.829	5.728	5.835	5.724

⁽¹⁾ Rubrica Recursos de Mercados Interbancários.

⁽²⁾ Cessão de operações que já estavam baixadas a prejuízo.

Nota 13 - Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

a) A tabela abaixo apresenta os principais investimentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

	% de participação em 30/06/2017		30/06/2017					
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado ^(g)
Associadas								
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(a) (b)}	42,93	42,93	4.481	20	381	2.678	156	3.009
BSF Holding S.A. ^(c)	49,00	49,00	1.979	1	116	1.552	52	-
IRB-Brasil Resseguros S.A. ^{(a) (d)}	15,01	15,01	3.171	(29)	458	478	72	-
Outros ^(e)	-	-	-	-	-	122	10	-
Entidades Controladas em Conjunto - Outros ^(f)	-	-	-	-	-	199	(15)	-
Total	-	-	-	-	-	5.029	275	-

	% de participação em 31/12/2016		31/12/2016					30/06/2016
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado ^(g) Resultado de Participações
Associadas								
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(a) (b)}	42,93	42,93	4.251	26	293	2.587	241	2.644 115
BSF Holding S.A. ^(c)	49,00	49,00	2.067	(1)	396	1.687	194	- 101
IRB-Brasil Resseguros S.A. ^{(a) (d)}	15,01	15,01	3.230	(17)	745	478	109	- 48
Outros ^(e)	-	-	-	-	-	114	13	- 9
Entidades Controladas em Conjunto - Outros ^(f)	-	-	-	-	-	207	(29)	- (14)
Total	-	-	-	-	-	5.073	528	- 259

(a) Para fins de contabilização do resultado de equivalência patrimonial foi utilizada em 30/06/2017 a posição de 31/05/2017 e em 30/06/2016 a posição de 31/05/2016, conforme o IAS 27.

(b) Para fins de valor de mercado foi considerado a cotação das ações da Porto Seguro S.A. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 754 em 30/06/2017 e R\$ 762 em 31/12/2016, que correspondem a diferença entre a participação nos ativos líquidos a valor justo da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e o custo do investimento.

(c) Em maio/12 o Itaú Unibanco S.A. adquiriu 137.004.000 ações ordinárias da BSF Holding S.A. (Controladora do Banco Carrefour) por R\$ 816 que corresponde a 49% de participação no seu capital. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 582 em 30/06/2017 de ágio.

(d) Anteriormente contabilizado como instrumento financeiro. A partir do 4º trimestre de 2013, após a conclusão do processo de desestatização, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING passou a deter influência significativa no IRB. Como consequência, a partir desta data, o investimento foi contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

(e) Em 30/06/2017, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Companhia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (38,78% capital total e votante; 39,58% em 31/12/2016); Rias Redbanc S.A. (25% capital total e votante; 25% em 31/12/2016); Kinea Private Equity Investimentos S.A. (80% capital total e 49% votante; 80% capital total e 49% votante em 31/12/2016) e Tecnologia Bancária S.A. (24,92% capital total e votante; e 24,92% em 31/12/2016).

(f) Em 30/06/2017, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Olimpia Promoção e Serviços S.A. (50% capital total e votante; 50% em 31/12/2016); ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (50% capital total e votante; 50% em 31/12/2016) e inclui resultado não decorrente de lucro de empresas controladas.

(g) Divulgado apenas para as Cias abertas.

Em 30/06/2017, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING recebeu / reconheceu dividendos e juros sobre capital próprio das empresas não consolidadas, sendo as principais IRB-Brasil Resseguros S.A. no montante de R\$ 67 (R\$ 104 em 31/12/2016), BSF Holding S.A. no montante de R\$ 188 (R\$ 62 em 31/12/2016) e Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. no montante de R\$ 173 (R\$ 222 em 31/12/2016).

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações financeiras das investidas pelo método de equivalência patrimonial de forma agregada.

	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
Total de Ativos ^(*)	20.329	20.819	20.396
Total de Passivos ^(*)	10.698	11.272	11.206
Total de Receitas ^(*)	2.956	14.868	12.387
Total de Despesas ^(*)	(2.002)	(13.401)	(11.575)

^(*) Representado substancialmente pelo IRB-Brasil Resseguros S.A., no montante de R\$ 13.686 (R\$ 14.313 em 31/12/2016) referente a Ativos, de R\$ 10.515 (R\$ 11.083 em 31/12/2016) referente a Passivos, de R\$ 2.447 (R\$ 14.142 em 31/12/2016) referente a Receitas e de R\$ (1.989) (R\$ (13.397) em 31/12/2016) referente a Despesas.

As investidas não apresentam passivos contingentes aos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING esteja significativamente exposto.

Nota 14 – Compromissos de Arrendamento Mercantil – Entidade Arrendatária

a) Arrendamento Mercantil Financeiro

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é o arrendatário de contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro de equipamentos de processamento de dados, com a opção de compra ou de renovação, sem aluguéis contingentes ou restrições impostas. O valor contábil líquido desses bens é de R\$ 7 (R\$ 26 em 31/12/2016).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em:

	30/06/2017	31/12/2016
Circulante	7	26
Até 1 ano	7	26
Não Circulante	-	-
De 1 a 5 anos	-	-
Total de Pagamento Mínimos Futuros	7	26
(-) Juros futuro	-	-
Valor Presente	7	26

b) Arrendamento Mercantil Operacional

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aluga diversos imóveis para uso em suas operações, segundo contratos de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Nenhum contrato de locação impõe qualquer restrição à nossa capacidade para pagar dividendos, celebrar outros contratos de locação ou participar de operações de financiamento de dívidas ou de capital, não existindo pagamentos contingentes em relação aos contratos.

Os pagamentos de contratos de arrendamento operacional reconhecidos como despesa na rubrica Despesas Gerais e Administrativas totalizam R\$ 665 de 01/01 a 30/06/2017 (R\$ 580 de 01/01 a 30/06/2016).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não possui contratos de subarrendamento relevantes.

Os pagamentos mínimos com aluguéis de prazos iniciados e remanescentes não passíveis de cancelamento são os seguintes:

	30/06/2017	31/12/2016
Circulante	959	1.336
Até 1 ano	959	1.336
Não Circulante	3.476	5.402
De 1 a 5 anos	3.148	4.689
Mais de 5 anos	328	713
Total de Pagamento Mínimos Futuros	4.435	6.738

Nota 15 - Imobilizado

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imobilizações em Curso	Imóveis de Uso ⁽²⁾		Outras Imobilizações de Uso ⁽²⁾					Total
		Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema de Processamento de Dados ⁽³⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação			4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo									
Saldo em 31/12/2016	387	1.047	3.099	1.857	1.901	1.205	8.543	1.075	19.114
Aquisições	112	-	-	45	9	43	122	45	376
Baixas	-	(1)	(8)	(18)	(1)	(6)	(187)	(12)	(233)
Variação Cambial	-	-	6	4	27	(18)	-	2	21
Transferências	(294)	-	195	70	-	-	29	-	-
Outros	6	(5)	(13)	8	(6)	(39)	(10)	(1)	(60)
Saldo em 30/06/2017	211	1.041	3.279	1.966	1.930	1.185	8.497	1.109	19.218
Depreciação									
Saldo em 31/12/2016	-	-	(1.840)	(1.114)	(986)	(674)	(5.804)	(654)	(11.072)
Despesa de Depreciação	-	-	(40)	(107)	(77)	(53)	(454)	(53)	(784)
Baixas	-	-	8	14	-	3	174	11	210
Variação Cambial	-	-	(1)	(4)	(16)	34	(16)	(2)	(5)
Outros	-	-	10	(5)	2	12	35	3	57
Saldo em 30/06/2017	-	-	(1.863)	(1.216)	(1.077)	(678)	(6.065)	(695)	(11.594)
Redução ao Valor recuperável									
Saldo em 31/12/2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Contábil									
Saldo em 30/06/2017	211	1.041	1.416	750	853	507	2.432	414	7.624

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 247 realizáveis até 2017 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 4 referente a imóvel penhorado.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imóveis de Uso ⁽²⁾			Outras Imobilizações de Uso ⁽²⁾					Total
	Imobilizações em Curso	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema Processamento de Dados ⁽³⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação			4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo									
Saldo em 31/12/2015	792	1.008	3.026	1.673	1.801	975	8.217	858	18.350
Aquisições	341	57	70	137	47	309	246	223	1.430
Baixas	-	(4)	(13)	(56)	(15)	(8)	(449)	(6)	(551)
Variação Cambial	(2)	(15)	(11)	(22)	(3)	(67)	151	3	34
Transferências	(738)	-	27	125	-	1	515	4	(66)
Outros	(6)	1	-	-	71	(5)	(137)	(7)	(83)
Saldo em 31/12/2016	387	1.047	3.099	1.857	1.901	1.205	8.543	1.075	19.114
Depreciação									
Saldo em 31/12/2015	-	-	(1.764)	(930)	(841)	(579)	(5.138)	(557)	(9.809)
Despesa de Depreciação	-	-	(80)	(245)	(142)	(102)	(1.038)	(95)	(1.702)
Baixas	-	-	11	53	6	5	377	4	456
Variação Cambial	-	-	(8)	8	9	(1)	(101)	(8)	(101)
Outros	-	-	1	-	(18)	3	96	2	84
Saldo em 31/12/2016	-	-	(1.840)	(1.114)	(986)	(674)	(5.804)	(654)	(11.072)
Redução ao Valor recuperável									
Saldo em 31/12/2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2016	387	1.047	1.259	743	915	531	2.739	421	8.042

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 48 realizáveis até 2017 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 4 referente a imóvel penhorado.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

Nota 16 - Ativos Intangíveis

Intangíveis ⁽¹⁾	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Outros Ativos Intangíveis				Total
		Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos Intangíveis	
Taxas de Amortização a.a.	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2016	1.046	1.748	3.840	3.525	1.078	11.237
Aquisições	148	-	342	65	-	555
Distratos/ Baixas	(177)	(8)	-	-	-	(185)
Variação Cambial	-	3	(4)	-	178	177
Outros	(13)	2	(6)	-	(152)	(169)
Saldo em 30/06/2017	1.004	1.745	4.172	3.590	1.104	11.615
Amortização ⁽²⁾						
Saldo em 31/12/2016	(555)	(376)	(1.701)	(532)	(284)	(3.448)
Despesa de Amortização	(112)	(152)	(222)	(193)	(128)	(807)
Distratos/ Baixas	158	9	-	-	-	167
Variação Cambial	-	106	(6)	-	(43)	57
Outros	-	(12)	(4)	-	123	107
Saldo em 30/06/2017	(509)	(425)	(1.933)	(725)	(332)	(3.924)
Redução ao Valor Recuperável ⁽³⁾						
Saldo em 31/12/2016	(19)	-	(54)	(335)	-	(408)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	(2)	-	(2)
Baixas	19	-	1	-	-	20
Saldo em 30/06/2017	-	-	(53)	(337)	-	(390)
Valor Contábil						
Saldo em 30/06/2017	495	1.320	2.186	2.528	772	7.301

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 124 realizáveis até 2017 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4i.

Intangíveis ⁽¹⁾	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Outros Ativos Intangíveis				Total
		Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos intangíveis	
Taxas de Amortização a.a.	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2015	1.005	1.409	2.362	3.311	960	9.047
Aquisições	342	719	1.293	215	277	2.846
Baixas	(308)	(73)	(3)	(1)	-	(385)
Variação Cambial	-	(12)	120	-	(130)	(22)
Outros	7	(295)	68	-	(29)	(249)
Saldo em 31/12/2016	1.046	1.748	3.840	3.525	1.078	11.237
Amortização ⁽²⁾						
Saldo em 31/12/2015	(600)	(330)	(1.190)	(252)	(342)	(2.714)
Despesa de Amortização	(261)	(263)	(429)	(280)	(298)	(1.531)
Baixas	306	67	1	-	-	374
Variação Cambial	-	84	(107)	-	110	87
Outros	-	66	24	-	246	336
Saldo em 31/12/2016	(555)	(376)	(1.701)	(532)	(284)	(3.448)
Redução ao Valor Recuperável ⁽³⁾						
Saldo em 31/12/2015	(18)	(2)	-	(18)	-	(38)
Adições/reconhecimentos	(1)	-	(57)	(317)	-	(375)
Reversões	-	2	3	-	-	5
Saldo em 31/12/2016	(19)	-	(54)	(335)	-	(408)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2016	472	1.372	2.085	2.658	794	7.381

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 262 realizáveis até 2017 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4i.

Nota 17 - Depósitos

A tabela abaixo apresenta a composição dos Depósitos:

	30/06/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos Remunerados	186.737	101.599	288.336	187.882	80.399	268.281
Depósitos a Prazo	74.767	101.366	176.133	75.913	80.361	156.274
Depósitos Interfinanceiros	2.453	233	2.686	3.719	38	3.757
Depósito de Poupança	109.517	-	109.517	108.250	-	108.250
Depósitos não Remunerados	63.991	-	63.991	61.133	-	61.133
Depósitos à Vista	63.989	-	63.989	61.133	-	61.133
Outros Depósitos	2	-	2	-	-	-
Total	250.728	101.599	352.327	249.015	80.399	329.414

Nota 18 - Passivos Financeiros Mantidos para Negociação

Os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação estão apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2017	31/12/2016
Notas Estruturadas		
Ações	45	49
Títulos de Dívida	412	470
Total	457	519

O efeito do risco de crédito desses instrumentos não é relevante em 30/06/2017 e 31/12/2016.

No caso das ações, pelas características do instrumento, não existe valor definido a ser pago no vencimento. Para os títulos de dívida, o valor a ser pago no vencimento envolve variáveis cambiais e índices, não existindo um valor contratual para liquidação.

O valor justo dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação por vencimento é o seguinte:

	30/06/2017	31/12/2016
	Custo / Valor Justo	Custo / Valor Justo
Circulante - Até um ano	74	134
Não Circulante	383	385
De um a cinco anos	282	295
De cinco a dez anos	61	52
Após dez anos	40	38
Total	457	519

Nota 19 - Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais

a) Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos:

	30/06/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Mercado Aberto	233.231	88.691	321.922	234.569	114.595	349.164
Operações Lastreadas com Ativos Financeiros Próprios ^(*)	66.366	88.691	155.057	101.400	114.595	215.995
Operações Lastreadas com Ativos Financeiros de Terceiros	166.865	-	166.865	133.169	-	133.169
Interbancário	73.115	63.757	136.872	75.352	60.131	135.483
Letras de Crédito Imobiliário	13.043	5.828	18.871	12.830	6.349	19.179
Letras de Crédito do Agronegócio	9.048	7.092	16.140	9.158	6.284	15.442
Letras Financeiras	9.558	17.599	27.157	5.976	13.590	19.566
Financiamento à Importação e à Exportação	32.498	9.563	42.061	38.123	7.510	45.633
Repasse no País	8.959	18.234	27.193	9.205	20.623	29.828
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito (Nota 12d)	9	5.441	5.450	60	5.775	5.835

(*) Inclui R\$ 89.814 (R\$ 132.149 em 31/12/2016) referente à Debêntures de emissão própria.

As captações para financiamento à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira. A tabela a seguir apresenta a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Mercado Aberto ^(*)	40% do CDI a 17,36%	1,3% a 6,2%
Letras Hipotecárias	-	2,5% a 8%
Letras de Crédito Imobiliário	83% a 100% do CDI	-
Letras Financeiras	IGPM a 113%	-
Letras de Crédito do Agronegócio	83% a 98% do CDI	-
Financiamento à Importação e à Exportação	1,4% a 6,0%	1,1% a 11%
Repasse no País	2,5% a 14,5%	-
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito	6,78% a 13,17%	-

(*) A Nota 2.4d apresenta as operações que compõem as Captações no Mercado Aberto. As datas finais de recompra vão até Dezembro de 2032.

b) Recursos de Mercados Institucionais

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos de Mercados Institucionais:

	30/06/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida Subordinada ⁽¹⁾	11.849	40.256	52.105	11.056	46.364	57.420
Obrigações por TVM no Exterior	15.309	25.874	41.183	5.947	27.636	33.583
Captação por Certificados de Operações Estruturadas ⁽²⁾	616	3.602	4.218	2.050	3.186	5.236
Total	27.774	69.732	97.506	19.053	77.186	96.239

(1) Em 30/06/2017, R\$ 46.434 (R\$ 51.875 em 31/12/2016) integram o Patrimônio de Referência, dentro da proporcionalidade definida pela Resolução 3.444, de 28/02/2007, do CMN, e alterações promovidas pela Resolução nº 3.532, de 31/01/2008, do CMN.

(2) Em 30/06/2017, o valor de mercado da Captação por Certificados de Operações Estruturadas emitida é de R\$ 4.418.

Na tabela a seguir, são apresentadas as taxas de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Dívida Subordinada	CDI + 1,3% a IGPM + 7,6%	2,8% a 10,8%
Obrigações por TVM no Exterior	0,89% a 12,73%	0,97% a 23,94%
Captação por Certificados de Operações Estruturadas	IPA + 3,30% a 16,54%	-

Nota 20 - Outros Ativos e Passivos

a) Outros Ativos

	30/06/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros ⁽¹⁾	39.656	13.010	52.666	41.648	12.269	53.917
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	24.299	-	24.299	26.124	-	26.124
Operações de Seguros e Resseguros	1.211	10	1.221	1.306	14	1.320
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 32)	1.444	12.059	13.503	2.118	11.144	13.262
Depósitos em Garantias de Captações de Recursos Externos	563	-	563	893	-	893
Negociação e Intermediação de Valores	6.730	6	6.736	6.770	-	6.770
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 32c)	237	915	1.152	258	870	1.128
Serviços Prestados a Receber	2.677	1	2.678	2.510	-	2.510
Valores a Receber do FCVS - Fundo para Compensação de Variações Salariais ⁽²⁾	-	5	5	7	234	241
Operações sem Características de Concessão de Crédito	2.495	14	2.509	1.662	7	1.669
Não Financeiros	7.899	1.878	9.777	7.804	2.223	10.027
Despesas Antecipadas	2.235	519	2.754	2.101	687	2.788
Ativos de Planos de Aposentadoria (Notas 29c e d)	-	1.090	1.090	-	1.113	1.113
Diversos no País	1.690	37	1.727	1.634	32	1.666
Prêmio de Operações de Crédito	416	152	568	531	319	850
Diversos no Exterior	2.303	74	2.377	1.776	65	1.841
Outros	1.255	6	1.261	1.762	7	1.769

(1) Neste período, não houve perdas referente à redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros.

(2) O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS foi criado por meio da Resolução nº 25, de 16/6/1967, do Conselho de Administração do extinto BNH (Banco Nacional da Habitação), e tem por finalidade liquidar os saldos remanescentes existentes após o término do prazo dos financiamentos imobiliários contratados até Março de 1990, de contratos financiados no âmbito do SFH (Sistema Nacional da Habitação) e desde que cobertos pelo FCVS.

b) Outros Passivos

	30/06/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros	63.731	-	63.731	71.798	34	71.832
Operações com Cartões de Crédito	54.476	-	54.476	58.920	-	58.920
Carteira de Câmbio	600	-	600	620	-	620
Negociação e Intermediação de Valores	6.668	-	6.668	10.538	-	10.538
Obrigações Leasing Financeiro (Nota 14a)	7	-	7	26	-	26
Recursos de Consorciados	111	-	111	84	-	84
Outros	1.869	-	1.869	1.610	34	1.644
Não Financeiros	30.250	1.773	32.023	25.968	1.142	27.110
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	3.991	-	3.991	297	-	297
Diversos no País	2.530	156	2.686	2.488	117	2.605
Recursos em Trânsito	11.362	723	12.085	10.214	190	10.404
Provisão para Pagamentos Diversos	2.329	248	2.577	2.007	203	2.210
Sociais e Estatutárias	4.354	23	4.377	5.541	35	5.576
Relativas a Operações de Seguros	167	-	167	224	-	224
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento	817	-	817	864	-	864
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (Nota 29c e e)	203	577	780	201	548	749
Provisão de Pessoal	1.674	46	1.720	1.352	49	1.401
Provisão para Seguro Saúde	752	-	752	742	-	742
Rendas Antecipadas	2.011	-	2.011	1.975	-	1.975
Outros	60	-	60	63	-	63

Nota 21 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em AGE de 14/09/2016 foi aprovado o aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 12.000, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros – Reserva Estatutária, com bonificação de 10% em ações. As ações bonificadas passaram a ser negociadas a partir de 21/10/2016 e o processo foi homologado pelo BACEN em 23/09/2016. Em consequência, o capital social foi elevado em 598.391.594 ações.

Em AGE de 27/04/2016 foi aprovado o cancelamento de 100.000.000 de ações preferenciais de emissão própria e mantidas em tesouraria, sem alteração do capital social, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros - Reserva Estatutária. O processo foi homologado pelo BACEN em 07/06/2016.

O capital social está representado por 6.582.307.543 ações escriturais sem valor nominal, sendo 3.351.744.217 ações ordinárias e 3.230.563.326 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. O capital social totaliza R\$ 97.148 (R\$ 97.148 em 31/12/2016), sendo R\$ 66.258 (R\$ 65.534 em 31/12/2016) de acionistas domiciliados no país e R\$ 30.890 (R\$ 31.614 em 31/12/2016) de acionistas domiciliados no exterior.

Seguem a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e a conciliação dos saldos no início e no fim do período:

30/06/2017				
	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2016	3.335.350.311	1.104.963.731	4.440.314.042	
Residentes no Exterior em 31/12/2016	16.393.906	2.125.599.595	2.141.993.501	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2016	3.351.744.217	3.230.563.326	6.582.307.543	
Ações Representativas do Capital Social em 30/06/2017	3.351.744.217	3.230.563.326	6.582.307.543	
Residentes no País em 30/06/2017	3.332.400.080	1.156.937.300	4.489.337.380	
Residentes no Exterior em 30/06/2017	19.344.137	2.073.626.026	2.092.970.163	
Ações em Tesouraria em 31/12/2016 ⁽¹⁾	3.074	69.604.462	69.607.536	(1.882)
Aquisições de Ações	-	35.382.900	35.382.900	(1.282)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações	-	(13.207.357)	(13.207.357)	174
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(8.118.685)	(8.118.685)	419
Ações em Tesouraria em 30/06/2017 ⁽¹⁾	3.074	83.661.320	83.664.394	(2.571)
Em Circulação em 30/06/2017	3.351.741.143	3.146.902.006	6.498.643.149	
Em Circulação em 31/12/2016	3.351.741.143	3.160.958.864	6.512.700.007	
31/12/2016				
	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2015	3.033.657.386	1.130.776.196	4.164.433.582	
Residentes no Exterior em 31/12/2015	13.382.812	1.906.099.555	1.919.482.367	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2015	3.047.040.198	3.036.875.751	6.083.915.949	
(-) Cancelamento de Ações - AGE de 27/04/2016 - Homologada em 07/06/2016	-	(100.000.000)	(100.000.000)	
Bonificação de Ações - AGE de 14/09/2016 - Efetivada em 23/09/2016	304.704.019	293.687.575	598.391.594	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2016	3.351.744.217	3.230.563.326	6.582.307.543	
Residentes no País em 31/12/2016	3.335.350.311	1.104.963.731	4.440.314.042	
Residentes no Exterior em 31/12/2016	16.393.906	2.125.599.595	2.141.993.501	
Ações em Tesouraria em 31/12/2015 ⁽¹⁾	2.795	162.562.650	162.565.445	(4.353)
Aquisições de Ações	-	30.640.000	30.640.000	(947)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações	-	(19.931.626)	(19.931.626)	315
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(8.293.957)	(8.293.957)	433
(-) Cancelamento de Ações - AGE de 27/04/2016 - Homologada em 07/06/2016	-	(100.000.000)	(100.000.000)	2.670
Bonificação de Ações - AGE de 14/09/2016 - Efetivada em 23/09/2016	279	4.627.395	4.627.674	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2016 ⁽¹⁾	3.074	69.604.462	69.607.536	(1.882)
Em Circulação em 31/12/2016	3.351.741.143	3.160.958.864	6.512.700.007	
Em Circulação em 31/12/2015 ⁽²⁾	3.351.741.143	3.161.744.411	6.513.485.554	

(1) Ações de própria emissão adquiridas, com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

(2) Para melhor comparabilidade, as ações em circulação foram ajustadas pela bonificação ocorrida em 23/09/2016.

Abaixo são discriminados o custo das ações adquiridas no período, bem como o custo médio das Ações em Tesouraria e o seu valor de mercado:

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 30/06/2017	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	33,48
Médio ponderado	-	36,23
Máximo	-	38,56
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	6,59	30,73
Valor de Mercado em 30/06/2017	32,54	36,75

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 31/12/2016	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	23,79
Médio ponderado	-	30,13
Máximo	-	36,05
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	6,59	27,04
Valor de Mercado em 31/12/2016	30,00	33,85

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participaram dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao prioritário mínimo anual de R\$ 0,022 por ação não cumulativo a ser pago às ações preferenciais.

A antecipação mensal do dividendo mínimo obrigatório utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

Segue abaixo o demonstrativo dos dividendos e juros sobre capital próprio e o cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

Demonstrativo dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	30/06/2017	30/06/2016
Lucro Líquido Individual Estatutário	10.743	8.938
Ajustes:		
(-) Reserva Legal	(537)	(447)
Base de Cálculo do Dividendo	10.206	8.491
Dividendos Mínimo Obrigatório - 25%	2.551	2.123
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos / Provisionados	4.938	2.544

Pagamentos/Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	30/06/2017		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	489	-	489
Dividendos - 5 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas em fevereiro a junho de 2017	489	-	489
Declarados até 30/06/2017 (Registrados em Outros Passivos)	2.410	(347)	2.063
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 03/07/2017	98	-	98
Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,3558 por ação, a ser Pago em 25/08/2017.	2.312	(347)	1.965
Registrados em Reservas de Lucros no Patrimônio Líquido	2.568	(182)	2.386
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,0432 por ação, a ser Pago em 25/08/2017.	281	(42)	239
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,1438 por ação, a ser Declarado.	934	(140)	794
Dividendos - R\$ 0,2083 por ação, a ser Declarado.	1.353	-	1.353
Total de 01/01 a 30/06/2017- R\$ 0,7596 líquido por ação	5.467	(529)	4.938

	30/06/2016		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	444	-	444
Dividendos - 5 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas em fevereiro a junho de 2016	444	-	444
Declarados até 30/06/2016 (Registrados em Outros Passivos)	1.959	(281)	1.679
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 01/07/2016	89	-	89
Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,3154 por ação.	1.870	(281)	1.590
Registrados em Reservas de Lucros no Patrimônio Líquido	496	(74)	422
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,0836 por ação.	496	(74)	422
Total de 01/01 a 30/06/2016 - R\$ 0,4291 líquido por ação	2.899	(355)	2.544

c) Capital Adicional Integralizado

O Capital Adicional Integralizado corresponde: (i) à diferença entre o preço de venda das ações em tesouraria e o custo médio de tais ações e (ii) às despesas de remuneração reconhecidas segundo o plano de opções de ações e remuneração variável.

d) Reservas Integralizadas

	30/06/2017	31/12/2016
Reservas de Capital ⁽¹⁾	285	285
Ágio na Subscrição de Ações	284	284
Reservas Decorrentes de Incentivos Fiscais, Atualização de Títulos Patrimoniais e Outras	1	1
Reservas de Lucros	5.606	3.158
Legal ⁽²⁾	8.375	7.838
Estatutárias	5.966	1.132
Equalização de Dividendos ⁽³⁾	2.755	337
Reforço do Capital de Giro ⁽⁴⁾	967	-
Aumento de Capital de Empresas Participadas ⁽⁵⁾	2.244	795
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	(11.306)	(10.862)
Especiais de Lucros ⁽⁶⁾	2.571	5.050
Total das Reservas na Controladora	5.891	3.443

(1) Refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referirem à contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados pela sociedade.

(2) Reserva Legal - objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos.

(3) Reserva para Equalização de Dividendos - tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

(4) Reserva para Capital de Giro - objetiva garantir meios financeiros para a operação da sociedade.

(5) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas - visa garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

(6) Refere-se ao Juros sobre o Capital Próprio provisionado até 30 de junho, em atendimento a Carta Circular nº 3.516 de 21/07/2011, do BACEN.

e) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e das apropriações para as reservas estatutárias nos registros legais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

f) Participações de Não Controladores

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	30/06/2017	31/12/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Itaú CorpBanca (Nota 3)	10.542	10.117	214	236
Itaú Corpbanca Colombia (Nota 3)	1.190	1.231	(9)	83
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	444	519	52	56
Banco Itaú Consignado S.A.	-	-	-	(109)
Luizacred S.A. Soc. Cred. Financiamento Investimento	294	275	33	26
Outras	78	90	10	18
Total	12.548	12.232	300	310

Nota 22 - Pagamento Baseado em Ações

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e as empresas por ele controladas possuem programas de pagamentos baseados em ações para seus funcionários e administradores, visando integrá-los ao processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo.

Os pagamentos ocorrem somente em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório e, a fim de limitar a diluição máxima a que os acionistas poderão estar sujeitos, em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações possuídas pelos acionistas majoritários e minoritários na data do balanço de encerramento do exercício.

A liquidação desses programas é feita mediante entrega de ações ITUB4 mantidas em tesouraria.

No período de 01/01 a 30/06/2017, o efeito contábil de pagamento baseado em ações no resultado foi de R\$ (254) (R\$ (313) de 01/01 a 30/06/2016).

I – Plano para Outorga de Opções de Ações (Opções Simples)

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um Plano para Outorga de Opções de Ações (“Opções Simples”) com o objetivo de integrar administradores e funcionários no processo de desenvolvimento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas a médio e longo prazo, facultando-lhes participar da valorização que seu trabalho e dedicação trouxerem às ações.

Além das outorgas realizadas no âmbito do Plano, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também mantém o controle dos direitos e obrigações das opções outorgadas no âmbito dos planos assumidos nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 24/04/2009 e 19/04/2013, relativas aos programas de outorga de opções de ações do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e da Unibanco Holdings S.A. e da Redecard S.A., respectivamente. A troca das ações para ITUB4 não trouxe impacto financeiro significativo.

As opções simples possuem as seguintes características:

- a) Preço de exercício:** fixado com base na média dos preços das ações nos 3 (três) últimos meses do ano antecedente ao da outorga. Os preços estabelecidos serão reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice a ser definido internamente, devendo ser pagos em prazo igual ao vigente para liquidação de operações na B3.
- b) Período de carência:** fixado no momento da emissão entre 1 (um) ano e 7 (sete) anos, contados a partir da outorga. Em regra, o período de carência fixado é de 5 (cinco) anos.
- c) Valor justo e premissas econômicas utilizadas para reconhecimento dos custos:** o valor justo das Opções Simples é calculado na data da outorga utilizando-se o modelo Binomial. As premissas econômicas utilizadas são:
 - (i) Preço de exercício: preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M.
 - (ii) Preço do ativo objeto (ações ITUB4): preço de fechamento da B3 na data-base de cálculo.
 - (iii) Dividendos esperados: média anual da taxa de retorno dos últimos 3 (três) exercícios de dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre o Capital Próprio da ação ITUB4.
 - (iv) Taxa de juros livre de risco: cupom do IGP-M até o prazo de vigência da Opção Simples.
 - (v) Volatilidade esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre o histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preços de fechamento da ação ITUB4 divulgada pela B3, ajustados pela variação do IGP-M.

Resumo da Movimentação do Plano

	Opções Simples		
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado
Saldo em 31/12/2016	38.033.506	36,94	
Opções exercíveis no final do período	23.440.177	40,98	
Opções em aberto não exercíveis	14.593.329	30,45	
Opções:			
Outorgadas	-		
Canceladas/Perda de Direito ^(*)	(19.667)	38,90	
Exercidas	(5.684.306)	30,58	40,03
Saldo em 30/06/2017	32.329.533	37,56	
Opções exercíveis no final do período	32.329.533	37,56	
Opções em aberto não exercíveis			
Faixa de preços de exercício			
Outorga 2010-2011		21,71 - 41,09	
Outorga 2012		30,01	
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	1,48		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

	Opções Simples		
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado
Saldo em 31/12/2015	50.543.148	31,89	
Opções exercíveis no final do período	35.647.958	33,40	
Opções em aberto não exercíveis	14.895.190	28,29	
Opções:			
Outorgadas	-	-	
Canceladas/Perda de Direito ^(*)	(63.680)	31,10	
Exercidas	(732.273)	23,79	29,24
Saldo em 30/06/2016	49.747.195	34,07	
Opções exercíveis no final do período	35.149.321	35,66	
Opções em aberto não exercíveis	14.597.874	30,25	
Faixa de preços de exercício			
Outorga 2009-2010		25,49 - 41,41	
Outorga 2011-2012		21,71 - 40,45	
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,13		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

II – Programa de Sócios

Os funcionários e administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas podem ser selecionados para participar de um programa que permite o investimento de um percentual de seu bônus na aquisição de ações ITUB4 e instrumentos baseados em tais ações que deverão ser mantidos pelos beneficiários pelos prazos de 3 (três) a 5 (cinco) anos, a contar do investimento inicial, sujeitando-os à variação da cotação de mercado. Após satisfeitas as condições suspensivas determinadas pelo programa, os beneficiários terão direito de receber uma contrapartida em ITUB4, conforme as quantidades estipuladas no regimento interno do programa.

O preço de aquisição das ações e dos instrumentos baseados em ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações ITUB4 nos 30 (trinta) dias que antecederem à fixação do referido preço.

O valor justo da contrapartida em ações ITUB4 é o preço de mercado cotado na data de outorga, descontado da expectativa de dividendos.

A média ponderada do valor justo da contrapartida em ações ITUB4 foi estimada em R\$ 32,33 por ação em 30/06/2017 (R\$ 19,45 por ação em 30/06/2016).

A Lei nº 12.973/14, que adequou a legislação tributária aos padrões contábeis internacionais e pôs fim ao Regime Tributário de Transição (RTT), estabeleceu um novo marco legal para os pagamentos efetuados em ações. Por conta dessa nova lei, foram realizadas alterações no Programa de Sócios, adequando seus efeitos fiscais.

Movimentação do Programa de Sócios

	Quantidade
Saldo em 31/12/2016	35.462.379
Novas Outorgas	7.041.957
Cancelados	(439.424)
Exercidos	(7.523.051)
Saldo em 30/06/2017	34.541.861
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,86

	Quantidade
Saldo em 31/12/2015	33.666.355
Novas Outorgas	12.389.821
Cancelados	(228.456)
Exercidos	(8.881.995)
Saldo em 30/06/2016	36.945.725
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	3,04

III - Remuneração variável

A política instituída em atendimento à Resolução CMN nº 3.921/10, determina que 50% (cinquenta por cento) da remuneração variável dos administradores deve ser paga em dinheiro e 50% (cinquenta por cento) em ações pelo prazo de 3 (três) anos. A entrega das ações é feita de forma diferida, sendo 1/3 (um terço) por ano, sujeita a permanência do executivo na instituição. As parcelas diferidas e não pagas poderão ser revertidas proporcionalmente à redução significativa do lucro recorrente realizado ou resultado negativo do período.

O valor justo das ações ITUB4 é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

A média ponderada do valor justo das ações ITUB4 foi estimada em R\$ 38,25 por ação em 30/06/2017 (R\$ 21,96 por ação em 30/06/2016).

Movimentação da Remuneração Variável em Ações	2017
	Quantidade
Saldo em 31/12/2016	24.539.406
Novos	8.501.063
Entregues	(12.048.631)
Cancelados	(139.157)
Saldo em 30/06/2017	20.852.681

Movimentação da Remuneração Variável em Ações	2016
	Quantidade
Saldo em 31/12/2015	22.325.573
Novos	13.422.462
Entregues	(11.135.737)
Cancelados	(66.180)
Saldo em 30/06/2016	24.546.118

Nota 23 - Receita e Despesas de Juros e Rendimentos e Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

a) Receitas de Juros e Rendimentos

	01/04 a 30/06/2017	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Depósitos Compulsórios no Banco Central	1.950	1.634	3.825	3.217
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	159	30	357	345
Aplicações em Mercado Aberto	6.777	8.547	14.677	16.731
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4.735	5.476	12.187	11.289
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	2.396	2.715	4.815	5.728
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	622	1.011	1.458	2.049
Operações de Crédito	19.681	19.536	39.037	38.083
Outros Ativos Financeiros	196	258	430	472
Total	36.516	39.207	76.786	77.914

b) Despesas de Juros e Rendimentos

	01/04 a 30/06/2017	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Depósitos	(3.590)	(3.181)	(6.710)	(6.886)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(7.823)	(11.413)	(19.578)	(23.314)
Recursos de Mercados Interbancários	(3.283)	(691)	(5.730)	(1.254)
Recursos de Mercados Institucionais	(1.849)	(3.044)	(3.736)	(4.881)
Despesa Financeira de Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	(2.910)	(4.345)	(7.845)	(8.998)
Outros	(15)	(33)	(48)	(60)
Total	(19.470)	(22.707)	(43.647)	(45.393)

c) Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

	01/04 a 30/06/2017	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	(567)	(246)	495	2.128
Derivativos (*)	51	3.489	1.851	4.733
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	49	21	76	62
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	28	(79)	240	(635)
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento (Perda Permanente)	-	-	(300)	-
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	32	(12)	1	(103)
Total	(407)	3.173	2.363	6.185

(*) Inclui a parcela inefetiva dos Derivativos relacionados ao Hedge Contábil.

Durante o período findo em 30/06/2017, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconheceu R\$ 579 de despesas por redução ao valor recuperável, sendo R\$ 279 para Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e R\$ 300 para Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento. A perda líquida de reversões totalizou R\$ 366 (R\$ 224 de perdas em 30/06/2016) registrada na demonstração de resultado na linha "Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos".

Nota 24 - Receita de Prestação de Serviços

	01/04 a 30/06/2017	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Serviços de Contas Correntes	2.535	2.397	5.025	4.635
Taxas de Administração	987	871	1.966	1.638
Comissões de Cobrança	337	327	671	636
Comissões de Cartões de Crédito	3.463	3.309	6.847	6.535
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	443	443	887	845
Comissão de Corretagem	125	61	224	108
Outros	549	639	1.091	1.090
Total	8.439	8.047	16.711	15.487

Nota 25 - Outras Receitas

	01/04 a 30/06/2017	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Ganhos na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	46	71	76	95
Recuperação de Despesas	52	82	102	146
Reversão de Provisões	7	11	88	58
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais	-	-	-	11
Outros	203	210	454	316
Total	308	374	720	626

Nota 26 - Despesas Gerais e Administrativas

	01/04 a 30/06/2017	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Despesas de Pessoal	(5.720)	(5.404)	(11.225)	(10.315)
Remuneração	(2.297)	(2.157)	(4.568)	(4.059)
Encargos	(697)	(646)	(1.398)	(1.256)
Benefícios Sociais	(845)	(804)	(1.654)	(1.463)
Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós Emprego (Nota 29)	(23)	5	(48)	17
Benefício Definido	(21)	(23)	(44)	(39)
Contribuição Definida	(2)	28	(4)	56
Plano de Opções de Ações (Nota 22d)	(38)	(69)	(100)	(176)
Treinamento	(59)	(38)	(100)	(74)
Participações de Empregados nos Lucros	(889)	(843)	(1.732)	(1.654)
Desligamentos	(115)	(137)	(236)	(236)
Provisões Trabalhistas (Nota 32)	(757)	(715)	(1.389)	(1.414)
Despesas Administrativas	(4.035)	(4.085)	(7.847)	(7.618)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(1.031)	(983)	(2.012)	(1.916)
Serviços de Terceiros	(1.045)	(1.150)	(2.036)	(2.081)
Instalações	(309)	(295)	(577)	(542)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(291)	(248)	(514)	(456)
Despesas de Aluguéis	(372)	(360)	(745)	(701)
Transportes	(82)	(99)	(167)	(198)
Materiais	(79)	(77)	(156)	(140)
Despesas com Serviços Financeiros	(194)	(203)	(397)	(376)
Segurança	(179)	(181)	(364)	(358)
Concessionárias de Serviços Públicos	(100)	(118)	(207)	(238)
Despesas de Viagem	(54)	(49)	(97)	(89)
Outros	(299)	(322)	(575)	(523)
Depreciação	(394)	(462)	(784)	(889)
Amortização	(348)	(319)	(704)	(562)
Despesas de Comercialização de Seguros	(74)	(203)	(178)	(413)
Outras Despesas	(2.343)	(2.200)	(4.675)	(4.263)
Despesas relacionadas a Cartões de Crédito	(961)	(775)	(1.907)	(1.580)
Perdas com fraudes com Terceiros	(110)	(122)	(285)	(229)
Prejuízo na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	(205)	(136)	(288)	(165)
Provisões Cíveis (Nota 32)	(348)	(389)	(671)	(734)
Provisões Fiscais e Previdenciárias	(231)	(263)	(434)	(478)
Ressarcimento de custos interbancários	(70)	(70)	(144)	(134)
Outros	(418)	(445)	(946)	(943)
Total	(12.914)	(12.673)	(25.413)	(24.060)

Nota 27 – Imposto de Renda e Contribuição Social

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

Demonstração do Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social:

Devidos sobre Operações do Período	01/04 a 30/06/2017	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	7.779	12.289	17.184	22.964
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes (Nota 2.4 k)	(3.501)	(5.530)	(7.733)	(10.334)
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:				
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em conjunto, Líquido	(57)	51	(121)	107
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	1.132	(2.790)	399	(4.707)
Juros sobre o Capital Próprio	938	324	1.905	1.215
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	157	157	314	314
Dividendos e Juros sobre Títulos da Dívida Externa	151	116	220	177
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não tributáveis (*)	(665)	7.031	2.041	11.654
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.845)	(641)	(2.975)	(1.574)
Referentes a Diferenças Temporárias				
Constituição (Reversão) do Período	873	(5.330)	(1.524)	(9.372)
Constituição (Reversão) de Períodos Anteriores	(15)	4	(15)	2
(Despesas)/Receitas de Tributos Diferidos	858	(5.326)	(1.539)	(9.370)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(987)	(5.967)	(4.514)	(10.944)

(*) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2016	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2017
Refletido no Resultado	47.883	(8.068)	7.484	47.299
Créditos de Liquidação Duvidosa	26.975	(5.992)	3.667	24.650
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	6.928	(152)	1.450	8.226
Provisões para Passivos Contingentes	<u>5.707</u>	<u>288</u>	<u>(41)</u>	<u>5.954</u>
Ações Cíveis	1.955	(6)	19	1.968
Ações Trabalhistas	2.168	511	(428)	2.251
Fiscais e Previdenciárias	1.582	(217)	368	1.733
Outros	2	-	-	2
Ágio na Aquisição do Investimento	165	(124)	-	41
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	387	(86)	92	393
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	485	(13)	22	494
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	145	(145)	337	337
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	300	-	-	300
Outros	6.791	(1.844)	1.957	6.904
Refletido no Patrimônio Líquido	2.994	(653)	280	2.621
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	1.256	(314)	-	942
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	642	(339)	44	347
Hedge de Fluxo de Caixa	843	-	228	1.071
Outros	253	-	8	261
Total ^{(1) (2)}	50.877	(8.721)	7.764	49.920

(1) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 35.488 e R\$ 514.

(2) Os registros contábeis de créditos tributários sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, e/ou sobre bases negativas da contribuição social sobre o lucro líquido bem como aqueles decorrentes de diferenças temporárias, são baseados em estudos técnicos de viabilidade que consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade para cada controlada individualmente e para o consolidado tomado em conjunto. Para as controladas, Itaú Unibanco S.A e Banco Itaucard S.A, foi enviado requerimento ao Banco Central do Brasil, nos termos do §. 7º do art. 1º da Resolução 4.441/15 e na forma da Circular 3.776/15.

	31/12/2015	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2016
Refletido no Resultado	48.911	(16.508)	15.480	47.883
Créditos de Liquidação Duvidosa	25.572	(6.337)	7.740	26.975
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	6.655	(288)	561	6.928
Provisões para Passivos Contingentes	<u>5.385</u>	<u>(1.784)</u>	<u>2.106</u>	<u>5.707</u>
Ações Cíveis	2.149	(701)	507	1.955
Ações Trabalhistas	1.812	(1.010)	1.366	2.168
Fiscais e Previdenciárias	1.420	(71)	233	1.582
Outros	4	(2)	-	2
Ágio na Aquisição do Investimento	511	(346)	-	165
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	508	(200)	79	387
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	1.253	(797)	29	485
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	4.951	(4.951)	145	145
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	322	(22)	-	300
Outros	3.754	(1.783)	4.820	6.791
Refletido no Patrimônio Líquido	4.253	(1.970)	711	2.994
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	1.883	(627)	-	1.256
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.980	(1.338)	-	642
Hedge de Fluxo de Caixa	137	-	706	843
Outros	253	(5)	5	253
Total ^(*)	53.164	(18.478)	16.191	50.877

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 37.395 e R\$ 643.

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2016	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2017
Refletido no Resultado	13.507	(8.675)	9.630	14.462
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	936	(510)	419	845
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	1.193	(52)	84	1.225
Planos de Pensão	233	-	72	305
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	1.095	-	337	1.432
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	7.293	(7.293)	7.382	7.382
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	1.502	-	289	1.791
Outros	1.255	(820)	1.047	1.482
Refletido no Patrimônio Líquido	618	(207)	73	484
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	486	(159)	-	327
Hedge de Fluxo de Caixa	63	-	73	136
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria	35	(25)	-	10
Outros	34	(23)	-	11
Total (*)	14.125	(8.882)	9.703	14.946

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 35.488 e R\$ 514.

	31/12/2015	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2016
Refletido no Resultado	4.277	(2.283)	11.513	13.507
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	1.487	(551)	-	936
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	1.130	(168)	231	1.193
Planos de Pensão	336	(143)	40	233
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	51	(100)	1.144	1.095
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	198	(198)	7.293	7.293
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	286	-	1.216	1.502
Outros	789	(1.123)	1.589	1.255
Refletido no Patrimônio Líquido	1.804	(1.639)	453	618
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	53	-	433	486
Hedge de Fluxo de Caixa	1.313	(1.250)	-	63
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria	424	(389)	-	35
Outros	14	-	20	34
Total (*)	6.081	(3.922)	11.966	14.125

(*) O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 37.395 e R\$ 643.

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 30/06/2017, são:

	Créditos Tributários						Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	%	Tributos Diferidos Líquidos	%
	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total	%				
2017	16.350	39%	304	4%	16.654	33%	(3.199)	21%	13.455	38%
2018	11.624	28%	1.710	21%	13.334	27%	(451)	3%	12.883	37%
2019	4.494	11%	528	6%	5.022	10%	(1.770)	12%	3.252	9%
2020	1.708	4%	741	9%	2.449	5%	(3.154)	21%	(705)	-2%
2021	992	2%	1.297	16%	2.289	5%	(802)	5%	1.487	4%
Acima de 2021	6.526	16%	3.646	44%	10.172	20%	(5.570)	38%	4.602	14%
Total	41.694	100%	8.226	100%	49.920	100%	(14.946)	100%	34.974	100%
Valor Presente (*)	38.582		6.977		45.559		(13.030)		32.529	

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/15, que elevou a alíquota da Contribuição Social para 20% até 31 de Dezembro de 2018, os créditos tributários foram contabilizados com base na expectativa de sua realização. Em 30/06/2017 e 31/12/2016, não existem Créditos Tributários não contabilizados.

Nota 28 - Lucro por Ação

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Básico	01/04 a 30/06/2017	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Lucro Líquido	6.369	5.999	12.370	11.710
Dividendo Mínimo não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais, segundo os Estatutos	(69)	(70)	(69)	(70)
Subtotal	6.300	5.929	12.301	11.640
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um valor por Ação igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(74)	(74)	(74)	(74)
Subtotal	6.226	5.855	12.227	11.566
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:				
Aos Detentores de Ações Ordinárias	3.207	3.009	6.295	5.947
Aos Detentores de Ações Preferenciais	3.019	2.846	5.932	5.619
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	3.281	3.083	6.369	6.021
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	3.088	2.916	6.001	5.689
Média Ponderada das Ações em Circulação (Nota 21a)				
Ações Ordinárias	3.351.741.143	3.351.741.143	3.351.741.143	3.351.741.143
Ações Preferenciais	3.155.404.279	3.170.650.946	3.158.922.612	3.167.060.932
Lucro por Ação - Básico - R\$				
Ações Ordinárias	0,99	0,92	1,91	1,80
Ações Preferenciais	0,99	0,92	1,91	1,80
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Diluído	01/04 a 30/06/2017	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	3.088	2.916	6.001	5.689
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	27	19	35	31
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais considerando as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	3.115	2.935	6.036	5.720
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	3.281	3.083	6.369	6.021
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	(27)	(19)	(35)	(31)
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias considerando as Ações Preferenciais após Efeitos da Diluição	3.254	3.064	6.334	5.990
Média Ponderada Ajustada de Ações (Nota 21a)				
Ações Ordinárias	3.351.741.143	3.351.741.143	3.351.741.143	3.351.741.143
Ações Preferenciais	3.209.326.813	3.211.878.406	3.195.332.639	3.201.328.525
Ações Preferenciais	3.155.404.279	3.170.650.946	3.158.922.612	3.167.060.932
Ações Incrementais das Opções de Ações Concedidas segundo o Pagamento Baseado em Ações	53.922.534	41.227.460	36.410.027	34.267.593
Lucro por Ação Diluído - R\$				
Ações Ordinárias	0,99	0,91	1,90	1,79
Ações Preferenciais	0,99	0,91	1,90	1,79

Os efeitos potencialmente antidilutivos das ações do Pagamento Baseado em Ações, que foram excluídas do cálculo do lucro por ação diluído, totalizaram 1.681.699 ações preferenciais em 30/06/2017, 11.480.721 ações preferenciais em 30/06/2016.

Nota 29 – Benefícios Pós Emprego

Apresentamos a seguir as práticas e procedimentos contábeis adotados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING quanto aos benefícios pós emprego.

Os valores reconhecidos no Resultado do Período e no Patrimônio Líquido – Outros Resultados Abrangentes foram os seguintes:

Total dos Valores Reconhecidos no Resultado do Período

	Benefício Definido				Contribuição Definida (*)				Outros Benefícios				Total			
	01/04 a 30/06/2017	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016	01/04 a 30/06/2017	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016	01/04 a 30/06/2017	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016	01/04 a 30/06/2017	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Custo Serviço Corrente	(17)	(18)	(34)	(31)	-	-	-	-	-	-	-	-	(17)	(18)	(34)	(31)
Juros Líquidos	(4)	(4)	(7)	(5)	19	60	38	120	(5)	(5)	(11)	(10)	10	51	20	105
Aportes e Contribuições	-	-	-	-	(21)	(32)	(42)	(64)	-	-	-	-	(21)	(32)	(42)	(64)
Benefícios Pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	5	4	8	7	5	4	8	7
Total Valores Reconhecidos	(21)	(22)	(41)	(36)	(2)	28	(4)	56	-	(1)	(3)	(3)	(23)	5	(48)	17

(*) No período as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGDL, totalizaram R\$ 158 (R\$ 163 de 01/01 a 30/06/2016), sendo R\$ 42 (R\$ 64 de 01/01 a 30/06/2016) oriundos de fundos previdenciais.

Total dos Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes

	Benefício Definido		Contribuição Definida		Outros Benefícios		Total	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
No Início do Período	(70)	(45)	(1.322)	(314)	(49)	(13)	(1.441)	(372)
Efeito na Restrição do Ativo	4	(633)	(3)	(1.244)	-	-	1	(1.877)
Remensurações	(15)	608	(18)	236	-	(36)	(33)	808
Total Valores Reconhecidos	(81)	(70)	(1.343)	(1.322)	(49)	(49)	(1.473)	(1.441)

a) Planos de Aposentadoria

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e algumas de suas subsidiárias patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial, exceto no caso descrito na Nota 29c.

Os colaboradores contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos acima referidos. Os colaboradores contratados após as referidas datas contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição variável (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A.

Os planos de benefícios são administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC ⁽¹⁾
	Plano de Benefício Franprev - PBF ⁽¹⁾
	Plano de Benefício 002 - PB002 ⁽¹⁾
	Plano Básico Itaulam - PBI ⁽¹⁾
	Plano Suplementar Itaulam - PSI ⁽²⁾
	Plano Itaubanco CD ⁽³⁾
	Plano de Aposentadoria Itaubank ⁽³⁾
	Plano BD Itaú ⁽¹⁾
	Plano CD Itaú ⁽²⁾
	Plano de Previdência Unibanco ⁽³⁾
	Plano de Benefícios Prebeg ⁽¹⁾
	Plano de Benefícios Definidos UBB PREV ⁽¹⁾
	Plano de Benefícios II ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria REDECARD Básico ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria REDECARD Suplementar ⁽²⁾
	Plano de Previdência REDECARD ⁽³⁾
	Plano de Aposentadoria ITAUCARD BD ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria ITAUCARD Suplementar ⁽²⁾
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I ⁽¹⁾
	Plano de Benefícios Funbep II ⁽²⁾

⁽¹⁾ Plano de modalidade de benefício definido;

⁽²⁾ Plano de modalidade de contribuição variável;

⁽³⁾ Plano de modalidade de contribuição definida.

b) Governança

As EFPC e os planos de benefícios por elas administrados são regulados em conformidade com a legislação específica sobre a matéria. As EFPC são administradas pela Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal, cuja parte dos membros são indicados pela patrocinadora e outra eleita na condição de representantes dos participantes ativos e assistidos, nos termos dos respectivos estatutos das Entidades. As EFPC tem como objetivo principal pagar benefícios aos participantes elegíveis, nos termos do Regulamento do Plano, mantendo os ativos dos planos aplicados separadamente e de forma independente do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

c) Planos de Benefício Definido

I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	30/06/2017	30/06/2016
Taxa de Desconto ⁽¹⁾	10,24% a.a.	11,28% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽²⁾	AT-2000	AT-2000
Rotatividade ⁽³⁾	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2008/2010
Crescimentos Salariais Futuros	5,04% a 7,12% a.a.	5,04% a 7,12% a.a.
Crescimentos Benefícios Previdência Social / Planos	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial ⁽⁴⁾	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

(1) A adoção dessa premissa está baseada nas taxas de juros obtidas da curva de juros reais em IPCA, para os prazos médios dos passivos dos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Em 31/12/2016 adotou-se taxa compatível com o cenário econômico observado na data base do encerramento do balanço, levando em conta a volatilidade dos mercados de juros e os modelos utilizados.

(2) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – Society of Actuaries, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas. A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(3) A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva da massa de participantes ativos vinculados ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as quais resultaram em média 2,4% a.a. na experiência 2008/2010.

(4) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

No caso dos benefícios patrocinados pelas subsidiárias no exterior, são adotadas premissas atuariais adequadas às massas de participantes e ao cenário econômico do país.

As premissas biométricas/demográficas adotadas pelas EFPCs estão aderentes à massa de participantes de cada plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente.

II - Exposição a Riscos - Por meio de seus planos de benefícios definidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

- **Volatilidade dos Ativos** - O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base no rendimento dos títulos de emissão do tesouro brasileiro (títulos públicos). Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá criar um déficit. Os planos detêm uma percentagem significativa de títulos de renda fixa atrelados aos compromissos dos planos, visando minimizar a volatilidade e o risco no curto e médio prazo.

- **Mudanças no Rendimento dos Investimentos** - Uma diminuição nos rendimentos de títulos públicos implicará na redução da taxa de desconto e, por decorrência, aumentará o passivo atuarial do plano. O efeito será parcialmente compensado pelo reconhecimento destes títulos pelo valor de mercado.

- **Risco de Inflação** - A maioria dos benefícios dos planos é vinculado a índices de inflação, e uma inflação maior levará a obrigações mais elevadas. O efeito será, também, parcialmente compensado em função de uma boa parte dos ativos do plano estar atrelado a títulos públicos com atualização de índice de inflação.

- **Expectativa de Vida** - A maioria das obrigações dos planos são o de proporcionar benefícios vitalícios, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos dos planos.

III - Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das EFPC tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações com pagamento de benefícios de aposentadoria, por meio da superação das metas atuariais (taxa de desconto mais índice de reajuste dos benefícios, definido nos regulamentos dos planos).

Em relação aos recursos garantidores do passivo atuarial, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios de aposentadoria no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

A alocação dos ativos dos planos e a meta de alocação por categoria de ativo são as seguintes:

Categorias	Valor Justo		% Alocação		
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	Meta 2017
Títulos de Renda Fixa	15.960	15.134	94,64%	91,61%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	200	685	1,19%	4,15%	0% a 20%
Investimentos Estruturados	16	9	0,09%	0,05%	0% a 10%
Imóveis	618	623	3,66%	3,77%	0% a 7%
Empréstimos a participantes	71	69	0,42%	0,42%	0% a 5%
Total	16.865	16.520	100,00%	100,00%	

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de sua principal controladora (ITAÚSA) e de controladas desta, com um valor justo de R\$ 193 (R\$ 575 em 31/12/2016), e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 592 (R\$ 597 em 31/12/2016).

Valor Justo

Os ativos dos planos são aqueles atualizados até a data base, como segue:

Títulos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados - avaliados pelo valor de mercado considerando o preço médio de negociação do dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adição técnica de apreçamento, levando em consideração, no mínimo, os prazo de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

Títulos de Renda Variável - avaliados pelo valor de mercado, assim entendido como a cotação média da ação do último dia útil do mês ou na data mais próxima, na bolsa de valores em que a ação tenha apresentado maior liquidez.

Imóveis - demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados ao valor de mercado por reavaliações efetuadas no exercício de 2016, suportadas por laudos técnicos. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

Empréstimos a participantes - atualizados até a data base de acordo com os respectivos contratos.

Meta de Alocação dos Recursos

A meta de alocação dos recursos está baseada em Políticas de Investimento que são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo de cada EFPC, com horizonte de cinco anos, as quais determinam diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores do passivo atuarial, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

IV- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial, correspondente aos planos de benefícios definidos:

	30/06/2017	31/12/2016
1- Ativos Líquidos dos Planos	16.865	16.520
2- Passivos Atuariais	(13.932)	(13.723)
3- Superveniência (1-2)	2.933	2.797
4- Restrição do Ativo ^(*)	(3.157)	(3.008)
5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	(224)	(211)
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 20a)	332	317
Valor Reconhecido no Passivo (Nota 20b)	(556)	(528)

^(*) Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 58 do IAS 19.

V- Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

30/06/2017					
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	16.520	(13.723)	2.797	(3.008)	(211)
Custo Serviço Corrente	-	(34)	(34)	-	(34)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	819	(672)	147	(154)	(7)
Benefícios Pagos	(516)	516	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	35	-	35	-	35
Contribuições Participantes	7	-	7	-	7
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	4	4
Variação Cambial	1	3	4	-	4
Remensurações ^{(2) (3)}	(1)	(22)	(23)	1	(22)
Valor Final do Período	16.865	(13.932)	2.933	(3.157)	(224)

31/12/2016					
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	13.633	(11.587)	2.046	(2.134)	(88)
Custo Serviço Corrente	-	(62)	(62)	-	(62)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	1.483	(1.255)	228	(241)	(13)
Benefícios Pagos	(1.060)	1.060	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	149	-	149	-	149
Contribuições Participantes	15	-	15	-	15
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	(633)	(633)
Saldo oriundo da aquisição do CorpBanca (Nota 3)	-	(207)	(207)	-	(207)
Variação Cambial	(8)	43	35	-	35
Remensurações ^{(2) (3)}	2.308	(1.715)	593	-	593
Valor Final do Período	16.520	(13.723)	2.797	(3.008)	(211)

(1) Corresponde ao valor calculado em 01/01/2017 com base no valor inicial (Ativo Líquido, Passivos Atuariais e Restrição do Ativo), descontando-se o valor projetado dos pagamentos/recebimentos de benefícios/contribuições, multiplicado pela taxa de desconto de 10,24% a.a. (Em 01/01/2016 utilizou-se a taxa de desconto de 11,28% a.a.).

(2) As remensurações apresentadas no Ativo Líquido e na Restrição do Ativo correspondem aos rendimentos obtidos acima / abaixo do retorno esperado.

(3) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 819 (R\$ 3.791 em 31/12/2016).

No período, as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 35 (R\$ 32 01/01 a 30/06/2016). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2017 a expectativa de contribuição aos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING é de R\$ 71.

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2017	1.071
2018	1.112
2019	1.160
2020	1.212
2021	1.266
2022 a 2026	7.098

VI- Sensibilidade da obrigação de benefício definido

O impacto, pela alteração da premissa taxa de desconto em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial dos planos bem como no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (ORA) da patrocinadora (antes de impostos) seria de:

Alteração da Premissa	Efeito no Passivo Atuarial dos Planos		Efeito que seria Refletido no Patrimônio Líquido - ORA ^(*)
	Valor	Percentual sobre Passivo Atuarial	Valor
- Redução em 0,5%	703	5,13%	(271)
- Acréscimo em 0,5%	(644)	(4,70%)	235

(*) Líquido do efeito da restrição do ativo

d) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida contam com fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e as contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

I - Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	30/06/2017			31/12/2016		
	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	1.287	(491)	796	2.229	(270)	1.959
Juros Líquidos	63	(25)	38	269	(30)	239
Aportes e Contribuições (Nota 29)	(42)	-	(42)	121	-	121
Recebimento por Destinação de Recursos (*)	(13)	-	(13)	(515)	-	(515)
Efeito na Restrição do Ativo (Nota 29)	(15)	12	(3)	(1.053)	(191)	(1.244)
Remensurações	(18)	-	(18)	236	-	236
Valor Final do Período (Nota 20a)	1.262	(504)	758	1.287	(491)	796

(*) Refere-se à destinação do excedente do fundo previdencial do Plano Itaúbanco CD.

e) Outros Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, bem como aqueles benefícios originados por decisão judicial, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-colaboradores e beneficiários.

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por esses outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os seguintes:

I- Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	30/06/2017	31/12/2016
No Início do Período	(221)	(179)
Custo de Juros	(11)	(19)
Benefícios Pagos	8	13
Remensurações	-	(36)
No Final do Período (Nota 20b)	(224)	(221)

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2017	13
2018	14
2019	15
2020	16
2021	17
2022 a 2026	103

II- Análise de Sensibilidade - Custo de Assistência Médica

Para apuração das obrigações por benefícios projetados, além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (Nota 29c I), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 8,16% a.a.

Os pressupostos sobre as tendências do custo de assistência médica têm um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

Reconhecimento		Aumento de 1%	Redução de 1%
Custo de Serviço e o Custo de Juros	Resultado	3	(2)
Valor Presente da Obrigação	Outros Resultados Abrangentes	26	(22)

Nota 30 – Contratos de Seguros

a) Contratos de Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas subsidiárias, oferece ao mercado, os produtos de seguros e previdência, com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado. Os produtos são ofertados por meio das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais de agências do Itaú Unibanco e eletrônicos, observadas as suas características e atendidas exigências regulatórias.

b) Principais Produtos

I - Seguros

O contrato firmado entre partes visa proteger os bens do cliente. Mediante o pagamento de prêmio, o segurado fica protegido por meio de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, constituem provisões técnicas por elas administradas, por meio de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING se dividem em seguros elementares, que garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, e seguros de vida, que inclui cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

Índices dos Maiores Ramos	Sinistralidade		Comercialização	
	%		%	
	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Acidentes Pessoais Coletivo	6,0	5,4	39,5	42,8
Acidentes Pessoais Individual	22,6	19,0	10,6	12,5
Compreensivo Empresarial	35,7	43,7	21,1	20,9
Crédito Interno	136,4	193,4	1,0	6,3
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	85,7	86,4	1,2	1,4
Doença Grave ou Terminal	17,5	13,5	10,7	10,7
Extensão de Garantia - Patrimonial	16,9	18,1	62,1	64,0
Prestamista	15,4	18,7	18,9	19,5
Renda de Eventos Aleatórios	18,5	16,6	14,7	14,3
Riscos Diversos	13,7	9,9	61,1	61,5
Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Prestamista	7,5	11,2	20,3	(2,5)
Vida em Grupo	32,7	46,4	12,0	13,8

II - Previdência Privada

Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, por meio de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- **PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres:** Tem como principal objetivo a acumulação de recursos financeiros, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.
- **VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres:** É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.
- **FGB – Fundo Gerador de Benefícios:** Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Uma vez reconhecida a distribuição dos ganhos a uma determinada percentagem, conforme estabelecido pela política do FGB, não é a critério da administração, mas representa uma obrigação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

III- Receita de Prêmios de Seguros e Previdência Privada

Segue abaixo a receita dos principais produtos de Seguros e Previdência:

	Prêmios e Contribuições Emitidas				Resseguros				Prêmios e Contribuições Retidas			
	01/04 a	01/04 a	01/01 a	01/01 a	01/04 a	01/04 a	01/01 a	01/01 a	01/04 a	01/04 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Acidentes Pessoais Coletivo	170	205	336	402	(1)	(2)	(1)	(3)	169	203	335	399
Acidentes Pessoais Individual	69	69	128	120	(1)	(6)	(1)	(11)	68	63	127	109
Compreensivo Empresarial	14	14	26	29	-	-	-	-	14	14	26	29
Crédito Interno	15	14	29	39	-	-	-	-	15	14	29	39
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	6	9	16	24	-	-	-	-	6	9	16	24
Doenças Graves ou Terminais	48	50	88	87	-	-	-	(1)	48	50	88	86
Extensão de Garantia - Patrimonial	-	31	-	72	-	-	-	-	-	31	-	72
Pensão Pecúlio Invalidez	81	74	162	144	(1)	(1)	(2)	(2)	80	73	160	142
PGBL	429	431	875	816	-	-	-	-	429	431	875	816
Prestamista	144	132	285	275	(2)	-	(2)	-	142	132	283	275
Rendas de Eventos Aleatórios	44	41	77	73	-	-	-	-	44	41	77	73
Riscos Diversos	37	40	81	82	-	-	-	-	37	40	81	82
Seguro Habitacional Apólices Mercado - Prestamista	69	64	138	126	-	(4)	(4)	(8)	69	60	134	118
Tradicional	28	29	57	57	-	-	-	-	28	29	57	57
VGBL	4.877	4.754	10.180	8.642	-	-	-	-	4.877	4.754	10.180	8.642
Vida em Grupo	248	346	561	655	(6)	(22)	(9)	(26)	242	324	552	629
Demais Ramos	113	109	221	215	(1)	(3)	(7)	(6)	112	106	214	209
Total	6.392	6.412	13.260	11.858	(12)	(38)	(26)	(57)	6.380	6.374	13.234	11.801

c) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As Provisões Técnicas de Seguros e Previdência são calculadas de acordo com notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP e critérios estabelecidos pela legislação vigente.

I - Seguros e Previdência

- **Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG)** – constituída, com base nos prêmios de seguros, para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. O cálculo é realizado no nível de apólice ou endosso dos contratos vigentes, pelo critério *pro rata-die*. A provisão contempla estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE).
- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos únicos e rendas vencidas de sinistros avisados até a data-base de cálculo, porém ainda não pagos. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais, bruta das operações de cosseguro aceito e das operações de resseguro e líquida das operações de cosseguro cedido. A provisão contempla, quando necessário, os ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final.
- **Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, bruta das operações de cosseguro aceito e das operações de resseguro e líquida das operações de cosseguro cedido.
- **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)** - constituída para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício e/ou da indenização. A provisão é calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do produto.
- **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)** - constituída para a cobertura dos compromissos de pagamento de indenizações e/ou benefícios assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, depois de ocorrido o evento. A provisão é calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do produto.
- **Provisão de Excedentes Financeiros (PEF)** – constituída, caso haja previsão contratual, para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit financeiro. Corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida no produto.
- **Outras Provisões Técnicas (OPT)** – constituída quando constatada insuficiência de prêmios ou contribuições relacionadas ao pagamento de benefícios e indenizações.
- **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)** – constituída por valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar receptora e aos prêmios recebidos e não cotizados.
- **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a benefícios e indenizações, em função de eventos ocorridos e a ocorrer.

II - Movimentação das Provisões de Seguros e Previdência Privada

Abaixo segue detalhes da movimentação e dos saldos das Provisões de Seguros e Previdência Privada:

II.I - Movimentação das Provisões Técnicas

	30/06/2017				31/12/2016			
	Seguros de Danos, Pessoas e Vida	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total	Seguros de Danos, Pessoas e Vida	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total
	Individual				Individual			
Saldo Inicial	3.926	37.679	112.471	154.076	4.755	32.688	91.862	129.305
(+) Adições Decorrentes de Prêmios / Contribuições	1.980	1.094	10.180	13.254	4.302	2.395	18.153	24.850
(-) Diferimento pelo Risco Decorrido	(2.176)	(162)	-	(2.338)	(5.124)	(297)	-	(5.421)
(-) Pagamento de Sinistros / Benefícios	(644)	(211)	(54)	(909)	(1.623)	(370)	(39)	(2.032)
(+) Sinistros Avisados	662	-	-	662	1.620	-	-	1.620
(-) Resgates	(1)	(891)	(5.347)	(6.239)	(1)	(1.939)	(13.277)	(15.217)
(+/-) Portabilidades Líquidas	-	328	666	994	-	380	709	1.089
(+) Atualização das Provisões e Excedente Financeiro	10	1.717	6.022	7.749	20	4.371	13.171	17.562
(+) Reorganização Societária	(282)	-	-	(282)	-	-	-	-
(+/-) Outras (Constituição / Reversão)	(149)	132	(81)	(98)	(23)	451	1.892	2.320
Provisão de Seguros e Previdência Privada	3.326	39.686	123.857	166.869	3.926	37.679	112.471	154.076

II.II - Saldo das Provisões Técnicas

	Seguros		Previdência		Total	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Prêmios não Ganhos	1.951	2.204	16	17	1.967	2.221
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos	75	24	161.679	148.341	161.754	148.365
Resgates e Outros Valores a Regularizar	11	11	231	210	242	221
Excedente Financeiro	2	2	611	581	613	583
Sinistros a Liquidar ⁽¹⁾	543	769	28	23	571	792
Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados - IBNR	359	435	28	27	387	462
Despesas Relacionadas e Administrativas	29	39	78	71	107	110
Outras Provisões	356	442	872	880	1.228	1.322
Total ⁽²⁾	3.326	3.926	163.543	150.150	166.869	154.076

(1) A Provisão de Sinistros a Liquidar está demonstrada na Nota 30e.

(2) Este quadro contempla as alterações regulamentadas pela Circular Susep nº 517, de 30/07/2015, inclusive para fins comparativos.

d) Despesa de Comercialização Diferida

Os custos de aquisição diferidos de seguros diretos são os custos, diretos e indiretos, incorridos para vender, subscrever e iniciar um novo contrato de seguro.

Os custos diretos, basicamente, estão representados pelas comissões pagas a corretores, agenciamento e angariação e são diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, pelo prazo correspondente ao contrato de seguros, conforme normas de cálculos vigentes.

Os saldos estão registrados no ativo bruto de resseguros e sua movimentação está demonstrada no quadro a seguir:

Saldo em 01/01/2017	429
Constituições	398
Amortizações	(519)
Saldo em 30/06/2017	308
Saldo a amortizar até 12 meses	248
Saldo a amortizar após 12 meses	60
Saldo em 01/01/2016	901
Constituições	902
Amortizações	(1.374)
Saldo em 31/12/2016	429
Saldo a amortizar até 12 meses	335
Saldo a amortizar após 12 meses	94

Os valores de despesas de comercialização diferida de resseguros estão demonstrados na Nota 30I.

e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao final de cada fechamento anual. A tabela abaixo demonstra este desenvolvimento pelo método dos sinistros cadastrados. A parte superior da tabela abaixo ilustra como a estimativa do sinistro se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

I - Bruto de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar ^(*)	571
(-) Operações DPVAT	12
(-) IBNER (sinistros não suficientemente avisados)	183
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	4
Passivo Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (Ia + Ib)	372

(*) Sinistros a Liquidar bruto de resseguros, demonstrados na Nota 30c II.II de 30/06/2017.

Ia - Sinistros Administrativos - Bruto de Resseguro

Data de Cadastro	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2017	Total
No Final do Ano de Divulgação	1.059	913	997	1.061	861	
1 ano depois	1.068	922	1.028	1.075		
2 anos depois	1.069	931	1.036			
3 anos depois	1.071	934				
4 anos depois	1.071					
Estimativa Corrente	1.071	934	1.036	1.075	861	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	1.068	929	1.026	1.048	718	4.789
Passivo Reconhecido no Balanço	3	5	10	27	143	188
Passivo em Relação a Anos Anteriores						16
Total de Sinistros Administrativos Incluso no Balanço						204

Ib - Sinistros Judiciais - Bruto de Resseguro

Data de Cadastro	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2017	Total
No Final do Ano de Divulgação	42	36	32	38	38	
1 ano depois	52	46	42	42		
2 anos depois	56	54	45			
3 anos depois	62	57				
4 anos depois	64					
Estimativa Corrente	64	57	45	42	38	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	55	43	32	31	30	191
Passivo Reconhecido no Balanço	8	14	13	11	9	55
Passivo em Relação a Anos Anteriores						113
Total de Sinistros Judiciais Incluso no Balanço						168

II - Líquido de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar ⁽¹⁾	571
(-) Operações DPVAT	12
(-) IBNER	183
(-) Resseguros ⁽²⁾	19
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	4
Passivo apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (IIa + IIb)	353

(1) Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar demonstrados na Nota 30c II.II em 30/06/2017.

(2) Operações de resseguros demonstradas na Nota 30I III em 30/06/2017.

IIa - Sinistros Administrativos - Líquido de Resseguro

Data de Cadastro	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2017	Total
No Final do Ano de Divulgação	1.022	896	972	1.054	848	
1 ano depois	1.031	905	993	1.068		
2 anos depois	1.032	911	1.001			
3 anos depois	1.033	913				
4 anos depois	1.034					
Estimativa Corrente	1.034	913	1.001	1.068	848	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	1.031	908	991	1.040	706	4.676
Passivo Reconhecido no Balanço	3	5	10	27	142	187
Passivo em Relação a anos Anteriores						9
Total de Sinistros Administrativos Incluso no Balanço						196

IIb - Sinistros Judiciais - Líquido de Resseguro

Data de Cadastro	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2017	Total
No Final do Ano de Divulgação	42	36	32	38	35	
1 ano depois	52	46	41	42		
2 anos depois	56	54	45			
3 anos depois	62	57				
4 anos depois	64					
Estimativa Corrente	64	57	45	42	35	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	55	43	32	31	27	188
Passivo Reconhecido no Balanço	8	14	12	11	9	54
Passivo em Relação a Anos Anteriores						103
Total de Sinistros Judiciais Incluso no Balanço						157

A abertura da tabela de desenvolvimento de sinistros entre administrativo e judicial evidencia a realocação dos sinistros administrativos até determinada data base e que se tornam judiciais após, o que pode induzir a uma falsa impressão de necessidade de ajuste nas provisões em cada abertura.

f) Teste de Adequação de Passivo

Conforme estabelecido no IFRS 4 – Contratos de Seguros, a seguradora deverá realizar o Teste de Adequação de Passivos, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa de suas obrigações futuras. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência nos períodos findos em 2016, 2015 e 2014.

As premissas utilizadas no teste são revistas periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias, representando, desta forma, as melhores estimativas para as projeções dos fluxos de caixa.

Metodologia e Agrupamento do Teste

A metodologia para teste de todos os produtos é baseada em projeção de fluxos de caixa. Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triângulo de *run-off* com periodicidade trimestral. Para os produtos de previdência, os fluxos de caixa da fase de diferimento e da fase de concessão são testados separadamente.

O critério de agrupamento de riscos aplicado considera grupos sujeitos a riscos similares e gerenciados em conjunto como uma única carteira.

Tábuas Biométricas

As tábuas biométricas vêm a ser instrumentos para se medir o risco biométrico representado pela probabilidade de morte, sobrevivência ou invalidez de um participante.

Para as estimativas de morte e sobrevivência são utilizadas as tábuas BR-EMS vigentes, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade da Escala G, e para as estimativas de entrada em invalidez é utilizada a tábua Álvaro Vindas.

Taxa de Juros Livre de Risco

A relevante estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTJ) vêm a ser um indicador do valor puro do dinheiro no tempo usado para precificar o conjunto dos fluxos de caixa projetados.

A ETTJ foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro e fixada conforme metodologia interna do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, considerando a adição de spread que levou em conta o impacto do resultado de mercado dos títulos *Held to Maturity* (mantidos até o vencimento) da carteira de Ativos Garantidores.

Taxa de Conversão em Renda

A taxa de conversão em renda representa a expectativa de conversão dos saldos acumulados pelos participantes em benefício de aposentadoria. A decisão de conversão em renda por parte dos participantes é influenciada por fatores comportamentais, econômicos e tributários.

Outras Premissas

Despesas relacionadas, cancelamentos e resgates parciais, aportes e contribuições futuras, dentre outros, são premissas que impactam na estimativa de fluxos de caixa projetados à medida que representam despesas e receitas oriundas dos contratos de seguros assumidos.

g) Risco de Seguro - Efeito de Mudanças nas Premissas Atuariais

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e apuração de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e/ou montante de indenizações pode resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida e previdência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro e risco comportamental.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (previdência, em sua maioria); ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato envolvem um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário.

Para mensurar o efeito de mudanças nas principais premissas atuariais, foram realizados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações futuras. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Este tipo de análise comumente se dá na condição *ceteris paribus*, onde se mede a sensibilidade de um sistema quando se mexe em uma variável de interesse mantidas inalteradas todas as outras. Os resultados encontrados estão evidenciados no quadro a seguir:

A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Os resultados foram os seguintes:

Teste de Sensibilidade	Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido ^(*)					
	30/06/2017			31/12/2016		
	Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros		Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros	
		Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros		Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	23	-	(1)	21	(3)	(3)
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	(24)	1	-	(23)	3	3
Cenário com acréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	51	4	4	49	6	6
Cenário com decréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	(52)	(4)	(4)	(50)	(6)	(6)
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	(6)	-	-	(6)	-	-
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	6	-	-	6	-	-
Cenário com acréscimo de 5% nos Sinistros	-	(37)	(35)	0	(50)	(48)
Cenário com decréscimo de 5% nos Sinistros	-	37	35	0	50	48

(*) Valores líquidos dos efeitos tributários.

h) Riscos das Operações de Seguros e Previdência

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas comerciais e financeiras.

O produto garantia estendida é ofertado pela empresa varejista que comercializa o bem de consumo. A produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem na Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT.

Não há concentração de produtos em relação aos prêmios de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição.

	01/04 a 30/06/2017			01/04 a 30/06/2016			01/01 a 30/06/2017			01/01 a 30/06/2016		
	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)
Danos												
DPVAT	6	6	100,0	9	9	100,0	16	16	100,0	24	24	100,0
Extensão de Garantia	-	-	0,0	31	31	100,0	-	-	0,0	72	72	100,0
Pessoas												
Acidentes Pessoais Coletivo	170	169	99,4	205	203	99,0	336	335	99,8	402	399	99,2
Acidentes Pessoais Individual	69	68	98,6	69	63	91,3	128	127	99,5	120	109	90,8
Prestamista	144	142	98,6	132	132	100,0	285	283	99,4	275	275	100,0
Vida em Grupo	248	242	97,6	346	324	93,6	561	552	98,4	655	629	96,0

i) Estrutura de Gerenciamento de Seguros, Previdência e Capitalização

Os produtos que compõem as carteiras das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão relacionados aos seguros de vida e elementares, aos de previdência privada e aos produtos de capitalização. Deste modo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING entende que os principais riscos inerentes a esses produtos são:

- Risco de subscrição: possibilidade de perdas decorrentes de operações de seguro, previdência e capitalização que contrariem as expectativas da instituição, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões;
- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco operacional;
- Risco de liquidez.

j) Papéis e Responsabilidades

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura de gerenciamento de riscos, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas aos riscos de seguros, previdência e capitalização, no Brasil e exterior.

O processo de gerenciamento dos riscos de seguros, previdência e capitalização é baseado em responsabilidades definidas e distribuídas entre as áreas de controle e de negócios, assegurando a independência entre elas e focando nas especificidades de cada risco, conforme diretrizes estabelecidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Ainda como parte do processo de gerenciamento de riscos, existe uma estrutura de governança, em que as decisões podem chegar a órgãos colegiados, garantindo assim o cumprimento das diversas exigências internas e regulatórias, bem como decisões equilibradas em relação a riscos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem como objetivo assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do passivo, visando ao seu equilíbrio atuarial e à solvência no longo prazo.

Anualmente, partindo de premissas atuariais, é elaborado o mapeamento detalhado dos passivos dos produtos de longo prazo, que resulta em fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados. A partir desse mapeamento, modelos de *Asset Liability Management* são utilizados para definir a melhor composição da carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto, considerando a sua viabilidade econômico-financeira no longo prazo. As carteiras de ativos garantidores são rebalanceadas periodicamente em função das oscilações de preços no mercado de ativos, das necessidades de liquidez da empresa e das alterações nas características do passivo.

k) Risco de Mercado, Crédito e Liquidez

l) Risco de Mercado

As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e de controle de perdas: Valor em Risco (*VaR – Value at Risk*), Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse), Sensibilidade (DV01 – *Delta Variation*) e Concentração. Para visão detalhada das métricas, consultar Nota 36 – Risco de Mercado. Na tabela, apresenta-se a análise de sensibilidade (DV01 – *Delta Variation*) em relação às operações de seguros, que demonstra o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou taxa do indexador e 1 ponto percentual no preço de ações e moedas.

Classe	30/06/2017		31/12/2016	
	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01
Título Público				
NTN-C	5.089	(2,94)	5.141	(3,03)
NTN-B	4.844	(6,37)	2.969	(3,53)
LTN	-	-	-	-
Futuro DI	-	-	-	-
Título Privado				
Indexado a IPCA	370	(0,14)	307	(0,14)
Indexado a PRE	105	(0,00)	240	(0,00)
Ações	0	0,00	0	0,00
Ativos Pós-Fixados	5.032	-	5.852	-
Compromissadas Over	4.657	-	6.266	-

II) Risco de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de seguros é feito de forma contínua, a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros.

Os ativos financeiros são gerenciados com o objetivo de otimizar a relação entre o risco e o retorno dos investimentos, levando em conta, de forma parcimoniosa, as características dos seus passivos. O controle integrado de risco, leva em conta os limites de concentração por emissor e risco de crédito, as sensibilidades e limites de risco de mercado e o controle de risco de liquidez dos ativos. Dessa forma, os investimentos são concentrados em títulos públicos e privados com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos, mantendo montante considerável investido em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às necessidades regulares e contingenciais de liquidez. Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua um constante monitoramento das condições de solvência de suas operações de seguros.

Passivo	Ativo	30/06/2017			31/12/2016		
		Valor do	DU do	DU do	Valor do	DU do	DU do
		Passivo ⁽¹⁾	Passivo ⁽²⁾	Ativo ⁽²⁾	Passivo ⁽¹⁾	Passivo ⁽²⁾	Ativo ⁽²⁾
Operações de Seguros	Ativo Garantidor						
Prêmios não Ganhos	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	1.950	25,3	10,1	2.202	13,5	12,7
IBNR, PDR e PSL	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	928	21,4	18,6	1.242	13,8	18,9
Outras Provisões	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	414	88,5	33,9	446	119,0	33,3
Subtotal	Subtotal	3.292			3.890		
Operações de Previdência, VGBL e Vida Individual							
Despesas Relacionadas	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	78	114,0	82,1	71	107,4	80,9
Prêmios não Ganhos	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	18	-	11,1	19	-	14,1
Sinistros Liquidar	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	31	-	11,0	25	-	13,9
IBNR	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	28	18,8	11,1	27	11,4	14,1
Resgates e Outros Valores a Regularizar	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	242	-	11,1	221	-	14,0
Matemática de Benefícios Concedidos	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures	1.703	114,0	82,3	1.737	107,4	81,1
Matemática de Benefícios a Conceder-PGBL / VGBL	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures ⁽³⁾	155.500	178,4	38,8	142.039	169,9	39,4
Matemática de Benefícios a Conceder-Tradicionais	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, Debentures	4.493	217,3	98,0	4.584	210,9	92,0
Outras Provisões	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	871	217,3	98,0	880	210,9	92,0
Excedente Financeiro	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	613	216,9	97,8	583	210,6	91,8
Subtotal	Subtotal	163.577			150.186		
Total Reservas Técnicas	Total Ativos Garantidores	166.869			154.076		

(1) Valores Brutos de Direitos Creditórios, Depósitos Judiciais e Resseguro

(2) DU = Duration em meses.

(3) Desconsidera as reservas de PGBL / VGBL alocadas em renda variável.

III) Risco de Crédito

Discriminação dos Resseguradores

Apresentamos a seguir a divisão dos riscos cedidos aos resseguradores pelas seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

- **Operações de Seguros:** Os prêmios emitidos de resseguros estão representados basicamente por IRB Brasil Resseguros com 58,01% (56,14% em 31/12/2016) e Munich Re do Brasil com 40,13% (43,33% em 31/12/2016).
- **Operações de Previdência:** As operações de previdência referente aos prêmios emitidos de resseguros estão representadas em sua totalidade por Munich Re do Brasil com 70% (70% em 31/12/2016) e General Reinsurance AG com 30% (30% em 31/12/2016).

IV) Nível de risco dos ativos financeiros

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros das operações de seguros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

30/06/2017						
Classificação Interna (*)	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	7.621	134.860	297	5.425	3.479	151.682
Médio	-	1	-	-	-	1
Alto	-	-	-	-	-	-
Total	7.621	134.861	297	5.425	3.479	151.683
%	5,0	88,9	0,2	3,6	2,3	100,0

(*) A Classificação Interna dos níveis de risco, com as devidas probabilidades de inadimplência associadas, está detalhada na Nota 36.

31/12/2016						
Classificação Interna (*)	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	7.859	125.944	284	3.558	4.629	142.274
Médio	-	13	-	-	-	13
Alto	-	-	-	-	-	-
Total	7.859	125.957	284	3.558	4.629	142.287
%	5,5	88,5	0,2	2,5	3,3	100,0

(*) A Classificação Interna dos níveis de risco, com as devidas probabilidades de inadimplência associadas, está detalhada na Nota 36.

I) Resseguro

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados de resseguro, salvo previsão contratual de compensação de contas entre as partes. As análises de resseguro são realizadas para atender as necessidades atuais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

Ativos de Resseguro

Os ativos de resseguros são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos e, para os casos de perdas efetivamente pagas, a partir de dezembro de 2015, são reavaliados transcorridos 180 dias quanto à possibilidade de não recuperação. Para os períodos anteriores, o prazo para reavaliação é de 365 dias. Essa alteração se deve à adequação da Circular SUSEP vigente. Em casos de dúvida tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Resseguro Cedido

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Além dos contratos proporcionais são também firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que ultrapassem um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro não proporcional são incluídos em Outros Ativos - Despesas Antecipadas e amortizados em Outras Despesas Operacionais de acordo com o prazo de vigência do contrato pelo regime de competência diária.

I - Operações com Resseguradoras - Movimentação

	Créditos		Débitos	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	46	18	74	103
Contratos Emitidos	-	-	19	79
Sinistros a Recuperar	5	32	-	-
Antecipação / Pagamentos ao Ressegurador	(5)	(3)	(28)	(108)
Outras Constituições / Reversões	(5)	(1)	-	-
Saldo Final	41	46	65	74

II - Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas - Saldo

	30/06/2017	31/12/2016
Sinistros de Resseguros	51	52
Prêmios de Resseguros	17	15
Saldo Final	68	67

III - Provisões Técnicas - Sinistros de Resseguros - Movimentação

	30/06/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	52	52
Sinistros Avisados	13	70
Sinistros Pagos	(17)	(99)
Outras Constituições / Reversões	2	2
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	1	27
Saldo Final (*)	51	52

(*) Inclui Provisão Despesas de Sinistros, IBNER (Provisão de Sinistros não Suficientemente Avisados), IBNR (Provisão de Sinistros não Avisados), não contemplados da tabela de desenvolvimento de sinistros líquido de resseguros Nota 30 eII.

IV - Provisões Técnicas - Prêmios de Resseguros - Movimentação

	30/06/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	15	24
Constituições	13	65
Reversões	(11)	(74)
Outras Constituições / Reversões	-	-
Saldo Final	17	15

V - Provisões Técnicas - Comissão de Resseguros - Movimentação

	30/06/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	-	-
Constituições	-	6
Reversões	-	(6)
Outras Constituições / Reversões	-	-
Saldo Final	-	-

m) Entidades Reguladoras

As operações de seguros são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estas entidades são responsáveis pela regulamentação do mercado e consequentemente auxiliam na mitigação dos riscos inerentes do negócio.

O CNSP é o órgão normativo das atividades de seguros do país, foi criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21/11/1966. A principal atribuição do CNSP, na época da sua criação, era a de fixar as diretrizes e normas da política governamental para os segmentos de Seguros Privados, tendo posteriormente, com o advento da Lei nº 6.435, de 15/07/1977, suas atribuições se estendido à Previdência Privada, no âmbito das entidades abertas.

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21/11/1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil Re, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e as entidades de previdência privada aberta.

Nota 31 – Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	30/06/2017		31/12/2016	
	Valor Contábil	Valor Justo estimado	Valor Contábil	Valor Justo estimado
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Banco Central	111.307	111.307	104.242	104.242
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	28.715	28.778	22.692	22.731
Aplicações no Mercado Aberto	261.443	261.443	265.051	265.051
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação ^(*)	223.211	223.211	204.648	204.648
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado ^(*)	1.410	1.410	1.191	1.191
Derivativos ^(*)	19.305	19.305	24.231	24.231
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda ^(*)	89.175	89.175	88.277	88.277
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	39.092	40.360	40.495	40.749
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	452.209	459.201	463.394	472.704
Outros Ativos Financeiros	52.666	52.666	53.917	53.917
Passivos Financeiros				
Depósitos	352.327	352.262	329.414	329.371
Captação no Mercado Aberto	321.922	321.922	349.164	349.164
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação ^(*)	457	457	519	519
Derivativos ^(*)	21.420	21.420	24.698	24.698
Recursos de Mercados Interbancários	136.872	136.452	135.483	134.730
Recursos de Mercados Institucionais	97.506	96.247	96.239	95.012
Passivos de Planos de Capitalização	3.215	3.215	3.147	3.147
Outros Passivos Financeiros	63.731	63.731	71.832	71.832

^(*) Estes ativos e passivos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

Os Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial (Nota 36) são representados por Cartas de Crédito em Aberto (*standby*) e Garantias Financeiras Prestadas no total de R\$ 79.772 (R\$ 77.453 em 31/12/2016) com o valor justo estimado de R\$ 1.015 (R\$ 1.066 em 31/12/2016).

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações no Mercado Aberto, Captação no Mercado Aberto e Passivos de Capitalização** - O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.
- Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Depósitos, Recursos de Mercados Interbancários e Recursos de Mercados Institucionais** – ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os valores justos efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado.
- Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros designados ao Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação** – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado. Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:
 - Swaps:** Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na B3, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de *swaps* de moeda, *swaps* de taxa de juros e *swaps* com base em outros fatores de risco (*commodities*, índices de bolsas, etc.).

- **Futuros e Termo:** Cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos *swaps*.
- **Opções:** Seus valores justos são apurados com base em modelos matemáticos (como o da *Black&Scholes*) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (geralmente a *Bloomberg*).
- **Crédito:** Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O processo de reajuste a preço de mercado desses *spreads* se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade sem risco e as curvas de rentabilidade ajustadas pelo risco de crédito.

d) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro - O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros correntes de empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento, com as taxas indicadas acima. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.

e) Depósitos - O valor justo dos depósitos de taxa fixa que possuem data de vencimento foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros correntes de captações similares. Depósitos a vista não são considerados na estimativa de valor justo. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas de cada operação.

f) Outros Ativos / Passivos Financeiros – basicamente compostos de recebíveis de emissores de cartão de crédito, depósitos em garantia de passivos contingentes e negociação e intermediação de valores mobiliários. Os valores contábeis desses ativos/passivos aproximam-se significativamente de seus valores justos, uma vez que basicamente representam valores a serem recebidos no curto prazo de titulares de cartões de crédito e a serem pagos a emissores de cartões de créditos, depósitos exigidos judicialmente (indexado a taxas de mercado) feitos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING como garantia de ações judiciais ou recebíveis no curto prazo (geralmente com vencimento de aproximadamente 5 (cinco) dias úteis). Todos esses itens representam ativos/passivos sem riscos significativos de mercado, de crédito e de liquidez.

De acordo com o IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreçamento continuamente.

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: As informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Designados ao Valor Justo através do Resultado:

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo. Neste nível foram classificados a maioria dos títulos do governo brasileiro, outros títulos estrangeiros do governo, ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures, alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no Nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

Nível 3: Quando não houver informações de apreçamento em um mercado ativo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No Nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro e privados com vencimentos após 2025 e que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Derivativos:

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no Nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima o valor justo por meio da adoção de diversas técnicas como o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo ou até mesmo os modelos de fluxo de caixa descontados geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no Nível 2 são *swaps* de inadimplência de crédito, *swaps* de moeda cruzada, *swaps* de taxa de juros, opções de *plain vanilla*, alguns *forwards* e geralmente todos os *swaps*. Todos os modelos adotados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são amplamente aceitos na indústria de serviços financeiros e refletem os termos contratuais do derivativo. Considerando que muitos desses modelos não contêm um alto nível de subjetividade, uma vez que as metodologias adotadas nos modelos não exigem grandes decisões, e as informações para o modelo estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados, esses produtos foram classificados no Nível 2 da hierarquia de avaliação.

Nível 3: Os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no Nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por opções exóticas, alguns, *swaps* indexados com informações não observáveis e *swaps* com outros produtos, como *swap* com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas *commodities*. Estas operações têm seu apreçamento derivado de superfície de volatilidade gerada a partir de volatilidade histórica.

Todas as metodologias descritas acima para avaliação podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 30/06/2017 e 31/12/2016 para os Ativos de Financeiros Mantidos para Negociação e Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

	30/06/2017				31/12/2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	190.244	31.997	970	223.211	165.883	37.760	1.005	204.648
Fundos de Investimento	5	2.216	-	2.221	14	1.159	-	1.173
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	180.540	2.736	1	183.277	157.369	2.654	1	160.024
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	5.364	-	-	5.364	5.325	-	-	5.325
Títulos Públicos - Outros Países	1.765	1.720	-	3.485	819	2.916	-	3.735
Argentina	1.516	-	-	1.516	651	-	-	651
Chile	84	102	-	186	-	127	-	127
Colômbia	-	1.530	-	1.530	-	2.669	-	2.669
Estados Unidos	80	-	-	80	78	-	-	78
México	9	-	-	9	6	-	-	6
Paraguai	-	-	-	-	-	88	-	88
Uruguai	-	88	-	88	-	32	-	32
Outros	76	-	-	76	84	-	-	84
Títulos de Empresas	2.570	25.325	969	28.864	2.356	31.031	1.004	34.391
Ações Negociáveis	1.635	-	856	2.491	1.533	-	958	2.491
Certificado de Depósito Bancário	13	2.006	-	2.019	12	1.812	-	1.824
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	34	34	-	-	-	-
Debêntures	198	2.015	61	2.274	216	2.949	25	3.190
Euro Bonds e Assemelhados	724	17	17	758	595	49	18	662
Letras Financeiras	-	21.170	-	21.170	-	25.893	-	25.893
Notas Promissórias	-	26	-	26	-	-	-	-
Outros	-	91	1	92	-	328	3	331
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	36.952	44.341	7.882	89.175	34.840	43.903	9.534	88.277
Fundos de Investimento	-	188	-	188	-	42	-	42
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	20.884	693	225	21.802	17.039	671	228	17.938
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	11.874	-	-	11.874	14.065	-	-	14.065
Títulos Públicos - Outros Países	1.585	17.750	94	19.429	1.536	12.850	86	14.472
Chile	-	5.701	94	5.795	-	5.758	86	5.844
Colômbia	-	1.803	-	1.803	-	1.155	-	1.155
Coreia	-	2.954	-	2.954	-	2.673	-	2.673
Dinamarca	-	2.282	-	2.282	-	819	-	819
Espanha	-	2.941	-	2.941	-	923	-	923
Estados Unidos	1.585	-	-	1.585	1.427	-	-	1.427
Holanda	-	-	-	-	101	-	-	101
Paraguai	-	1.709	-	1.709	-	1.111	-	1.111
Uruguai	-	360	-	360	-	411	-	411
Outros	-	-	-	-	8	-	-	8
Títulos de Empresas	2.609	25.710	7.563	35.882	2.200	30.340	9.220	41.760
Ações Negociáveis	1.141	-	607	1.748	817	-	568	1.385
Cédula do Produtor Rural	-	1.111	416	1.527	-	876	549	1.425
Certificado de Depósito Bancário	-	489	101	590	-	2.527	114	2.641
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	1.993	1.993	-	-	2.095	2.095
Debêntures	280	16.122	4.103	20.505	277	16.007	4.886	21.170
Euro Bonds e Assemelhados	1.188	4.920	335	6.443	1.105	5.615	995	7.715
Letras Financeiras	-	641	-	641	-	2.816	-	2.816
Notas Promissórias	-	2.166	-	2.166	1	2.172	-	2.173
Outros	-	261	8	269	-	327	13	340
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	1.410	-	-	1.410	1.191	-	-	1.191
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	1.410	-	-	1.410	1.191	-	-	1.191
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	457	-	457	-	519	-	519
Notas Estruturadas	-	457	-	457	-	519	-	519

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 30/06/2017 e 31/12/2016 para os Ativos e Passivos de Derivativos.

	30/06/2017				31/12/2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Derivativos - Ativo	132	18.755	418	19.305	127	23.583	521	24.231
Futuros	132	-	-	132	127	-	-	127
Swaps - Diferencial a Receber	-	8.514	401	8.915	-	10.074	468	10.542
Opções	-	3.135	16	3.151	-	4.745	47	4.792
Termo	-	4.309	-	4.309	-	4.971	-	4.971
Derivativos de Crédito	-	254	-	254	-	181	-	181
Forwards	-	2.399	-	2.399	-	3.459	-	3.459
Verificação de Swap	-	29	-	29	-	88	-	88
Outros Derivativos	-	115	1	116	-	65	6	71
Derivativos - Passivo	-	(21.350)	(70)	(21.420)	-	(24.638)	(60)	(24.698)
Swaps - Diferencial a Pagar	-	(12.304)	(69)	(12.373)	-	(13.165)	(56)	(13.221)
Opções	-	(2.363)	(1)	(2.364)	-	(4.548)	(4)	(4.552)
Termo	-	(3.722)	-	(3.722)	-	(3.530)	-	(3.530)
Derivativos de Crédito	-	(184)	-	(184)	-	(147)	-	(147)
Forwards	-	(2.444)	-	(2.444)	-	(2.825)	-	(2.825)
Verificação de Swap	-	(281)	-	(281)	-	(353)	-	(353)
Outros Derivativos	-	(52)	-	(52)	-	(70)	-	(70)

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante o período de 30/06/2017 e 31/12/2016. Transferências para dentro e fora do nível 3 são apresentadas nas movimentações do nível 3.

Mensuração de Valor Justo de Nível 2 Baseado em Serviços de Apreçamento e Corretoras

Quando informações de apreçamento não estão disponíveis para os títulos classificados como Nível 2, são utilizados serviços de apreçamento, tal como Bloomberg ou corretoras para valorizar tais instrumentos.

Em todos os casos, de forma a assegurar que o valor justo desses instrumentos seja apropriadamente classificado como Nível 2, são realizadas análises internas das informações recebidas, de modo a entender a natureza dos *inputs* que são usados na determinação de tais valores pelo prestador de serviço.

São considerados no Nível 2 os preços fornecidos pelos serviços de apreçamento que atendam aos seguintes requerimentos: os *inputs* estão prontamente disponíveis, regularmente distribuídos, fornecidos por fontes ativamente envolvidas em mercados relevantes e não são proprietários.

Do total de R\$ 76.338 de instrumentos financeiros classificados como Nível 2, em 30 de junho de 2017, foi usado o serviço de apreçamento ou corretoras para avaliar títulos com valor justo de R\$ 42.544, substancialmente representados por:

- **Debêntures:** Quando disponível, são usadas informações de preço para transações registradas no Sistema Nacional de Debêntures (SND), plataforma eletrônica operada pela CETIP, que provê serviços múltiplos para as transações envolvendo debêntures no mercado secundário. Alternativamente são utilizados os preços de debêntures fornecidos pela ANBIMA. Sua metodologia inclui a obtenção diária, de preços ilustrativos, não-vinculativos, de um grupo de participantes de mercado considerados significativos. Tal informação é sujeita a filtros estatísticos definidos na metodologia, com o propósito de eliminar os *outliers*.
- **Títulos Globais e Corporativos:** O processo de apreçamento destes títulos consiste em capturar de 2 a 8 cotações da Bloomberg, conforme o ativo. A metodologia consiste em comparar os maiores preços de compra e os menores preços de venda de negociações ocorridas providas pela Bloomberg, para o último dia do mês. Comparam-se tais preços com as informações de ordens de compras que a Tesouraria Institucional do ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece à Bloomberg. Se a diferença entre ambos os preços for menor que 0,5%, é usado o preço médio da Bloomberg. Se maior que 0,5% ou se a Tesouraria Institucional não tiver provido informação sobre esse título específico, então é usado o preço médio coletado direto a outros bancos. O preço da Tesouraria Institucional é utilizado apenas como referência e nunca no cálculo do preço final.

Mensurações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As unidades responsáveis pela definição e aplicação dos modelos de apreçamento são segregadas das áreas de negócio. Os modelos são documentados, submetidos à validação de uma área independente e aprovados por comitê específico. O processo diário de captura, cálculo e divulgação de preços são verificados regularmente com base em testes e critérios formalmente definidos e as informações são armazenadas em uma base de dados histórica única e corporativa.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados. Fatores como a curva prefixada de juros em reais e curva de cupom de TR - e por consequência as suas dependentes - possuem dados com prazos inferiores aos vencimentos dos ativos de renda fixa. Nos casos de *swap*, a análise é feita por indexador de ambas as pontas. Há alguns casos em que os prazos dos dados são mais curtos do que o próprio vencimento do derivativo.

Movimentações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do Balanço Patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING no Nível 3 da hierarquia do valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 correspondem basicamente a Outros Derivativos indexados a ações.

	Valor Justo em 31/12/2016	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 30/06/2017	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 30/06/2017
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	1.005	(130)	44	(265)	316	970	(254)
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	1	-	-	-	-	1	-
Títulos de Dívida de Empresas	1.004	(130)	44	(265)	316	969	(254)
Ações Negociáveis	958	(102)	-	-	-	856	(253)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	(1)	35	-	-	34	(1)
Debêntures	25	(8)	-	(212)	256	61	-
Euro Bonds e Assemelhados	18	(17)	9	(17)	24	17	-
Letras Financeiras	-	-	-	(36)	36	-	-
Outros	3	(2)	-	-	-	1	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	9.534	(1.001)	1.809	(1.996)	(464)	7.882	(1.051)
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	228	(3)	-	-	-	225	18
Títulos Públicos - Outros Países - Chile	86	1	187	(180)	-	94	-
Títulos de Dívida de Empresas	9.220	(999)	1.622	(1.816)	(464)	7.563	(1.069)
Ações Negociáveis	568	117	98	-	(176)	607	114
Cédula do Produtor Rural	549	(8)	107	(154)	(78)	416	(21)
Certificado de Depósito Bancário	114	3	214	(230)	-	101	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2.095	(171)	69	-	-	1.993	(20)
Debêntures	4.886	(834)	749	(601)	(97)	4.103	(1.144)
Euro Bonds e Assemelhados	995	(101)	385	(831)	(113)	335	2
Outros	13	(5)	-	-	-	8	-

	Valor Justo em 31/12/2016	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 30/06/2017	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 30/06/2017
Derivativos - Ativo	521	(27)	32	(150)	42	418	6
Swaps - Diferencial a Receber	468	(17)	-	(92)	42	401	20
Opções	47	(6)	32	(57)	-	16	(13)
Outros Derivativos	6	(4)	-	(1)	-	1	(1)
Derivativos - Passivo	(60)	(45)	(4)	60	(21)	(70)	(25)
Swaps - Diferencial a Pagar	(56)	(44)	-	52	(21)	(69)	(27)
Opções	(4)	(1)	(4)	8	-	(1)	2

	Valor justo em 31/12/2015	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2016	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/12/2016
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	60	(151)	87	(344)	1.353	1.005	(154)
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	3	-	-	(2)	-	1	-
Títulos de Empresas	57	(151)	87	(342)	1.353	1.004	(154)
Ações Negociáveis	-	(114)	-	-	1.072	958	(152)
Debêntures	48	(37)	33	(306)	287	25	(2)
Euro Bonds e Assemelhados	6	-	54	(36)	(6)	18	-
Outros	3	-	-	-	-	3	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	4.259	(677)	4.626	(4.380)	5.706	9.534	(685)
Fundos de Investimento	114	313	-	(427)	-	-	-
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	212	(208)	-	220	4	228	11
Títulos Públicos - Outros Países - Chile	29	(44)	321	(220)	-	86	-
Títulos de Empresas	3.904	(738)	4.305	(3.953)	5.702	9.220	(696)
Ações Negociáveis	267	119	-	(227)	409	568	76
Cédula do Produtor Rural	52	(54)	1.205	(851)	197	549	(57)
Certificado de Depósito Bancário	130	2	483	(501)	-	114	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2.037	58	11	(10)	(1)	2.095	(55)
Debêntures	844	(739)	2.111	(994)	3.664	4.886	(653)
Euro Bonds e Assemelhados	26	(130)	446	(837)	1.490	995	(7)
Letras Financeiras	367	14	-	(301)	(80)	-	-
Notas Promissórias	54	-	-	(54)	-	-	-
Outros	127	(8)	49	(178)	23	13	-

	Valor justo em 31/12/2015	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2016	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/12/2016
Derivativos - Ativo	1.251	(713)	254	(728)	457	521	(7)
Swaps - Diferencial a Receber	1.189	(731)	8	(455)	457	468	21
Opções	33	36	246	(268)	-	47	(28)
Outros Derivativos	29	(18)	-	(5)	-	6	-
Derivativos - Passivo	(33)	18	(35)	96	(106)	(60)	(2)
Swaps - Diferencial a Pagar	(21)	9	(5)	67	(106)	(56)	(8)
Opções	(12)	9	(30)	29	-	(4)	6

Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 (onde os preços negociados não são facilmente observáveis em mercados ativos) é mensurado utilizando-se técnicas baseadas em correlações com produtos associados e negociados em mercados ativos, estimativas internas e modelos internos.

Os dados não observáveis significativos usados na mensuração a valor justo dos instrumentos classificados como Nível 3 são: taxas de juros, preços de ativo objeto e a volatilidade. Variações significativas em quaisquer desses *inputs* isolados podem resultar em alterações significativas no valor justo.

A tabela a seguir, demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, nos preços de ativos ou em cenários que variam choques nos preços e nas volatilidades para ativos não lineares:

Sensibilidade - Operações Nível III		30/06/2017	
Grupos de Fatores de Risco de Mercado	Cenários	Impactos	
		Resultado	Patrimônio
Taxa de Juros	I	(2,1)	(2,0)
	II	(51,6)	(50,3)
	III	(103,1)	(99,7)
Moedas, <i>Commodities</i> e Índices	I	(73,2)	-
	II	(146,3)	-
Não Lineares	I	(5,6)	-
	II	(8,2)	-

Na mensuração das sensibilidades são utilizados os seguintes cenários:

Taxa de Juros

Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Moedas, *Commodities* e Índices

Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de moedas, *commodities* e índices, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares

Cenário I: Aplicação de choques de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Nota 32 – Provisões, Contingências e Outros Compromissos

Provisões	30/06/2017	31/12/2016
Cíveis	5.225	5.172
Trabalhistas	7.331	7.232
Fiscais e Previdenciárias	8.669	8.246
Outros	246	259
Total	21.471	20.909
Circulante	4.461	4.434
Não Circulante	17.010	16.475

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

- a) **Ativos Contingentes:** não existem ativos contingentes contabilizados.
- b) **Provisões e Contingências:** os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudência dominante.

- Ações Cíveis

As contingências decorrem, geralmente, de pleitos relacionados à revisão de contratos e de ações de indenização por danos materiais e morais, sendo os processos classificados da seguinte forma:

Processos Massificados: são relativos às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. A apuração da contingência é realizada mensalmente, sendo objeto de provisão contábil o valor esperado da perda, realizada por meio de aplicação de parâmetro estatístico, tendo em conta a natureza da ação e as características do juízo em que tramitam (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum). As contingências e provisões são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: são relativos às ações com características peculiares ou de valor relevante. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido. A probabilidade de perda é estimada conforme as particularidades da ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

Cumprе mencionar que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é parte em ações específicas referentes à cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança, decorrente de planos econômicos implementados nas décadas de 80 e 90 como medida de combate à inflação.

Apesar do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ter observado as regras vigentes à época, a empresa figura como ré em ações ajuizadas por pessoas físicas que versam sobre esse tema, bem como em ações coletivas ajuizadas por: (i) associações de defesa do consumidor; e (ii) Ministério Público, em nome dos titulares de cadernetas de poupança. No que concerne à essas ações, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui provisões quando do recebimento da citação, bem como no momento em que as pessoas físicas exigem a execução da decisão proferida pelo Judiciário, utilizando os mesmos critérios adotados para determinar as provisões das ações individuais.

O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu algumas decisões a favor dos titulares de cadernetas de poupança, mas não consolidou seu entendimento no tocante à constitucionalidade dos planos econômicos e sua aplicabilidade às cadernetas de poupança. Atualmente, os recursos relacionados a essa questão estão suspensos, por determinação do STF, até que haja um pronunciamento definitivo desta Corte quanto ao direito discutido.

Não são provisionados os valores envolvidos em Ações Cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 3.731 (R\$ 3.388 em 31/12/2016), sendo que neste montante não existem valores decorrentes de participação em *Joint Ventures*.

- Ações Trabalhistas

As contingências decorrem de ações em que se discutem pretensos direitos trabalhistas específicos à categoria profissional, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria, entre outros. Esses processos possuem a seguinte classificação:

Processos Massificados: referem-se às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. O valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme modelo estatístico, que precifica as ações e é reavaliado considerando as decisões judiciais proferidas. As contingências são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: referem-se às ações com características peculiares ou de valor relevante. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido. A probabilidade de perda é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

Não são provisionados os valores envolvidos em ações trabalhistas de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 54 (R\$ 79 em 31/12/2016).

- Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com Fundos de Compensações de Variações Salariais (FCVS) cedidos ao Banco Nacional.

Segue abaixo a movimentação das provisões cíveis, trabalhistas e outros e os saldos dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	01/01 a 30/06/2017			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	5.172	7.232	259	12.663
Saldo oriundo da Aquisição do CorpBanca (Nota 3)	(1)	-	-	(1)
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(256)	(1.066)	-	(1.322)
Subtotal	4.915	6.166	259	11.340
Atualização / Encargos (Nota 26)	64	312	-	376
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	607	1.077	(13)	1.671
Constituição (*)	839	1.183	-	2.022
Reversão	(232)	(106)	(13)	(351)
Pagamento	(636)	(1.264)	-	(1.900)
Subtotal	4.950	6.291	246	11.487
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	275	1.040	-	1.315
Saldo Final	5.225	7.331	246	12.802
Depósitos em Garantia de Recursos em 30/06/2017 (Nota 20a)	1.529	2.289	-	3.818

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 73.

	01/01 a 30/06/2016			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	5.227	6.132	135	11.494
Saldo oriundo da fusão do CorpBanca (Nota 3)	2	5	133	140
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(236)	(1.089)	-	(1.325)
Subtotal	4.993	5.048	268	10.309
Atualização / Encargos (Nota 26)	175	311	-	486
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	559	1.103	(15)	1.647
Constituição (*)	880	1.196	(14)	2.062
Reversão	(321)	(93)	(1)	(415)
Pagamento	(805)	(1.003)	-	(1.808)
Subtotal	4.922	5.459	253	10.634
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	250	1.056	-	1.306
Saldo Final	5.172	6.515	253	11.940
Depósitos em Garantia de Recursos em 30/06/2016 (Nota 20a)	1.653	2.294	-	3.947

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 102.

- Ações Fiscais e Previdenciárias

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica como obrigação legal, as ações judiciais ingressadas para discutir a legalidade e inconstitucionalidade da legislação em vigor, sendo objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda.

As contingências tributárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Constituem provisão sempre que a perda for classificada como provável.

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Provisões	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Saldo Inicial	8.246	7.500
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(69)	(64)
Subtotal	8.177	7.436
Atualização / Encargos ^(*)	385	357
Movimentação do Período Refletida no Resultado	<u>49</u>	<u>71</u>
Constituição ^(*)	254	142
Reversão ^(*)	(205)	(71)
Pagamento	(12)	(69)
Subtotal	8.599	7.795
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	70	67
Saldo Final	8.669	7.862

() Os valores estão contemplados nas rubricas Despesas Tributárias, Despesas Gerais e Administrativas e em Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes.*

Depósitos em Garantia	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Saldo Inicial	4.847	4.339
Apropriação de Rendas	174	188
Movimentação do Período	<u>18</u>	<u>106</u>
Novos Depósitos	136	164
Levantamentos Efetuados	(117)	(33)
Conversão em Renda	(1)	(25)
Saldo Final (Nota 20a)	5.039	4.633
Saldo Final após a Reclassificação	5.039	4.633

As principais discussões relativas às provisões das Ações Fiscais e Previdenciárias são descritas a seguir:

- CSLL – Isonomia – R\$ 1.255: discute-se a ausência de respaldo constitucional da majoração, estabelecida pela Lei nº 11.727/08, da alíquota de CSLL de 9% para 15%, no caso das empresas financeiras e seguradoras. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 1.237;
- INSS – Fator Acidentário de Prevenção (FAP) – R\$ 1.049: discute-se a legalidade do FAP e inconsistências cometidas pelo INSS na sua apuração. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 114;
- ISS – Atividades Bancárias – R\$ 924: discute-se que determinadas receitas não constituem fato gerador do tributo municipal e/ou não se enquadram na lista de serviços da Lei Complementar nº 116/03 e/ou Decreto-Lei 406/68. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 347;
- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R\$ 666: defende-se a incidência de PIS e COFINS sobre o faturamento, devendo este ser entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 578;
- IRPJ e CSLL – Lucros no Exterior – R\$ 613: discute-se a base de cálculo dos tributos no que se refere aos lucros auferidos no exterior, bem como defende-se a inaplicabilidade do texto da Instrução Normativa SRF nº 213/02, que excede a disposição legal correspondente. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 206.

Contingências não Provisionadas no Balanço

Não são provisionados os valores envolvidos em ações fiscais e previdenciárias de perda possível. Os valores envolvidos nas principais Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 20.098 estão descritas a seguir:

- INSS – Verbas não Remuneratórias – R\$ 4.928: defende-se a não incidência da contribuição sobre verbas, não remuneratórias, dentre as quais, destacam-se: participação nos lucros, plano para outorga de opções de ações, vale transporte e abono único;
- IRPJ e CSLL – Ágio – Dedução – R\$ 3.470: discute-se a dedutibilidade do ágio com expectativa de rentabilidade futura na aquisição de investimentos, sendo que, do montante supracitado, R\$ 689 estão garantidos nos contratos de aquisição;
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Indeferimento de Pedido de Compensação – R\$ 1.590: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- PIS e COFINS - Estorno da Receita de Superveniência de Depreciação – R\$ 1.454: discute-se o tratamento contábil e fiscal do PIS e da COFINS na liquidação das operações de arrendamento mercantil;
- IRPJ e CSLL – Juros sobre o Capital Próprio (JCP) – R\$ 1.453: defende-se a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP) aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores;
- ISS – Atividades Bancárias – R\$ 1.058: entende-se que a operação bancária não se confunde com serviço e/ou não está listada na Lei Complementar nº 116/03 ou do Decreto-Lei nº 406/68;
- IRPJ e CSLL - Dedutibilidade de Perdas em Operações de Crédito – R\$ 607 - autuações lavradas para exigência de IRPJ e de CSLL pela suposta inobservância dos critérios legais para a dedução de perdas no recebimento de créditos.
- IRPJ e CSLL – Glosa de Prejuízos – R\$ 584: discussão sobre o montante do prejuízo fiscal (IRPJ) e/ou base negativa da CSLL, que pode reduzir a base de cálculo dos referidos tributos;

c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de valores a receber relativo a reembolso de contingências totaliza R\$ 1.152 (R\$ 1.128 em 31/12/2016) (Nota 20a). Este valor deriva, basicamente, da garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrido em 1997, quando o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em Contingências Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.

d) Ativos Dados em Garantia de Contingências

Os ativos dados em garantia de contingências são relativos a processos de passivos contingentes e estão vinculados ou depositados de acordo com o quadro abaixo:

	30/06/2017	30/06/2016
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Disponíveis para Venda (basicamente Letras Financeiras do Tesouro)	940	948
Depósitos em Garantia de Recursos (Nota 20a)	4.646	4.438

Os depósitos realizados em ações judiciais devem ser feitos em juízo, sendo passíveis de levantamento pela parte vencedora da ação, com os respectivos acréscimos legais, em conformidade com a decisão judicial proferida.

Normalmente, as provisões referentes às ações judiciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são de longo prazo, considerando o tempo de tramitação dessas ações no sistema judiciário brasileiro. Devido a isso, não foi divulgada a estimativa com a relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvido em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar, de forma relevante, os resultados de suas operações.

e) Programas de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Municipais

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aderiu aos PPIs – Programas de Parcelamento Incentivado substancialmente relacionados à esfera municipal, instituídos pelas seguintes leis: Lei nº 5.854, de 27/04/2015 - Rio de Janeiro; Lei nº 8.927, de 22/10/2015 e Decreto-Lei nº 26.624, de 26/10/2015 - Salvador; Lei nº 18.181, de 30/11/2015 e Decreto-Lei nº 29.275, de 30/11/2015 - Recife; Lei Complementar nº 95, de 19/10/2015 - Curitiba; Lei nº 3.546, de 18/12/2015 - Salto; Lei nº 12.457, de 03/10/2016 – Londrina.

Os PPIs promovem a regularização dos débitos referidos nessas leis, decorrentes de créditos tributários e não tributários (constituídos ou não), inclusive os inscritos em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar.

O efeito líquido dos PPIs no resultado de 01/01 a 30/06/2016 foi de R\$ 12, e está refletido em Outras Receitas Operacionais.

Nota 33 – Capital Regulatório

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito à regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN) que emite diretivas e instruções sobre políticas monetárias e de crédito para instituições financeiras que operam no Brasil. O BACEN também determina requerimentos mínimos de capital, procedimentos de apuração das informações para avaliação da importância sistêmica global de instituições financeiras, limites para ativos fixos, limites de empréstimos, práticas contábeis e exigências de depósitos compulsórios, exigindo que os bancos cumpram a regulamentação baseada no Acordo de Basileia sobre adequação de capital. Além disso, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a SUSEP emitem regulamentações sobre exigência de capital, que afetam nossas operações de seguros, planos de previdência privada e de capitalização.

a) Requerimentos de Capital Vigentes e em Implantação

Os requerimentos mínimos de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING seguem o conjunto de resoluções e circulares divulgadas pelo BACEN que implantam no Brasil os padrões globais de requerimento de capital conhecidos como Basileia III. São expressos na forma de índices que relacionam o capital disponível - demonstrado pelo Patrimônio de Referência (PR), ou Capital Total, composto pelo Nível I (que compreende o capital principal e o capital complementar) e pelo Nível II, e os ativos ponderados pelo risco (RWA).

Os índices de Capital Total, de Capital de Nível I e de Capital Principal são apurados na forma consolidada, aplicados às instituições integrantes do Conglomerado Prudencial, que abrange não só as instituições financeiras como também as administradoras de consórcio, as instituições de pagamento, as sociedades que realizam aquisição de operações ou assumam direta ou indiretamente risco de crédito e os fundos de investimento nos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING retenha substancialmente riscos e benefícios.

Para fins de cálculo desses requerimentos mínimos de capital, apura-se o montante total do RWA pela soma das parcelas dos ativos ponderados pelos riscos de crédito, de mercado e operacional. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza as abordagens padronizadas para o cálculo das parcelas de crédito e operacional.

A partir de 1º de setembro de 2016, o BACEN autorizou o ITAÚ UNIBANCO HOLDING a utilizar modelos internos de risco de mercado para apuração do montante total do capital regulatório (RWA_{MINT}), em substituição à parcela RWA_{MPAD} , conforme previsto na Circular BACEN 3.646.

Para as unidades externas, utiliza-se a abordagem padronizada. Desta forma, não fazem parte do uso de modelos internos as unidades da Argentina, Chile, Itaú BBA *International*, Itaú BBA Colômbia, Paraguai e Uruguai.

De 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, o índice mínimo de capital requerido é de 9,25%, e, seguindo cronograma de redução gradual, chegará a 8% em 1º de janeiro de 2019.

Além dos mínimos regulatórios, as normas do BACEN estabeleceram um Adicional de Capital Principal (ACP), correspondente à soma das parcelas $ACP_{Conservação}$, $ACP_{Contracíclico}$ e $ACP_{Sistêmico}$ que, em conjunto com as exigências mencionadas, aumentam a necessidade de capital ao longo do tempo. O valor de cada uma das parcelas e os mínimos regulatórios, conforme definido na Resolução CMN 4.193, estão descritos na tabela a seguir.

Basileia III também redefiniu os requisitos para a qualificação dos instrumentos elegíveis a Capital de Nível I e Nível II, regulamentados no Brasil pela Resolução CMN 4.192. Essa reforma inclui um cronograma de *phase-out* para os instrumentos já considerados no capital, emitidos anteriormente à vigência da norma, que não atendam integralmente as novas exigências.

A tabela abaixo apresenta o cronograma de implantação das regras de Basileia III no Brasil, definido pelo BACEN, sendo que os números referem-se à porcentagem dos ativos ponderados pelo risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Cronograma de Implantação de Basileia III	A partir de 1º de janeiro				
	2015	2016	2017	2018	2019
Capital Principal	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Nível I	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%
Capital Total	11%	9,875%	9,25%	8,625%	8,0%
Adicional de Capital Principal (ACP)	0,0%	0,625%	1,50%	2,375%	3,5%
de Conservação	0%	0,625%	1,25%	1,875%	2,5%
Contracíclico ⁽¹⁾	0%	0%	0%	0%	0%
de Importância Sistêmica	0%	0%	0,25%	0,5%	1,0%
Capital Principal + ACP	4,5%	5,125%	6,0%	6,875%	8,0%
Capital Total + ACP	11,0%	10,5%	10,75%	11,0%	11,5%
Deduções dos Ajustes Prudenciais	40%	60%	80%	100%	100%

(1) ACP Contracíclico é acionado durante a fase de expansão do ciclo de crédito e, atualmente, conforme a Circular BACEN 3.769, o valor requerido de sua parcela é igual a zero. Além disso, na hipótese de elevação do adicional contracíclico, o novo percentual vigorará apenas doze meses após seu anúncio.

Ademais, em Março de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.751, de 19/03/2015, do BACEN, que dispõe sobre a apuração dos indicadores relevantes para a avaliação da importância sistêmica global (IAISG) de instituições financeiras do Brasil. As informações sobre os valores dos indicadores do Índice de Importância Sistêmica Global, que não faz parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizadas no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, seção “Governança Corporativa”, “Índice de Importância Sistêmica Global”.

Em março de 2017, entrou em vigor o adicional de capital principal de importância sistêmica (ACP^{Sistêmico}), regulamentado pela Circular BACEN 3.768, de 29 de outubro de 2015. O ACP^{Sistêmico} visa a reduzir a probabilidade de insolvência de uma instituição sistemicamente importante no âmbito doméstico (D-SIB, do inglês “Domestic Systemically Important Bank”) e o impacto na estabilidade do sistema financeiro e na economia. O cálculo do ACP^{Sistêmico} associa a importância sistêmica, representada pela exposição total da instituição, ao Produto Interno Bruto (PIB).

Maiores detalhes sobre o ACP^{Sistêmico}, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, seção “Governança Corporativa” / Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3.

O Índice de Alavancagem é definido como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular BACEN 3.748. O objetivo do índice é ser uma medida simples de alavancagem não sensível a risco, logo não leva em consideração fatores de ponderação de risco (FPR) ou mitigações. Conforme instruções dadas pela Carta-Circular BACEN 3.706, desde outubro de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING envia mensalmente ao BACEN o Índice de Alavancagem, porém o requerimento mínimo para Índice de Alavancagem deverá ser exigido em 2018, de acordo com as recomendações de Basileia, sendo definido com base no período de observação do comportamento do Índice desde sua implementação em 2011 até 2017.

Maiores detalhes sobre a composição do Índice de Alavancagem, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, seção “Governança Corporativa” / Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3.

b) Governança do Gerenciamento de Capital

O Conselho de Administração é o principal órgão no gerenciamento de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, responsável por aprovar a política institucional de gerenciamento de capital e as diretrizes acerca do nível de capitalização da instituição. O Conselho também é responsável pela aprovação integral do relatório do ICAAP (Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital), processo que visa a avaliar a adequação do capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

No nível executivo, existem órgãos colegiados responsáveis por aprovar metodologias de avaliação dos riscos e de cálculo de capital, assim como revisar, monitorar e recomendar ao Conselho de Administração documentos e temas relativos a capital.

De forma a prover informações necessárias ao Conselho de Administração, elabora-se relatórios gerenciais que informam a adequação de capital da instituição, bem como as projeções de níveis de capital, em situações normais e de estresse. Há uma estrutura que coordena e consolida informações e processos relacionados, todos sujeitos à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

O documento “Relatório de Acesso Público – Gerenciamento de Capital”, que não faz parte das demonstrações contábeis, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de gerenciamento de capital,

pode ser visualizado no site www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

c) Appetite de risco

Em 2016 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisou sua política de appetite de risco, estabelecida e aprovada pelo Conselho de Administração, que direciona a sua estratégia de negócios. O appetite de risco da instituição é fundamentado na seguinte declaração do Conselho de Administração:

“Somos um banco universal, operando predominantemente na América Latina. Apoiados em nossa cultura de riscos, atuamos com rigoroso padrão ético e de cumprimento regulatório, buscando resultados elevados e crescentes, com baixa volatilidade, mediante o relacionamento duradouro com o cliente, apreçamento correto dos riscos, captação pulverizada de recursos e adequada utilização do capital.”

A partir da declaração, foram definidas cinco dimensões, cada uma delas composta por um conjunto de métricas associadas aos principais riscos envolvidos, combinando formas complementares de mensuração, buscando uma visão abrangente das nossas exposições:

- Dimensão de capitalização: estabelece que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING deve ter capital suficiente para se proteger de uma grave recessão ou de um evento de estresse sem necessidade de adequação da estrutura de capital em circunstâncias desfavoráveis. É monitorada através do acompanhamento dos índices de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em situação normal e em estresse e dos *ratings* de emissão de dívidas da instituição.
- Dimensão de liquidez: estabelece que a liquidez da instituição deverá suportar longos períodos de estresse. É monitorada através do acompanhamento dos indicadores de liquidez.
- Dimensão de composição dos resultados: define que os negócios serão focados principalmente na América Latina, onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING terá uma gama diversificada de clientes e produtos, com baixo apetite por volatilidade de resultados e por risco elevado. Esta dimensão compreende aspectos de negócios e rentabilidade, risco de mercado e crédito. As métricas monitoradas buscam garantir, por meio de limites de concentração de exposição como, por exemplo, setores de indústria, qualidade das contrapartes, países e regiões geográficas e fatores de riscos, adequada composição das nossas carteiras, visando à baixa volatilidade dos resultados e à sustentabilidade dos negócios.
- Dimensão de risco operacional: foca no controle dos eventos de risco operacional que possam impactar negativamente a estratégia de negócio e operação, realizado através do monitoramento dos principais eventos de risco operacional e das perdas incorridas.
- Dimensão de reputação: aborda riscos que possam impactar o valor da marca e da reputação da instituição junto a clientes, funcionários, reguladores, investidores e público geral. O monitoramento dos riscos nesta dimensão é feito através do acompanhamento da satisfação e insatisfação dos clientes, da exposição nas mídias, além da observância da conduta da instituição.

O Conselho de Administração é o responsável pela aprovação das diretrizes e limites do appetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC) e do *Chief Risk Officer* (CRO).

As métricas são monitoradas frequentemente e devem respeitar os limites definidos. O monitoramento é reportado às comissões de riscos e ao Conselho de Administração e orienta a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam dentro dos limites estabelecidos e alinhados à nossa estratégia.

d) Composição do Capital

O PR utilizado para verificar o cumprimento dos limites operacionais impostos pelo BACEN consiste no somatório de três itens, denominados:

- Capital Principal: soma de capital social, reservas e lucros acumulados, menos deduções e ajustes prudenciais.
- Capital Complementar: composto por instrumentos de caráter perpétuo que atendam a requisitos de elegibilidade. Somado ao Capital Principal, compõe o Nível I.
- Nível II: composto por instrumentos de dívida subordinada de vencimento definido que atendam a requisitos de elegibilidade. Somado ao Capital Principal e ao Capital Complementar, compõe o Capital Total.

A tabela abaixo apresenta a composição do PR segregado entre Capital Principal, Capital Complementar e de Nível II, considerando seus respectivos ajustes prudenciais, conforme estabelecido pelas normas vigentes.

Composição do Patrimônio de Referência	30/06/2017	31/12/2016
Patrimônio Líquido Itaú Unibanco Holding S.A. (Consolidado)	118.379	115.590
Participações de Não Controladores	11.746	11.568
Alteração de Participação em Subsidiária em Transação de Capital	2.150	2.777
Patrimônio Líquido Consolidado (BACEN)	132.275	129.935
Ajustes Prudenciais do Capital Principal	(18.459)	(14.527)
Capital Principal	113.816	115.408
Ajustes Prudenciais do Capital Complementar	49	532
Capital Complementar	49	532
Nível I (Capital Principal + Capital Complementar)	113.865	115.940
Instrumentos Elegíveis para Compor o Nível II	19.723	23.488
Ajustes Prudenciais do Nível II	66	49
Nível II	19.789	23.537
Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	133.654	139.477

Os Ajustes Prudenciais mais relevantes para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING são apresentados na tabela a seguir. Juntos, eles correspondem a mais de 90% dos ajustes prudenciais em 30 de Junho de 2017.

Composição dos Ajustes Prudenciais	30/06/2017	31/12/2016
Ágios pagos na aquisição de investimentos	8.744	7.408
Ativos Intangíveis	4.458	3.254
Créditos tributários	5.877	3.678
Excedente de capital principal de não controladores	418	909
Ajuste relativo ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente	(1.575)	(1.254)
Outros	537	532
Total	18.459	14.527

Durante o exercício de 2017, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING recomprou R\$ 1.282 em ações de emissão própria. Essas ações ficam registradas na rubrica “Ações em Tesouraria”, que alcançou R\$ (2.571) em 30 de Junho de 2017. As ações em tesouraria reduzem o Patrimônio Líquido da instituição, causando a redução de sua base de capital.

Nesse período, o valor de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) pagos / provisionados, que afeta a base de capital da instituição, atingiu R\$ 7.947. Os dividendos são deduzidos do Patrimônio Líquido da instituição, reduzindo assim sua base de capital. Já o JCP que é contabilizado como despesa diretamente no resultado, reduz o Lucro Líquido da instituição, reduzindo também, consequentemente, sua base de capital.

Maiores detalhes sobre o requerimento de capital, que não faz parte das demonstrações contábeis, podem ser consultados no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3.

Os fundos obtidos por meio de emissão de títulos de dívida subordinada são considerados capital de Nível II, para os propósitos do índice de capital em relação aos ativos ponderados de risco, e estão descritos abaixo. Conforme legislação vigente, para o cálculo do Patrimônio de Referência de junho de 2017, foi considerado o saldo das dívidas subordinadas de dezembro de 2012, totalizando R\$ 51.134.

Nome do Papel/Moeda	Valor Principal (Moeda Original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Saldo Contábil 30/06/2017
Letra Financeira Subordinada - BRL					
	206	2010	2017	IPCA + 6,95% a 7,2%	354
	1.263	2011	2017	108% a 112% do CDI	1.576
	789			100% do CDI + 1,29% a 1,52%	866
	212			IPCA + 6,15% a 7,8%	455
	118			IGPM + 6,55% a 7,6%	239
	500	2012	2017	100% do CDI + 1,12%	505
	42	2011	2018	IGPM + 7%	62
	30			IPCA + 7,53% a 7,7%	48
	6.373	2012	2018	108% a 113% do CDI	7.312
	461			IPCA + 4,4% a 6,58%	772
	3.782			100% do CDI + 1,01% a 1,32%	3.886
	112			9,95% a 11,95%	183
	2	2011	2019	109% a 109,7% do CDI	4
	1	2012	2019	110% do CDI	2
	12			11,96%	22
	101			IPCA + 4,7% a 6,3%	167
	1	2012	2020	111% do CDI	2
	20			IPCA + 6% a 6,17%	39
	6	2011	2021	109,25% a 110,5% do CDI	12
	2.307	2012	2022	IPCA + 5,15% a 5,83%	4.047
	20			IGPM + 4,63%	27
	16.358			Total	20.580
Euronotes Subordinado - USD					
	990	2010	2020	6,20%	3.308
	1.000	2010	2021	5,75%	3.398
	730	2011	2021	5,75% a 6,20%	2.419
	550	2012	2021	6,20%	1.819
	2.600	2012	2022	5,50% a 5,65%	8.767
	1.851	2012	2023	5,13%	6.143
	7.721			Total	25.854
Total					46.434

e) Ativos Ponderados pelo riscos (RWA)

De acordo com a Resolução CMN 4.193 e alterações posteriores, para fins do cálculo dos requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante de RWA, obtido pela soma das seguintes parcelas:

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{MINT} + RWA_{OPAD}$$

RWA_{CPAD} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo abordagem padronizada;

RWA_{MINT} = parcela relativa ao capital requerido para risco de mercado, composta pelo máximo entre o modelo interno e 90% do modelo padronizado, regulamentada pelas Circulares BACEN nº 3.646 e 3.674;

RWA_{OPAD} = parcela relativa ao capital requerido para o risco operacional, calculada segundo abordagem padronizada.

A tabela a seguir apresenta os valores dos ativos ponderados de risco de crédito (RWA_{CPAD}):

	30/06/2017	31/12/2016
Exposições ao Risco		
Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWA_{CPAD})	642.616	669.284
a) Por Fator de Ponderação de Risco (FPR):		
FPR de 2%	133	105
FPR de 20%	6.963	8.011
FPR de 35%	13.115	12.056
FPR de 50%	43.328	44.251
FPR de 75%	137.415	142.194
FPR de 85%	87.750	82.494
FPR de 100%	301.570	325.890
FPR de 250%	32.718	33.213
FPR de 300%	4.408	7.357
FPR até 1250% ^(*)	3.547	1.608
Derivativos - Variação da qualidade creditícia da contraparte	6.000	6.168
Derivativos - Ganho Potencial Futuro	5.669	5.937
b) Por Tipo:		
Títulos e Valores Mobiliários	43.524	45.741
Operações de Crédito - Varejo	109.075	114.481
Operações de Crédito - Não Varejo	237.794	247.911
Coobrigações - Varejo	186	205
Coobrigações - Não Varejo	44.902	47.108
Compromissos de Crédito - Varejo	28.147	27.504
Compromissos de Crédito - Não Varejo	8.977	10.234
Outras Exposições	170.011	176.100

^(*) Considerando a aplicação do fator "F" requerida pelo artigo 29º da Circular BACEN 3.644.

A composição da parcela de risco de mercado está apresentada na tabela abaixo:

	30/06/2017 ⁽¹⁾	31/12/2016 ⁽¹⁾
Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA_{MPAD})	30.500	26.811
Operações sujeitas à variação de taxas de juros	28.682	24.919
Prefixadas denominadas em real	4.374	4.952
Cupons de moedas estrangeiras	17.707	15.497
Cupom de índices de preços	6.602	4.470
Cupons de taxas de juros	0,00	-
Operações sujeitas à variação do preço de commodities	331	353
Operações sujeitas à variação do preço de ações	273	401
Operações sujeitas ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e à variação cambial	1.213	1.138
Benefício de capital modelos internos	(3.050)	(2.681)
Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA_{MINT})	27.450	24.130
Ativos Ponderados de Risco de Mercado calculados através de metodologia interna	22.630	19.799

⁽¹⁾ Ativos ponderados de risco de mercado calculados a partir de modelos internos.

Em 30 de junho de 2017, o RWA_{MINT} totalizou R\$ 27.450, que corresponde a 90% do RWA_{MPAD} , superior à necessidade de capital apurada através de modelos internos, que totalizou R\$ 22.630.

A seguir, apresenta-se a abertura dos ativos ponderados de risco de operacional (RWA_{OPAD}):

	30/06/2017	31/12/2016
Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWA_{OPAD})	54.417	37.826
Varejo	11.252	10.887
Comercial	24.549	24.166
Finanças Corporativas	2.581	2.789
Negociação e Vendas	4.135	(11.026)
Pagamentos e Liquidações	3.667	3.418
Serviços de Agente Financeiro	3.729	3.471
Administração de Ativos	4.488	4.109
Corretagem de Varejo	15	12

f) Avaliação da Adequação de Capital

Para avaliar sua suficiência de capital, anualmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o fluxo apresentado a seguir:

- Identificação dos riscos aos quais a instituição está exposta e análise de sua materialidade;
- Avaliação da necessidade de capital para os riscos materiais;
- Desenvolvimento de metodologias para quantificação de capital adicional;
- Quantificação de capital e avaliação interna de adequação de capital;
- Plano de Capital e Contingência;
- Envio de relatório de adequação de capital ao BACEN.

Adotando uma postura prospectiva no gerenciamento do seu capital, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING implantou sua estrutura de gerenciamento de capital e seu ICAAP, atendendo, dessa forma, à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 3.988, à Circular BACEN 3.547e à Carta-Circular BACEN 3.774.

Dentro do exercício do ICAAP, destaca-se o teste de estresse. Esse processo permite avaliar o capital através de cenários adversos, aprovados anualmente pelo Conselho de Administração, e tem como objetivo mensurar e verificar se, mesmo em situações adversas severas, a instituição teria níveis adequados de capital, não gerando restrições ao desenvolvimento de suas atividades.

O resultado do último ICAAP – realizado para data-base Dezembro de 2016 - apontou que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe, além de capital para fazer face a todos os riscos materiais, de significativa folga de capital, garantindo assim a solidez patrimonial da instituição.

g) Suficiência de Capital

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio do processo de ICAAP, avalia a suficiência de capital para fazer frente aos seus riscos, representados pelo capital regulatório de risco de crédito, mercado e operacional e pelo capital necessário para cobertura dos demais riscos.

Visando a garantir a solidez do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de PR foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelos índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia.

Composição do Patrimônio de Referência (PR)	30/06/2017	31/12/2016
Nível I	113.865	115.940
Capital Principal	113.816	115.408
Capital Complementar	49	532
Nível II	19.789	23.537
Exclusões	-	-
Patrimônio de Referência	133.654	139.477
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	67.015	72.210
Folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	66.639	67.267
Valor Requerido de Adicional de Capital Principal (ACP_{Requerido})	10.867	4.570
Montante do PR apurado para cobertura do risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN)	2.366	2.264

A tabela a seguir apresenta os valores do Índice de Basileia e de Imobilização:

	30/06/2017	31/12/2016
Índice de Basileia	18,4%	19,1%
Nível I	15,7%	15,9%
Capital Principal	15,7%	15,8%
Capital Complementar	0,0%	0,1%
Nível II	2,7%	3,2%
Índice de Imobilização	24,0%	25,4%
Folga de Imobilização	34.773	34.298

Considerando a base de capital em 30 de junho de 2017, caso fossem aplicadas de forma imediata e integral as regras de Basileia III estabelecidas pelo BACEN, o índice de capital principal seria de 14,5% (14,0% em 31/12/2016, incluindo pagamento de JCP Adicional ocorrido em março/2017) considerando a incorporação do Citibank e XP Investimentos e o consumo do crédito tributário.

h) Teste de estresse

O teste de estresse realizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem por objetivo avaliar a solvência da instituição em eventos hipotéticos, porém plausíveis, de crise sistêmica, bem como identificar áreas mais suscetíveis ao impacto do estresse que possam ser objeto de mitigação de risco. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui, desde 2010, um processo de simulação de condições econômicas e de mercado extremas nos resultados e capital da instituição.

Para a realização do teste, a estimação das variáveis macroeconômicas para cada cenário de estresse é realizada pela área de pesquisa econômica. Os cenários são definidos levando em conta sua relevância para o resultado do banco, assim como sua probabilidade de ocorrência, e são submetidos anualmente à aprovação do Conselho de Administração.

As projeções das variáveis macroeconômicas (como por exemplo, PIB, taxa básica de juros e inflação) e do mercado de crédito (como captações, concessões, taxas de inadimplência, *spread* e tarifas) destes cenários são geradas a partir de choques exógenos ou através de modelos validados por uma área independente.

As projeções calculadas sensibilizam o resultado e o balanço orçados, e consequentemente afetam os ativos ponderados ao risco e os índices de capital e de liquidez.

Essas informações permitem a identificação de potenciais fatores de risco nos negócios, subsidiando decisões estratégicas do Conselho de Administração, o processo orçamentário e o processo de gerenciamento de riscos, além de servirem de insumo para métricas de apetite de risco.

Nota 34 – Informações por Segmento

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma instituição bancária que oferece a seus clientes uma diversificada gama de produtos e serviços financeiros.

Os atuais segmentos de negócio do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os descritos abaixo:

- **Banco de Varejo**

O resultado do segmento Banco de Varejo decorre da oferta de produtos e serviços bancários a uma base diversificada de clientes correntistas e não correntistas, pessoas físicas e jurídicas. O segmento engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda (Itaú Uniclass e Personnalité) e o segmento empresas (micro e pequenas empresas). Este segmento inclui os financiamentos e a oferta de crédito realizados fora da rede de agências, a oferta de cartões de crédito, além das operações do Itaú Consignado.

- **Banco de Atacado**

O resultado do segmento Banco de Atacado decorre dos produtos e serviços oferecidos às médias empresas, aos clientes com elevado patrimônio financeiro (Private Bank), das atividades das unidades da América Latina e das atividades do Itaú BBA, unidade responsável pelas operações comerciais com grandes empresas e pela atuação como Banco de Investimento.

- **Atividades com Mercado + Corporação**

Este segmento apresenta o resultado decorrente do excesso de capital, do excesso de dívida subordinada e do carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários. Evidencia, ainda, a margem financeira com o mercado, o custo da operação da Tesouraria, o resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão associadas a cada um dos segmentos e à participação na Porto Seguro.

Base de Apresentação das Informações por Segmento

As informações por segmento foram elaboradas com base em relatórios usados pela alta administração (Comitê Executivo) para avaliar o desempenho dos segmentos e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimento e demais propósitos.

A alta administração (Comitê Executivo) do ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza uma variedade de informações para fins gerenciais, inclusive informações financeiras e não financeiras que se valem de bases diversas daquelas informações preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil. O principal indicador utilizado para acompanhamento de performance dos negócios é o Lucro Líquido Recorrente bem como o Retorno sobre o Capital Econômico alocado para cada segmento do negócio.

As informações por segmento foram preparadas segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil e sofreram as modificações e ajustes descritos abaixo:

- **Capital Alocado e Alíquota de Imposto de Renda**

A partir da demonstração de resultado gerencial, a preparação da informação por segmento considera a aplicação dos seguintes critérios:

Capital Alocado: Os impactos associados à alocação de capital estão considerados nas informações financeiras. Para tanto, foram feitos ajustes nas demonstrações contábeis, tendo como base um modelo proprietário. Foi adotado o modelo de Capital Econômico Alocado (CEA) para as demonstrações contábeis por segmento e a partir de 2015, alteramos a metodologia de cálculo. O CEA considera, além do capital alocado nível I os efeitos do cálculo da perda esperada de créditos, complementar ao exigido pelo Banco Central do Brasil pela Circular nº 2.682/99 do CMN. Dessa forma, o Capital Alocado incorpora os seguintes componentes: risco de crédito (incluindo perda esperada), risco operacional, risco de mercado e risco de subscrição de seguros. Com base na parcela de capital alocado nível I, determinamos o Retorno sobre o Capital Econômico Alocado, que corresponde a um indicador de performance operacional consistentemente ajustado ao capital necessário para dar suporte ao risco das posições patrimoniais assumidas, em conformidade com o apetite de risco da instituição.

Alíquota de Imposto de Renda: É considerada a alíquota total do imposto de renda, líquida do impacto fiscal do pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP), para os segmentos Banco de Varejo, Banco de Atacado e Atividades com Mercado. A diferença entre o valor do imposto de renda calculado por segmento e o valor do imposto de renda efetivo, indicado na demonstração contábil consolidada, é alocada na coluna Atividades com Mercado + Corporação.

- **Reclassificações e Aplicações de Critérios Gerenciais**

A demonstração de resultado gerencial foi utilizada para a preparação da informação por segmento. Essa demonstração foi obtida tendo como base a demonstração de resultado contábil ajustada pelo impacto dos eventos não recorrentes e reclassificações gerenciais no resultado.

Abaixo são descritas as principais reclassificações entre o resultado contábil e o gerencial:

Produto Bancário: O produto bancário considera em cada operação o custo de oportunidade. As demonstrações contábeis foram ajustadas para que o patrimônio líquido contábil fosse substituído por *funding* a preços de mercado. Posteriormente, as demonstrações contábeis foram ajustadas para incorporar as receitas vinculadas ao capital alocado a cada segmento. O custo das dívidas subordinadas e a respectiva remuneração a preços de mercado foram proporcionalmente alocados aos segmentos, de acordo com o capital econômico alocado.

Efeitos Fiscais do Hedge: Foram ajustados os efeitos fiscais do *hedge* dos investimentos no exterior – originalmente contabilizados nas linhas de despesas tributárias (PIS e COFINS) e de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – que são reclassificados para a margem. A estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior tem por objetivo não permitir efeitos decorrentes de variação cambial no resultado. Para que seja alcançada essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por meio da utilização de instrumentos financeiros derivativos. A estratégia de *hedge* dos investimentos no exterior também considera o impacto de todos os efeitos fiscais incidentes.

Seguros: As receitas e despesas do negócio de seguros foram concentradas no Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização. As principais reclassificações de receitas referem-se às margens financeiras obtidas com as reservas técnicas de seguros, previdência e capitalização além da receita de administração de recursos de previdência.

Demais Reclassificações: As Outras Receitas, Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas, Resultado não Operacional, Participação no Lucro de administradores e as despesas do programa de recompensa de cartão de crédito foram reclassificados para as linhas que representam a forma como a instituição gere seus negócios, permitindo maior compreensão na análise de desempenho. Dessa forma, por exemplo, o resultado de equivalência patrimonial do investimento no Banco CSF S.A. (“Banco Carrefour”) foi reclassificado para a linha de margem financeira.

Na coluna de ajustes são apresentados os efeitos das diferenças existentes entre as políticas contábeis utilizadas na apresentação de informações por segmentos - que estão basicamente de acordo com as práticas contábeis adotadas por instituições financeiras no Brasil, salvo os ajustes descritos acima - e os princípios aplicados na preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS. Os principais ajustes são:

- Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, que no IFRS (IAS 39) devem ser constituídas quando constatada evidência objetiva de que operações de crédito estejam em situação de perda por redução do seu valor recuperável (Perda Incorrida) e nas normas adotadas no Brasil é utilizado o conceito de Perda Esperada;
- Ações e cotas classificadas como investimento permanente foram mensuradas a valor justo no IFRS (IAS 39 e 32) e seus ganhos e perdas registradas diretamente no Patrimônio Líquido, não transitando pelo resultado do período;
- Taxa efetiva de juros, os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros, apropriando as receitas e os custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, emissão ou alienação pelo prazo da operação nas normas adotadas no Brasil o reconhecimento das despesas e das receitas de tarifa ocorre no momento da contratação destas operações.
- Combinação de Negócios é contabilizada pelo método da compra no IFRS (IFRS 3), no qual o preço de compra é alocado entre os ativos e passivos da empresa adquirida e o montante, se houver, não passível de alocação é reconhecido como ágio, não sendo amortizado, mas sujeito a teste de *impairment*.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/04 a 30 de Junho de 2017
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	17.217	7.309	2.679	27.205	(688)	26.517
Margem Financeira ⁽¹⁾	9.684	5.065	2.636	17.385	(902)	16.483
Receita de Prestação de Serviços	5.870	2.159	8	8.037	402	8.439
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	1.663	85	35	1.783	(496)	1.287
Outras Receitas	-	-	-	-	308	308
Custo do Crédito e Sinistros	(3.478)	(1.255)	(1)	(4.734)	335	(4.399)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.732)	(1.215)	(1)	(4.948)	(243)	(5.191)
Impairment	-	(105)	-	(105)	105	-
Descontos Concedidos	(200)	(54)	-	(254)	254	-
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	703	131	-	834	219	1.053
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(249)	(12)	-	(261)	-	(261)
Margem Operacional	13.739	6.054	2.678	22.471	(353)	22.118
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(9.342)	(3.516)	(360)	(13.218)	(1.121)	(14.339)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(8.264)	(3.206)	(142)	(11.612)	(1.302)	(12.914)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(1.078)	(310)	(218)	(1.606)	54	(1.552)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	127	127
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	4.397	2.538	2.318	9.253	(1.474)	7.779
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.599)	(729)	(565)	(2.893)	1.906	(987)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(44)	(142)	(5)	(191)	(232)	(423)
Lucro Líquido	2.754	1.667	1.748	6.169	200	6.369

⁽¹⁾ Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 17.046, receita de dividendos R\$ 170, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ (407) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ (326).

⁽²⁾ Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 394, de amortização de R\$ 348 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 74.

Ativo Total (1) - 30/06/2017	924.754	587.817	112.208	1.448.335	(87.113)	1.361.222
Passivo Total - 30/06/2017	890.523	521.680	82.393	1.318.152	(95.422)	1.222.730

⁽¹⁾ Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.150	-	3.349	4.499	530	5.029
Ágio	1.296	6.159	-	7.455	2.379	9.834
Imobilizado, Líquido	5.326	1.187	-	6.513	1.111	7.624
Intangível, Líquido	6.256	1.081	-	7.337	(36)	7.301

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/04 a 30 de junho de 2016
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	17.620	7.988	1.840	27.448	4.224	31.672
Margem Financeira ⁽¹⁾	9.994	5.741	1.823	17.558	4.247	21.805
Receita de Prestação de Serviços	5.653	2.151	12	7.816	231	8.047
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	1.973	96	5	2.074	(628)	1.446
Outras Receitas	-	-	-	-	374	374
Custo do Crédito e Sinistros	(4.113)	(2.559)	(15)	(6.687)	2.100	(4.587)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.380)	(1.942)	(15)	(6.337)	1.130	(5.207)
Impairment	-	(540)	-	(540)	540	-
Descontos Concedidos	(218)	(212)	-	(430)	430	-
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	824	148	-	972	1	973
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(339)	(13)	-	(352)	(1)	(353)
Margem Operacional	13.507	5.429	1.825	20.761	6.324	27.085
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(9.132)	(3.471)	(489)	(13.092)	(1.704)	(14.796)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(8.055)	(3.103)	(418)	(11.576)	(1.097)	(12.673)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(1.077)	(368)	(71)	(1.516)	(740)	(2.256)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	133	133
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	4.375	1.958	1.336	7.669	4.620	12.289
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.540)	(338)	(22)	(1.899)	(4.068)	(5.967)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(63)	(126)	(6)	(195)	(128)	(323)
Lucro Líquido	2.772	1.494	1.308	5.575	424	5.999

⁽¹⁾ Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 16.500, receita de dividendos R\$ 106, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ 3.173 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 2.026.

⁽²⁾ Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 462, de amortização de R\$ 319 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 203.

Ativo Total (1) - 31/12/2016	909.779	585.088	116.401	1.427.084	(73.843)	1.353.241
Passivo Total - 31/12/2016	877.792	525.390	80.810	1.299.869	(81.442)	1.218.427

⁽¹⁾ Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.325	-	3.106	4.431	642	5.073
Âgio	1.398	6.171	-	7.569	2.106	9.675
Imobilizado, Líquido	5.635	1.177	-	6.812	1.230	8.042
Intangível, Líquido	6.559	1.105	-	7.664	(283)	7.381

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 30/06/2017
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	34.705	14.534	5.232	54.471	1.559	56.030
Margem Financeira ⁽¹⁾	19.529	10.110	5.161	34.800	1.103	35.903
Receita de Prestação de Serviços	11.616	4.245	20	15.881	830	16.711
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	3.560	179	51	3.790	(1.094)	2.696
Outras Receitas	-	-	-	-	720	720
Custo do Crédito e Sinistros	(6.853)	(3.483)	(1)	(10.337)	70	(10.267)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7.281)	(3.058)	(1)	(10.340)	(1.247)	(11.587)
Impairment	-	(550)	-	(550)	550	-
Descontos Concedidos	(409)	(138)	-	(547)	547	-
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.393	289	-	1.682	220	1.902
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(556)	(26)	-	(582)	-	(582)
Margem Operacional	27.852	11.051	5.231	44.134	1.629	45.763
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(18.144)	(6.988)	(780)	(25.912)	(2.667)	(28.579)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(15.982)	(6.359)	(361)	(22.702)	(2.711)	(25.413)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(2.162)	(629)	(419)	(3.210)	(231)	(3.441)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	275	275
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	9.708	4.063	4.451	18.222	(1.038)	17.184
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.577)	(1.074)	(1.008)	(5.659)	1.145	(4.514)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(95)	(114)	(9)	(218)	(82)	(300)
Lucro Líquido	6.036	2.875	3.434	12.345	25	12.370

⁽¹⁾ Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 33.139, receita de dividendos R\$ 175, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ 2.363 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 226.

⁽²⁾ Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 784, de amortização de R\$ 704 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 178.

Ativo Total (1) - 30/06/2017	924.754	587.817	112.208	1.448.335	(87.113)	1.361.222
Passivo Total - 30/06/2017	890.523	521.680	82.393	1.318.152	(95.422)	1.222.730

⁽¹⁾ Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.150	-	3.349	4.499	530	5.029
Ágio	1.296	6.159	-	7.455	2.379	9.834
Imobilizado, Líquido	5.326	1.187	-	6.513	1.111	7.624
Intangível, Líquido	6.256	1.081	-	7.337	(36)	7.301

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 30 de Junho de 2016
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	34.918	14.825	3.811	53.554	7.926	61.480
Margem Financeira ⁽¹⁾	19.865	10.703	3.786	34.354	8.003	42.357
Receita de Prestação de Serviços	11.075	3.895	15	14.985	502	15.487
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	3.978	227	10	4.215	(1.205)	3.010
Outras Receitas	-	-	-	-	626	626
Custo do Crédito e Sinistros	(8.349)	(5.448)	75	(13.722)	3.279	(10.443)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.793)	(4.851)	75	(13.569)	2.069	(11.500)
Impairment	-	(540)	-	(540)	540	-
Descontos Concedidos	(442)	(226)	-	(668)	668	-
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.604	197	-	1.801	3	1.804
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(718)	(28)	-	(746)	(1)	(747)
Margem Operacional	26.569	9.377	3.886	39.832	11.205	51.037
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(17.785)	(6.234)	(1.001)	(25.018)	(3.055)	(28.073)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(15.643)	(5.562)	(783)	(21.987)	(2.073)	(24.060)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(2.142)	(672)	(218)	(3.031)	(1.241)	(4.272)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	259	259
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	8.784	3.143	2.885	14.814	8.150	22.964
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.119)	(481)	(144)	(3.745)	(7.199)	(10.944)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(120)	(126)	(12)	(259)	(51)	(310)
Lucro Líquido	5.545	2.536	2.729	10.810	900	11.710

⁽¹⁾ Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 32.521, receita de dividendos R\$ 116, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ 6.185 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 3.535.

⁽²⁾ Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 889, de amortização de R\$ 562 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 413.

Ativo Total ⁽¹⁾ - 31/12/2016	909.779	585.088	116.401	1.427.084	(73.843)	1.353.241
Passivo Total - 31/12/2016	877.792	525.390	80.810	1.299.869	(81.442)	1.218.427

⁽¹⁾ Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.325	-	3.106	4.431	642	5.073
Ágio	1.398	6.171	-	7.569	2.106	9.675
Imobilizado, Líquido	5.635	1.177	-	6.812	1.230	8.042
Intangível, Líquido	6.559	1.105	-	7.664	(283)	7.381

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

Abaixo seguem informações do resultado dos principais serviços e produtos e dos ativos não correntes por área geográfica:

	01/01 a 30/06/2017			01/01 a 30/06/2016		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira ^{(1) (2)}	69.905	9.645	79.550	77.791	9.959	87.750
Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	2.635	61	2.696	2.943	67	3.010
Receita de Prestação de Serviços	15.217	1.494	16.711	14.067	1.420	15.487
Ativos não Correntes ⁽³⁾	12.214	2.711	14.925	13.299	2.124	15.423

(1) Inclui Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos e Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

(2) O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem clientes que representem 10% ou mais das receitas.

(3) Os valores comparativos referem-se à 31/12/2016.

Nota 35 – Partes Relacionadas

- a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação (Nota 2.4a) foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- O Itaú Unibanco Participações S.A. (IUPAR), Companhia E. Johnston de Participações S.A. (Acionista da IUPAR) e a ITAÚSA, acionistas diretos e indiretos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- As controladas e coligadas não financeiras da ITAÚSA, destacando-se: Itautec S.A., Duratex S.A., Elekeiroz S.A., ITH Zux Cayman Company Ltd, Itaúsa Empreendimentos S.A. e OKI Brasil Indústria e Comércio de Produtos de Tecnologia e Automação S.A.;
- A Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar e o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, entidades fechadas de previdência complementar que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e/ou por suas controladas;
- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, Instituto Assistencial Pedro Di Perna, Instituto Unibanco de Cinema, Associação Itaú Viver Mais e a Associação Cubo Coworking Itaú, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse; e
- Os investimentos na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e BSF Holding S.A.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO							
		Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)			
	Taxa Anual	30/06/2017	31/12/2016	01/04 a 30/06/2017	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Captações no Mercado Aberto							
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.		(62)	(77)	(1)	(7)	(3)	(12)
Duratex S.A.		(12)	-	-	-	-	-
	97,5% a 100%	(22)	(18)	-	(1)	(1)	(2)
	do CDI						
Elekeiroz S.A.	97,5% do CDI	(3)	(3)	-	(1)	-	(1)
Itautec S.A.		-	(1)	-	(1)	-	(3)
Itaúsa Empreendimentos S.A.		-	-	-	(4)	-	(4)
Olimpia Promoção e Serviços S.A.	100% Selic	(11)	(14)	(1)	(1)	(1)	(1)
Conectar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.		-	(24)	(1)	-	(1)	-
Outras	50% do CDI / 100% da Selic	(14)	(17)	1	1	-	(1)
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas / Receitas (Despesas) Prestação de Serviços		(118)	(129)	(37)	9	(67)	14
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.		-	-	1	-	2	-
Itaúsa Empreendimentos S.A.		-	-	-	1	-	1
Olimpia Promoção e Serviços S.A.		(2)	(2)	(7)	(7)	(12)	(13)
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar		(116)	(127)	11	11	23	21
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	1	3	3	3
OKI Brasil Indústria e Comércio de Produtos de Tecnologia e Automação S.A.		-	-	(44)	-	(85)	-
Outras		-	-	1	1	2	2
Receitas (Despesas) com Aluguéis		-	-	(14)	(15)	(30)	(29)
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.		-	-	(1)	(1)	(2)	(1)
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar		-	-	(12)	(11)	(24)	(22)
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	(3)	(3)	(6)	(6)
Outras		-	-	2	-	2	-
Despesas com Doações		-	-	(21)	(28)	(59)	(50)
Instituto Itaú Cultural		-	-	(20)	(23)	(48)	(45)
Associação Cubo Coworking Itaú		-	-	-	(5)	(10)	(5)
Associação Itaú Viver Mais		-	-	(1)	-	(1)	-

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

- a) quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a Instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;
- b) qualquer entidade controlada pela Instituição; ou
- c) qualquer entidade da qual o banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos Administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são compostos conforme segue:

	01/04 a 30/06/2017	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Remuneração	97	100	210	173
Conselho de Administração	15	9	20	20
Administradores	82	91	190	153
Participações no Lucro	59	59	98	99
Conselho de Administração	-	-	1	1
Administradores	59	59	97	98
Contribuições aos Planos de Aposentadoria - Administradores	1	2	6	6
Plano de Pagamento em Ações - Administradores	36	51	91	147
Total	193	212	405	425

Risco de Crédito

1. Mensuração do Risco de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

Há uma estrutura de gestão e controle do risco de crédito, centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar o risco de crédito inerente a todos os produtos, as concentrações de carteira e os impactos de mudanças potenciais no ambiente econômico.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece sua política de crédito baseando-se em critérios internos como classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e capital econômico alocado, entre outros, considerando também fatores externos, como taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação, variação do consumo, entre outros.

O monitoramento contínuo do grau de concentração das carteiras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, avaliando os setores de atividade econômica e maiores devedores, possibilita a tomada de medidas preventivas, de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados.

A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos de todos os segmentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (baixo, médio, alto e *impairment*) e a probabilidade de inadimplência associada a cada um desses níveis, e os níveis de risco atribuídos pelos respectivos modelos de mercado.

Classificação Interna		Classificação Externa		
	PD	Moody's	S&P	Fitch
Baixo	Menor ou igual a 4,44%	Aaa até B2	AAA até B	AAA até B-
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%	B3 até Caa3	B- até CCC-	CCC+ até CCC-
Alto	Maior que 25,95%	Ca1 até D	CC+ até D	CC+ até D
Impairment	Operações <i>Corporate</i> com PD maior que 31,84%			
	Operações em Atraso >90 dias	Ca1 até D	CC+ até D	CC+ até D
	Operações Renegociadas com atraso superior a 60 dias			

Para pessoas físicas, pequenas e médias empresas, a classificação de crédito é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* (nos estágios iniciais da relação com o cliente) e *behaviour score* (usado para os clientes com os quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING já tem uma relação).

Para grandes empresas, a classificação baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, sua capacidade de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas.

Atendendo a Resolução CMN 3.721, o documento “Relatório de Acesso Público – Risco de Crédito”, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de crédito, pode ser visualizado no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

2. Gerenciamento de Risco de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, pode ser adotada uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

3. Garantias e Política de Mitigação do Risco de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações sujeitas a risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação.

Para que as garantias sejam consideradas como instrumentos mitigadores do risco de crédito, é necessário que cumpram as exigências e as determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas, e que sejam juridicamente exercíveis (eficazes), exequíveis e regularmente avaliadas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza ainda derivativos de crédito para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como *spreads* de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

4. Política de Provisionamento

A política de provisionamento adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo da Basileia. Desse modo, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se como *impairment* os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações *corporate* com classificação interna inferior a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

5. Exposição ao Risco de Crédito

	30/06/2017			31/12/2016		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.511	22.204	28.715	6.044	16.648	22.692
Aplicações no Mercado Aberto	260.225	1.218	261.443	264.080	971	265.051
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	212.784	10.427	223.211	193.903	10.745	204.648
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	1.410	1.410	-	1.191	1.191
Derivativos	9.889	9.416	19.305	13.593	10.638	24.231
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	58.543	30.632	89.175	53.529	34.748	88.277
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	26.849	12.243	39.092	27.436	13.059	40.495
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	294.999	157.210	452.209	305.394	158.000	463.394
Outros Ativos Financeiros	46.663	6.003	52.666	47.914	6.003	53.917
Off Balance	263.174	38.938	302.112	259.854	39.973	299.827
Garantias Financeiras Prestadas	63.024	9.451	72.475	62.172	8.621	70.793
Cartas de Crédito a Liberar	7.297	-	7.297	6.660	-	6.660
Compromissos a Liberar	192.853	29.487	222.340	191.022	31.352	222.374
Crédito Imobiliário	3.300	-	3.300	4.389	-	4.389
Cheque Especial	87.000	-	87.000	87.239	-	87.239
Cartão de Crédito	99.674	1.274	100.948	96.497	1.273	97.770
Outros Limites Pré-Aprovados	2.879	28.213	31.092	2.897	30.079	32.976
Total	1.179.637	289.701	1.469.338	1.171.747	291.976	1.463.723

A tabela apresenta a exposição máxima em 30/06/2017 e 31/12/2016, sem considerar qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Para os ativos registrados no Balanço Patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise somente inclui os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Eles excluem ativos não financeiros.

Os valores contratuais de Garantias Financeiras Prestadas e de cartas de crédito representam o potencial máximo de risco de crédito caso a contraparte não cumpra com os termos do contrato. A grande maioria dos compromissos a liberar (crédito imobiliário, conta garantida e outros limites pré-aprovados) vence sem ser sacado, já que a sua renovação é mensal e temos poder de efetuar o cancelamento a qualquer momento. Conseqüentemente, o valor contratual não representa nossa real exposição futura ao risco de crédito e nem a necessidade de liquidez proveniente desses compromissos.

Como descrito no quadro anterior, a exposição mais significativa é derivada de Operações de Crédito, Ativos Mantidos para Negociação, Aplicações no Mercado Aberto, além de Garantias Financeiras Prestadas e Outros compromissos assumidos.

A qualidade dos ativos financeiros descritos na exposição máxima resultam em:

- 88,9% das Operações de Crédito e demais ativos financeiros (Quadros 6.1 e 6.1.2) são categorizados como baixa probabilidade de inadimplência de acordo com a classificação interna.
- somente 3,9% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são representados por créditos vencidos sem evento de perda.
- 6,5% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são créditos vencidos com eventos de perda.

5.1) Exposição Máxima dos Ativos Financeiros Segregados por Setor de Atividade

a) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

	30/06/2017	%	31/12/2016	%
Setor Público	1.970	0,4	3.051	0,6
Indústria e Comércio	106.908	22,3	112.067	22,8
Serviços	115.606	24,1	118.102	24,1
Setor Primário	24.454	5,1	24.362	5,0
Outros Setores	2.176	0,5	2.839	0,6
Pessoa Física	228.756	47,6	229.945	46,9
Total	479.870	100,0	490.366	100,0

b) Demais Ativos Financeiros (*)

	30/06/2017	%	31/12/2016	%
Setor Primário	2.449	0,4	2.466	0,4
Setor Público	272.216	41,1	249.745	38,7
Indústria e Comércio	8.757	1,3	10.435	1,6
Serviços	83.487	12,6	2.741	0,4
Outros Setores	4.870	0,7	93.165	14,4
Pessoa Física	414	0,1	290	0,0
Financeiras	290.158	43,8	287.743	44,5
Total	662.351	100,0	646.585	100,0

(*) Inclui Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Derivativos, Ativos Designados a Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto.

c) Os riscos de créditos dos *Off Balance* (Garantias Financeiras Prestadas, Cartas de Crédito e Compromissos a Liberar) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.

6. Qualidade de Crédito dos Ativos Financeiros

6.1 A tabela abaixo apresenta a segregação de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, considerando: créditos ainda não vencidos e créditos vencidos com ou sem evento de perda:

Classificação Interna	30/06/2017				31/12/2016			
	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
Baixo	353.752	4.638	-	358.390	363.954	5.543	-	369.497
Médio	63.539	7.088	-	70.627	62.883	6.904	-	69.787
Alto	12.762	7.082	-	19.844	13.767	6.998	-	20.765
<i>Impairment</i>	-	-	31.009	31.009	-	-	30.317	30.317
Total	430.053	18.808	31.009	479.870	440.604	19.445	30.317	490.366
%	89,6%	3,9%	6,5%	100,0%	89,8%	4,0%	6,2%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por portfólio de área e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	30/06/2017					31/12/2016				
	Baixo	Médio	Alto	<i>Impairment</i>	Total	Baixo	Médio	Alto	<i>Impairment</i>	Total
Pessoas Físicas	120.377	38.084	10.756	9.810	179.027	122.112	38.910	11.362	10.763	183.147
Cartão de Crédito	41.420	10.021	1.709	3.226	56.376	42.432	11.212	1.866	3.512	59.022
Crédito Pessoal	6.642	6.545	7.918	4.267	25.372	6.414	6.298	8.264	4.837	25.813
Crédito Consignado	26.718	16.183	538	1.344	44.783	26.624	15.972	609	1.431	44.636
Veículos	10.405	2.665	527	537	14.134	11.378	2.911	554	591	15.434
Crédito Imobiliário	35.192	2.670	64	436	38.362	35.264	2.517	69	392	38.242
Grandes Empresas	95.210	3.407	6	16.103	114.726	102.162	5.447	7	14.138	121.754
Micros/Pequenas e Médias Empresas	39.946	9.865	4.302	3.111	57.224	40.534	10.084	4.671	3.646	58.935
Unidades Externas América Latina	102.857	19.271	4.780	1.985	128.893	104.689	15.346	4.725	1.770	126.530
Total	358.390	70.627	19.844	31.009	479.870	369.497	69.787	20.765	30.317	490.366
%	74,7%	14,7%	4,1%	6,5%	100,0%	75,4%	14,2%	4,2%	6,2%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação das operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro não Vencidos e Sem Evento de Perda, por portfólio de área e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	30/06/2017				31/12/2016			
	Baixo	Médio	Alto	Total	Baixo	Médio	Alto	Total
I - Operações Avaliadas Individualmente								
Grandes Empresas	94.873	3.303	1	98.177	101.612	5.076	7	106.695
II - Operações Avaliadas Coletivamente								
Pessoas Físicas	118.864	33.967	6.771	159.602	120.221	34.851	7.155	162.227
Cartão de Crédito	41.078	9.262	922	51.262	42.158	10.445	1.083	53.686
Crédito Pessoal	6.561	6.104	5.359	18.024	6.317	5.864	5.538	17.719
Crédito Consignado	26.438	15.771	410	42.619	26.383	15.606	447	42.436
Veículos	10.023	1.804	61	11.888	10.821	1.947	68	12.836
Crédito Imobiliário	34.764	1.026	19	35.809	34.542	989	19	35.550
Micro/Pequenas e Médias Empresas	39.608	8.895	3.026	51.529	39.983	9.011	3.235	52.229
Unidades Externas América Latina	100.407	17.374	2.964	120.745	102.138	13.945	3.370	119.453
Total	353.752	63.539	12.762	430.053	363.954	62.883	13.767	440.604

6.1.1 As Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por portfólio de área e por classes, estão assim classificadas pelo seu vencimento (Créditos Vencidos sem Evento de Perda):

	30/06/2017				31/12/2016			
	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total
Pessoas Físicas	5.250	2.808	1.557	9.615	5.976	2.772	1.410	10.158
Cartão de Crédito	896	466	525	1.887	937	442	446	1.825
Crédito Pessoal	1.713	987	380	3.080	1.850	993	414	3.257
Crédito Consignado	456	184	180	820	439	168	161	768
Veículos	1.119	422	168	1.709	1.382	448	177	2.007
Crédito Imobiliário	1.066	749	304	2.119	1.368	721	212	2.301
Grandes Empresas	265	71	111	447	790	72	58	920
Micros/Pequenas e Médias Empresas	1.541	753	290	2.584	1.928	816	316	3.060
Unidades Externas América Latina	4.722	976	464	6.162	3.965	899	443	5.307
Total	11.778	4.608	2.422	18.808	12.659	4.559	2.227	19.445

6.1.2 O quadro abaixo apresenta a carteira dos demais ativos financeiros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

30/06/2017							
Classificação Interna	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	290.158	223.196	1.410	18.944	85.615	37.329	656.652
Médio	-	5	-	79	254	-	338
Alto	-	10	-	282	1.203	-	1.495
Impairment	-	-	-	-	2.103	1.763	3.866
Total	290.158	223.211	1.410	19.305	89.175	39.092	662.351
%	43,8	33,7	0,2	2,9	13,5	5,9	100,0

31/12/2016							
Classificação Interna	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	287.743	204.621	1.191	23.943	83.974	39.008	640.480
Médio	-	19	-	87	980	294	1.380
Alto	-	8	-	201	1.227	-	1.436
Impairment	-	-	-	-	2.096	1.193	3.289
Total	287.743	204.648	1.191	24.231	88.277	40.495	646.585
%	44,4	31,7	0,2	3,7	13,7	6,3	100,0

6.1.3 Garantias de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

Efeito financeiro da garantia	30/06/2017				31/12/2016			
	(I) Ativos com Excesso de Garantia		(II) Ativos com Insuficiência de Garantia		(I) Ativos com Excesso de Garantia		(II) Ativos com Insuficiência de Garantia	
	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia
Pessoas Físicas	52.357	129.881	961	871	51.587	128.555	790	743
Crédito Pessoal	580	1.676	679	647	443	1.297	682	652
Veículos	13.606	34.656	245	213	13.039	35.995	107	90
Crédito Imobiliário	38.171	93.549	37	11	38.105	91.263	1	1
Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas	120.410	350.028	9.107	5.412	122.353	368.937	12.324	6.729
Unidades Externas América Latina	98.153	161.077	10.251	3.773	97.374	155.923	9.420	4.803
Total	270.920	640.986	20.319	10.056	271.314	653.415	22.534	12.275

A diferença entre o total da carteira de crédito e a carteira de crédito com garantia é gerada por empréstimos não garantidos R\$ 188.631 (R\$196.518 em 31/12/2016).

ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito, gerenciando suas garantias de modo que elas sejam sempre suficientes, legalmente executáveis (efetivas) e viáveis, sendo revisadas regularmente. Assim, a garantia é utilizada para maximizar o potencial de recuperação de crédito em caso de inadimplemento, e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

Pessoas Físicas

Crédito Pessoal - Esta categoria de produtos de crédito geralmente requer garantias, com foco em garantias financeiras prestadas.

Veículos - Neste tipo de operação, os ativos dos clientes funcionam como garantia, assim como os ativos arrendados nas operações de arrendamento.

Crédito Imobiliário - Os próprios imóveis são dados em garantia.

Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

Unidades Externas América Latina - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

7. Bens Retomados

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos como ativo quando da efetiva posse.

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

Os saldos apresentados abaixo representam o total de bens retomados no período:

	01/04 a 30/06/2017	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Imóveis Não de Uso	20	11	93	11
Imóveis Habitacionais - Crédito Imobiliário	54	112	107	250
Veículos - Vinculado a Operações de Crédito	1	4	2	8
Outros (Veículos / Móveis / Equipamentos) - Dação	19	95	126	99
Total	94	222	328	368

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), entre outros índices baseados nestes fatores de risco.

A gestão de risco de mercado é o processo pelo qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora e controla os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devidas aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, alertas, modelos e ferramentas de gestão adequados.

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING encontra-se em linha com os princípios da Resolução CMN nº 3.464 de 26 de Junho de 2007 e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as suas unidades de negócio e suas entidades organizacionais.

O documento “Relatório de Acesso Público – Risco de Mercado” que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.italu.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

A estratégia de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Perfil da carteira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

O processo de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ocorre dentro da governança e hierarquia de órgãos colegiados e de uma estrutura de limites e alertas aprovada especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado (como risco de taxa de juros, risco de variação cambial, entre outros). Este arcabouço de limites e alertas cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco (nível carteira) até limites granulares (nível de mesas individuais). A estrutura de limites de risco de mercado estende-se ao nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar a concentração de riscos. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição. Os limites são monitorados diariamente, sendo que os excessos e violações potenciais de limites são reportados e discutidos para cada limite estabelecido:

- Em um dia útil, para a gestão das unidades de negócios responsáveis e executivos da área de controle de risco e das áreas de negócios; e
- Em até um mês, para órgãos colegiados competentes.

Relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para os executivos. Além disso, o processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A estrutura de limites e alertas seguem as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada por órgãos colegiados. O processo de definição dos níveis de limites e os relatórios de violações seguem a governança de aprovação dos normativos institucionais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. O fluxo de informações estabelecido visa a dar ciência aos diversos níveis executivos da instituição, inclusive aos membros do Conselho de Administração por intermédio de Comitês responsáveis pela gestão de riscos. Esta estrutura de limites e alertas promove a eficácia e a cobertura do controle, sendo revisada, no mínimo, anualmente.

A estrutura de controle de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e

- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança. Para isto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com um processo estruturado de comunicação e fluxo de informações que fornece subsídios para acompanhamento dos órgãos colegiados, assim como para o atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e agentes regulatórios no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado e a manutenção do enquadramento das operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedge*. Nas situações em que essas operações se configuram como *hedge* contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos de *hedge* contábil e econômico são regidos por normativos institucionais no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Para uma visão detalhada do tema *hedge* contábil, consultar a Nota 9 – *Hedge* Contábil.

A estrutura de risco de mercado segrega suas operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN 3.464 e Circular BACEN 3.354, de 27 de Junho de 2007.

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação.

A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição. Tem, como princípios gerais, a não intenção de negociação e horizonte de tempo de médio e longo prazos.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco, componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são:

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas de juros, cupons de moedas estrangeiras e cupons de índices de preços;
- Moedas: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial;
- Ações: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações;
- *Commodities*: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de *commodities*.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado, no mínimo, nas seguintes categorias: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros são tratados como um grupo de fatores de risco e recebem o mesmo tratamento dos outros fatores de risco, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, etc., e seguem a estrutura de governança de limites de risco adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING para o gerenciamento de risco de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado ("*MtM - Mark to Market*"); e
- *VaR* Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de *VaR*, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

VaR - Consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O VaR Consolidado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é calculado através da metodologia por Simulação Histórica, que reprecifica integralmente todas as suas posições com base na série histórica dos preços dos ativos. Durante o primeiro trimestre de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING optou por incorporar as exposições de cada unidade externa no cálculo do seu VaR Consolidado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de maneira a contemplar também os fatores de risco dessas unidades, aprimorando assim a metodologia utilizada.

A tabela de VaR Total Consolidado propicia a análise da exposição ao risco de mercado das carteiras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, mantendo sua gestão conservadora e a diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital no período. O VaR Total Médio no trimestre manteve-se inferior a 1% do patrimônio líquido do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em linha com o trimestre anterior.

De 01/01 a 30/06/2017, o VaR Total Médio em simulação histórica foi de R\$ 432,9 ou 0,31% do patrimônio líquido total (em todo o ano de 2016 foi de R\$ 236,6 ou 0,18% do patrimônio líquido total).

	VaR Total (Simulação Histórica)							
	30/06/2017				31/12/2016			
	Média	Mínimo	Máximo	VaR Total	Média	Mínimo	Máximo	VaR Total
VaR por Grupo de Fatores de Risco								
Taxas de Juros	749,9	583,6	1.311,9	666,5	482,5	323,7	607,4	607,4
Moedas	17,1	6,5	29,7	6,5	18,4	6,8	33,2	17,0
Ações	43,9	38,5	49,3	41,4	45,2	34,0	63,3	44,3
Commodities	1,2	0,7	4,0	4,0	1,7	0,7	4,0	0,8
Efeito de Diversificação				(257,6)				(339,7)
Risco Total	432,9	304,8	874,0	460,8	236,6	155,1	341,5	329,8

Taxa de Juros

A tabela de posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros agrupa por produtos o valor contábil das contas distribuído por vencimento. Esta tabela não é usada diretamente para fins de gestão de riscos de taxas de juros, sendo bastante utilizada para permitir a avaliação de descasamentos entre as contas e os produtos a elas associados bem como para identificar possíveis concentrações de risco.

A tabela a seguir demonstra a posição contábil dos nossos ativos e passivos que rendem juros e assim não refletem as diferenças de posição de taxa de juros que possam existir em qualquer outra data. Adicionalmente, variações na sensibilidade das taxas de juros podem existir dentro dos períodos de reprecificação apresentados por conta de diferentes datas de reprecificação durante o período.

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Taxa de Juros ⁽¹⁾

	30/06/2017						31/12/2016					
	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados	398.404	201.139	98.415	341.264	187.363	1.226.585	389.843	219.332	95.331	347.743	167.400	1.219.649
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	20.657	5.613	997	1.445	3	28.715	13.286	4.676	3.541	1.189	-	22.692
Aplicações no Mercado Aberto	204.259	56.458	623	2	101	261.443	201.525	63.180	35	281	30	265.051
Depósitos Compulsórios no Banco Central	84.364	-	-	-	-	84.364	82.698	-	-	-	-	82.698
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	11.860	11.610	13.340	121.171	65.230	223.211	6.971	14.194	13.041	118.050	52.392	204.648
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Designados a Valor Justo Através do Resultado	-	-	1.410	-	-	1.410	-	-	1.191	-	-	1.191
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	3.806	6.462	7.050	42.902	28.955	89.175	5.994	10.539	7.103	38.969	25.672	88.277
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	359	721	9.007	10.803	18.202	39.092	1.370	528	600	19.376	18.621	40.495
Derivativos	5.784	2.560	2.152	5.636	3.173	19.305	5.815	5.470	2.826	6.940	3.180	24.231
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	67.315	117.715	63.836	159.305	71.699	479.870	72.184	120.745	66.994	162.938	67.505	490.366
Passivos Remunerados	335.399	92.915	101.604	268.040	71.770	869.728	325.240	90.653	111.907	287.433	62.298	877.531
Depósitos de Poupança	109.517	-	-	-	-	109.517	108.250	-	-	-	-	108.250
Depósitos a Prazo	24.652	30.947	19.168	92.965	8.401	176.133	30.554	28.249	17.110	78.032	2.329	156.274
Depósitos Interfinanceiros	969	1.187	297	233	-	2.686	1.176	1.918	625	36	2	3.757
Mercado Aberto	184.209	5.156	43.866	68.985	19.706	321.922	172.411	6.844	55.314	97.056	17.539	349.164
Mercado Interbancário	7.910	42.368	22.837	53.768	9.989	136.872	6.535	38.590	30.227	50.590	9.541	135.483
Mercado Institucional	3.222	10.828	13.724	38.451	31.281	97.506	951	11.490	6.612	46.883	30.303	96.239
Derivativos	4.892	2.414	1.681	10.141	2.292	21.420	5.294	3.555	1.961	11.394	2.494	24.698
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	28	15	31	282	101	457	69	7	58	295	90	519
Passivos de Planos de Capitalização	-	-	-	3.215	-	3.215	-	-	-	3.147	-	3.147
Diferença Ativo/Passivo ⁽²⁾	63.005	108.224	(3.189)	73.224	115.593	356.857	64.603	128.679	(16.576)	60.310	105.102	342.118
Diferença Acumulada	63.005	171.229	168.040	241.264	356.857		64.603	193.282	176.706	237.016	342.118	
Índice da Diferença Acumulada para o Total de Ativos Remunerados	5,1%	14,0%	13,7%	19,7%	29,1%		5,3%	15,8%	14,5%	19,4%	28,1%	

(1) Prazos contratuais remanescentes;

(2) As diferenças decorrem de descasamento de prazos entre o vencimento de todos os ativos e passivos remunerados na respectiva data-base, considerando os prazos acordados contratualmente.

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Moeda

Ativo	30/06/2017			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Disponibilidades	7.895	1.919	4.169	13.983
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.690	2.379	12.135	22.204
Aplicações em Mercado Aberto	570	475	173	1.218
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	7.174	264	2.989	10.427
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	1.410	-	-	1.410
Derivativos	3.508	5.350	558	9.416
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	19.423	6.625	4.584	30.632
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	11.805	-	438	12.243
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquida	41.236	74.784	41.190	157.210
Total do Ativo	100.711	91.796	66.236	258.743

Passivo	30/06/2017			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Depósitos	41.632	45.827	48.958	136.417
Captações no Mercado Aberto	17.245	1.502	1.510	20.257
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	457	-	-	457
Derivativos	3.831	4.137	375	8.343
Recursos de Mercados Interbancários	31.605	5.070	3.370	40.045
Recursos de Mercados Institucionais	37.308	29.017	3.240	69.565
Total do Passivo	132.078	85.553	57.453	275.084

Posição Líquida	(31.367)	6.243	8.783	(16.341)
------------------------	-----------------	--------------	--------------	-----------------

Ativo	31/12/2016			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Disponibilidades	6.719	1.581	3.164	11.464
Depósitos Compulsórios no Banco Central	81	-	5.288	5.369
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.860	1.007	6.781	16.648
Aplicações em Mercado Aberto	199	112	660	971
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	6.833	305	3.607	10.745
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	1.191	-	-	1.191
Derivativos	5.313	4.873	452	10.638
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	22.513	8.337	3.898	34.748
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	12.519	-	540	13.059
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquida	43.641	73.325	41.034	158.000
Total do Ativo	107.869	89.540	65.424	262.833

Passivo	31/12/2016			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Depósitos	37.824	51.330	47.331	136.485
Captações no Mercado Aberto	18.353	27	2.558	20.938
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	519	-	-	519
Derivativos	4.783	4.105	282	9.170
Recursos de Mercados Interbancários	34.659	5.932	2.451	43.042
Recursos de Mercados Institucionais	37.077	23.643	3.284	64.004
Total do Passivo	133.215	85.037	55.906	274.158

Posição Líquida	(25.346)	4.503	9.518	(11.325)
------------------------	-----------------	--------------	--------------	-----------------

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na Nota 7, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 10, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Políticas e Procedimentos

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, propor premissas para o comportamento do fluxo de caixa, identificar, avaliar, monitorar, controlar e reportar diariamente a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, propor e monitorar limites de risco de liquidez coerentes com o apetite de risco da instituição, informar eventuais desenquadramentos, considerar o risco de liquidez individualmente nos países onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera, simular o comportamento do fluxo de caixa sob condições de estresse, avaliar e reportar previamente os riscos inerentes a novos produtos e operações, bem como reportar as informações requeridas pelos órgãos reguladores. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

A mensuração do risco de liquidez abrange todas as operações financeiras das empresas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, tais como as advindas de serviços de liquidação, prestação de avais e garantias, e linhas de crédito contratadas e não utilizadas. Este processo é realizado por meio de sistemas corporativos e de aplicativos próprios desenvolvidos e administrados internamente.

As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos e nas definições da alta administração. Estes cenários são revistos periodicamente, por meio da análise das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O documento “Relatório de Acesso Público – Risco de Liquidez” que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.italu.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

O Itaú Unibanco efetua diariamente a gestão e o controle do risco de liquidez através de governança aprovada em comitês superiores, que prevê, entre outras atividades, a adoção de limites mínimos de liquidez, suficientes para absorver possíveis perdas de caixa em cenários de estresse, mensurados através de metodologias internas e também por metodologia regulatória.

Adicionalmente, e em observância às exigências da Resolução nº 4.090, de 24/05/2012, do CMN e da Circular nº 3.749, de 05/03/2015, do BACEN, é enviado mensalmente ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação;
- Acompanhamento da diversificação de captação por meio de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

Conforme instruções dadas pela Carta-Circular 3.775, de 14/07/2016, do BACEN, bancos com ativos totais acima de R\$ 100 bilhões passaram, desde outubro de 2015, a enviar mensalmente ao BACEN um indicador padronizado de Liquidez de Curto Prazo (LCR, do inglês “*Liquidity Coverage Ratio*”), sendo este reportado de forma consolidada para instituições integrantes do Conglomerado Prudencial. O cálculo deste indicador segue a metodologia estabelecida pelo BACEN, e está alinhado às diretrizes internacionais de Basileia.

O cálculo resumido do indicador é apresentado na tabela abaixo. Em 2017, a exigência mínima para o indicador é de 80%. Maiores detalhes sobre o LCR do período, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser consultados no site www.italu.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3.

Informações sobre o indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)	2º trimestre 2017
	Valor Total Ajustado ⁽¹⁾
Total Ativos de Alta Liquidez ⁽²⁾	185.287
Total de saídas potenciais de caixa ⁽³⁾	91.879
LCR (%)	201,7%

(1) Corresponde ao valor calculado após a aplicação dos fatores de ponderação e dos limites estabelecidos pela Circular BACEN 3.749.

(2) Ativos de alta liquidez (HQLA - High quality liquid assets): saldo em estoque, em alguns casos ponderado por um fator de desconto, dos ativos que se mantêm líquidos nos mercados durante períodos de estresse, que podem ser facilmente convertidos em espécie e que são de baixo risco.

(3) Potenciais saídas de caixa calculadas em estresse padronizado, determinado pela Circular 3.749 (Saídas_e), subtraídas do menor valor entre (i) as potenciais entradas de caixa calculadas em estresse padronizado, determinado pela Circular 3.749 e (ii) 75% x Saídas_e.

Fontes Primárias de Funding

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 602,3 bilhões (R\$ 612,7 bilhões 31/12/2016), com destaque para as captações de depósitos a prazo. Parte considerável destes recursos – 34,4% do total, ou R\$ 207,1 bilhões - tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens - depósito à vista e poupança - é relativamente consistente: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

Recursos de Clientes	30/06/2017			31/12/2016		
	0-30 dias	Total	%	0-30 dias	Total	%
Depósitos	199.129	352.327	-	201.113	329.414	
Recursos à Vista	63.989	63.989	10,6	61.133	61.133	10,0
Recursos de Poupança	109.517	109.517	18,2	108.250	108.250	17,7
Recursos a Prazo	24.652	176.133	29,2	30.554	156.274	25,5
Outros Recursos	971	2.688	0,4	1.176	3.757	0,6
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽¹⁾	5.475	108.076	17,9	3.091	93.711	15,3
Recursos de Emissão Própria ⁽²⁾	1.532	89.814	14,9	2.561	132.149	21,6
Dívida Subordinada	1.004	52.105	8,7	628	57.420	9,4
Total	207.140	602.322	100,0	207.393	612.694	100,0

(1) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios, Financeiras e Certificados de Operações Estruturadas registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

Controle de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o período de 2017, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos (Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos – Livres, conforme quadro Fluxos Futuros - Ativos Financeiros) totalizavam R\$ 177,6 bilhões e representavam 85,7% dos recursos resgatáveis a curto prazo, 29,5% do total de recursos e 19,5% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING na gestão de riscos de liquidez:

Indicadores de Liquidez	30/06/2017 %	31/12/2016 %
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos de Clientes em até 30 dias ⁽²⁾	85,7	84,2
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos de Clientes Totais ⁽³⁾	29,5	28,5
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Ativos Financeiros Totais ⁽⁴⁾	19,5	19,0

(1) Ativos Líquidos são: Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos - Livres. Estão detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros

(2) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes 0-30 dias)

(3) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes)

(4) Detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros, totalizam a valor presente R\$ 910.790 (R\$ 918.080 em 31/12/2016).

Adicionalmente, apresenta-se os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados.

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos						30/06/2017					31/12/2016				
Ativos Financeiros ⁽¹⁾	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias	Total
Disponibilidades	22.700	-	-	-	22.700	18.542	-	-	-	18.542					
Aplicações em Instituições Financeiras	237.116	44.980	1.437	276	283.809	219.066	58.275	1.171	292	278.804					
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada ⁽²⁾	40.706	-	-	-	40.706	77.452	-	-	-	77.452					
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Financiada	175.734	38.201	-	53	213.988	128.303	49.749	-	-	178.052					
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	20.676	6.779	1.437	223	29.115	13.311	8.526	1.171	292	23.300					
Títulos e Valores Mobiliários	113.660	9.717	10.035	56.507	189.919	82.163	16.757	12.415	74.479	185.814					
Títulos Públicos - Livres	108.423	67	65	5.645	114.200	75.310	20	40	6.088	81.458					
Títulos Públicos - Compromissadas de Recompra	216	1.017	2.688	1.172	5.093	556	4.732	5.990	14.808	26.086					
Títulos Privados - Livres	5.019	8.207	6.535	44.255	64.016	6.297	11.728	5.424	47.866	71.315					
Títulos Privados - Compromissadas de Recompra	2	426	747	5.435	6.610	-	277	961	5.717	6.955					
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.784	4.712	2.132	6.677	19.305	5.815	8.296	3.159	6.961	24.231					
Posição Líquida	5.784	4.712	2.132	6.677	19.305	5.815	8.296	3.159	6.961	24.231					
Swaps	74	1.437	1.387	6.017	8.915	828	1.967	1.497	6.250	10.542					
Opções	1.357	1.210	408	176	3.151	354	2.881	1.397	160	4.792					
Contratos a Termo	3.842	467	-	-	4.309	3.947	1.024	-	-	4.971					
Demais Derivativos	511	1.598	337	484	2.930	686	2.424	265	551	3.926					
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro ⁽³⁾	55.499	156.005	80.736	212.550	504.790	61.602	176.002	81.224	211.908	530.736					
Total de Ativos Financeiros	434.759	215.414	94.340	276.010	1.020.523	387.188	259.330	97.969	293.640	1.038.127					

(1) A carteira ativa não considera os saldos dos depósitos compulsórios no Banco Central que montam em R\$ 88.607 (R\$ 85.700 em 31/12/2016) cuja liberação desses recursos está atrelada ao vencimento das carteiras passivas. Os valores dos fundos PGBL e VGBL não são considerados na carteira ativa pois estão contemplados na Nota 30.

(2) Subtraído o valor de R\$ 3.575 (R\$ 4.329 em 31/12/2016), cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na B3 S.A. e no Banco Central.

(3) Subtraído o valor de pagamentos ao lojista R\$ 44.314 (R\$ 43.837 em 31/12/2016) e o valor das Obrigações Vinculadas a Cessão de Crédito R\$ 5.340 (R\$ 5.711 em 31/12/2016).

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos						30/06/2017					31/12/2016				
Passivos Financeiros	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
Depósitos	202.350	53.559	11.449	126.450	393.808	201.167	44.545	13.106	107.055	365.873	201.167	44.545	13.106	107.055	365.873
Depósito a Vista	63.989	-	-	-	63.989	61.133	-	-	-	61.133	61.133	-	-	-	61.133
Depósito Poupança	109.517	-	-	-	109.517	108.250	-	-	-	108.250	108.250	-	-	-	108.250
Depósito a Prazo	27.569	52.339	11.240	126.418	217.566	30.295	41.971	13.088	107.033	192.387	30.295	41.971	13.088	107.033	192.387
Depósito Interfinanceiros	1.273	1.220	209	32	2.734	1.489	2.574	18	22	4.103	1.489	2.574	18	22	4.103
Outros Depósitos	2	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Compulsórios	(38.333)	(16.569)	(3.339)	(30.366)	(88.607)	(42.314)	(13.885)	(3.985)	(25.516)	(85.700)	(42.314)	(13.885)	(3.985)	(25.516)	(85.700)
Depósito a Vista	(4.244)	-	-	-	(4.244)	(8.092)	-	-	-	(8.092)	(8.092)	-	-	-	(8.092)
Depósito Poupança	(25.114)	-	-	-	(25.114)	(24.791)	-	-	-	(24.791)	(24.791)	-	-	-	(24.791)
Depósito a Prazo	(8.975)	(16.569)	(3.339)	(30.366)	(59.249)	(9.431)	(13.885)	(3.985)	(25.516)	(52.817)	(9.431)	(13.885)	(3.985)	(25.516)	(52.817)
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	225.909	50.945	40.879	42.978	360.711	209.521	59.771	42.410	87.069	398.771	209.521	59.771	42.410	87.069	398.771
Títulos Públicos	191.257	7.013	7.450	20.895	226.615	168.301	5.600	5.764	33.812	213.477	168.301	5.600	5.764	33.812	213.477
Títulos Privados	5.859	43.931	33.429	22.083	105.302	13.753	54.171	36.646	53.257	157.827	13.753	54.171	36.646	53.257	157.827
Exterior	28.793	1	-	-	28.794	27.467	-	-	-	27.467	27.467	-	-	-	27.467
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽²⁾	5.511	40.531	25.382	46.736	118.160	3.003	35.659	28.974	36.858	104.494	3.003	35.659	28.974	36.858	104.494
Obrigações por Empréstimos e Repasses ⁽³⁾	5.259	39.568	10.225	20.763	75.815	5.077	46.527	11.000	20.943	83.547	5.077	46.527	11.000	20.943	83.547
Dívidas Subordinadas ⁽⁴⁾	801	13.612	6.919	44.333	65.665	271	13.501	16.621	41.043	71.436	271	13.501	16.621	41.043	71.436
Instrumentos Financeiros Derivativos	4.892	4.095	4.192	8.241	21.420	5.294	5.516	3.726	10.162	24.698	5.294	5.516	3.726	10.162	24.698
Posição Líquida	4.892	4.095	4.192	8.241	21.420	5.294	5.516	3.726	10.162	24.698	5.294	5.516	3.726	10.162	24.698
Swaps	83	1.420	3.535	7.335	12.373	461	1.702	2.352	8.706	13.221	461	1.702	2.352	8.706	13.221
Opções	700	1.127	408	129	2.364	837	1.888	1.116	711	4.552	837	1.888	1.116	711	4.552
Contratos a Termo	3.722	-	-	-	3.722	3.530	-	-	-	3.530	3.530	-	-	-	3.530
Demais Derivativos	387	1.548	249	777	2.961	466	1.926	258	745	3.395	466	1.926	258	745	3.395
Total Passivos Financeiros	406.389	185.741	95.707	259.135	946.972	382.019	191.634	111.852	277.614	963.119	382.019	191.634	111.852	277.614	963.119

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.

(2) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios, Financeiras e Certificados de Operações Estruturadas registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.

(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

Compromissos <i>Off Balance</i>	30/06/2017					31/12/2016				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
Garantias Financeiras Prestadas	1.095	18.160	4.915	48.305	72.475	1.645	16.203	5.603	47.342	70.793
Compromissos a Liberar	90.530	33.874	7.103	90.833	222.340	90.279	42.522	11.657	77.916	222.374
Cartas de Crédito a Liberar	7.297	-	-	-	7.297	6.660	-	-	-	6.660
Compromissos Contratuais - Imobilizado e Intangível (Notas 15 e 16)	-	190	84	97	371	-	310	-	-	310
Total	98.922	52.224	12.102	139.235	302.483	98.584	59.035	17.260	125.258	300.137

Risco Socioambiental

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING entende o risco socioambiental como o risco de perdas decorrentes de danos socioambientais causados pela instituição no desenvolvimento de suas atividades.

As ações de mitigação do risco socioambiental são efetuadas através de mapeamentos de processos, riscos e controles, no acompanhamento de novas normas relacionadas ao tema e no registro das ocorrências em bases internas. Além da identificação, as etapas de priorização, resposta ao risco, monitoramento e reporte dos riscos avaliados complementam o gerenciamento do risco socioambiental no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A gestão do risco socioambiental é efetuada pela primeira linha de defesa em suas operações diárias, contando com o apoio técnico da área jurídica e da área de controle de riscos, que dispõem de equipe dedicada à gestão do risco socioambiental. As unidades de negócio contam ainda com a governança de aprovação de novos produtos, que contempla em sua avaliação o risco socioambiental, garantindo a observância deste requisito em todos os novos produtos aprovados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. A governança conta ainda com o Comitê de Risco Socioambiental, que tem como principal competência orientar sobre entendimentos institucionais relacionados à exposição ao risco socioambiental para as atividades e as operações da instituição.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está constantemente progredindo na governança do risco socioambiental, sempre atento aos desafios para acompanhar as mudanças e as demandas da sociedade. Assim, dentre outras ações, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING assumiu e incorporou aos seus processos internos uma série de compromissos e pactos voluntários, nacionais e internacionais, voltados à integração de aspectos sociais, ambientais e de governança nos negócios. Destacam-se os Princípios para o Investimento Responsável (PRI), a Carta pelos Direitos Humanos – Ethos, os Princípios do Equador (EP), o Pacto Global, o *Carbon Disclosure Project* (CDP), o Programa Brasileiro *GHG Protocol*, o Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, entre outros. Os esforços do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para expandir os conhecimentos sobre avaliação dos critérios sociais e ambientais têm sido reconhecidos dentro e fora do país, como mostra a presença recorrente da instituição nos principais índices de sustentabilidade no exterior, como no *Dow Jones Sustainability Index*, e recentemente, no Índice de Sustentabilidade *Euronext Vigeo – Emerging 70*, e no Brasil, como no Índice de Sustentabilidade Empresarial, além dos diversos prêmios que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING recebeu.

Nota 37 – Informações Suplementares

Negócios de Varejo do Citibank

Em 8 de outubro de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas controladas, assinou compromisso de compra e venda de ações com o Banco Citibank S.A. e outras sociedades de seu conglomerado (Citibank) para aquisição dos negócios de varejo conduzidos pelo Citibank no Brasil, incluindo empréstimos, depósitos, cartões de crédito, agências, gestão de recursos e corretagem de seguros, assim como as participações societárias detidas pelo Citibank na TECBAN - Tecnologia Bancária S.A. (representativas de 5,64% do seu capital social) e na Cibrasec – Companhia Brasileira de Securitização (representativas de 3,60 % do seu capital social), pelo valor de R\$ 710.

A aquisição envolverá a reestruturação societária de algumas sociedades do conglomerado Citibank, de modo que o negócio de varejo no Brasil seja cindido e transferido para sociedades que serão objeto da aquisição.

As efetivas aquisições e liquidações financeiras ocorrerão após o cumprimento de determinadas condições do contrato e da obtenção das autorizações regulatórias necessárias.

A aquisição não acarretará efeitos contábeis nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Venda de Carteira de Seguro de Vida em Grupo

Em 19 de setembro de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING assinou contrato de compra e venda de ações com a Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. (Prudential), por meio do qual comprometeu-se a alienar a totalidade de suas operações de seguro de vida em grupo, que representam, aproximadamente, 4% do total de ativos pertencentes a Itaú Seguros S.A. (Itaú Seguros), companhia controlada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Para a conclusão da operação, a Itaú Seguros foi cindida e as operações de seguro de vida em grupo foram vertidas para a IU Seguros S.A. (IU Seguros), cuja totalidade do capital foi alienada à Prudential em 1º de abril de 2017, após o cumprimento das condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes.

A operação reitera a estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de focar em seguros massificados, tipicamente relacionados ao varejo bancário, e não acarretou efeitos contábeis em seus resultados.

Aquisição de participação minoritária na XP Investimentos S.A.

Em 11 de maio de 2017, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A. (Itaú Unibanco), assinou contrato de compra e venda de ações com a XP Controle Participações S.A. (XP Controle), o G.A. Brasil IV Fundo de Investimento em Participações, o Dyna III Fundo de Investimento em Participações, entre outras partes (Vendedores), para aquisição de 49,9% do capital social total (sendo 30,1% das ações ordinárias) da XP Investimentos S.A. (XP Holding), por meio de aporte de capital no valor de R\$ 600 e aquisição de ações de emissão da XP Holding detidas pelos Vendedores no valor de R\$ 5.700, estando tais valores sujeitos a ajustes contratualmente previstos (Primeira Aquisição).

Além da Primeira Aquisição, o Itaú Unibanco comprometeu-se a adquirir (i) em 2020, percentual adicional de 12,5%, que lhe garantirá 62,4% do capital social total da XP Holding (sendo 40,0% das ações ordinárias), com base em um múltiplo de resultado (19 vezes) da XP Holding, e (ii) em 2022, percentual adicional de 12,5%, que lhe garantirá 74,9% do capital social total da XP Holding (sendo 49,9% das ações ordinárias), com base no valor justo de mercado da XP Holding à época, sendo certo que o controle do Grupo XP, incluindo a XP Investimentos, permanecerá com os acionistas da XP Controle, que serão titulares da maioria das ações com direito a voto.

O Itaú Unibanco atuará como sócio minoritário e não terá influência nas políticas comerciais e operacionais da XP Investimentos ou de qualquer outra sociedade do Grupo XP.

As efetivas aquisições e liquidações financeiras ocorrerão após o cumprimento de determinadas condições do contrato e da obtenção das autorizações regulatórias necessárias.

A aquisição não acarretará efeitos contábeis nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.